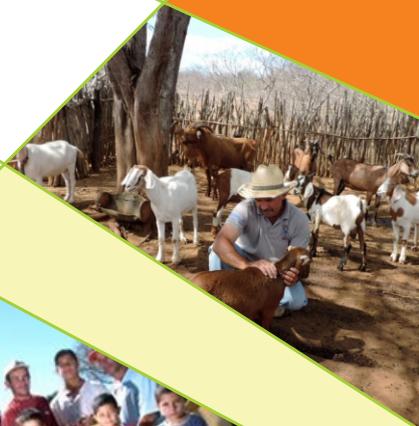




Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba 2016/2019

Avanços e desafios



***Plano Estadual de Segurança Alimentar
e Nutricional da Paraíba | 2016/2019***
Avanços e desafios



Ricardo Vieira Coutinho

Governador do Estado da Paraíba

Ana Lúcia Costa Feliciano

Vice-governadora

SECRETÁRIOS DE ESTADO DO GOVERNO DA PARAÍBA

Kelly Samara do Nascimento Silva

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH

Paula Laís de Oliveira Santana

Secretaria de Estado do Governo – Casa Civil do Governador

Rômulo Araújo Montenegro

Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP

Roberta Batista Abath

Secretaria de Estado da Saúde – SES

Aléssio Trindade de Barros

Secretaria de Estado da Educação – SEE

Tárcio Handel Rodrigues da Silva Pessoa

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças – SEPLAG

Gilberta Santos Soares

Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana – SEMDH

João Azevedo Lins Filho

Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos,
do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia – SEIRHMACT

Romulo Araújo Montenegro

Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido – SEAFDS

Gilvanildo Pereira dos Anjos

Secretaria Executiva do Orçamento Democrático

Wagner Paiva de Gusmão Dorta

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP

Glaciane Roland Mendes

Agência Estadual de Vigilância Sanitária – AGEVISA

**CÂMARA INTERSECRETARIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL DA PARAÍBA (CAISAN-PB)**

PLENO SECRETARIADO

Ana Paula de Sousa Almeida

Secretária Executiva

Paula Laís de Oliveira Santana

Secretaria de Estado do Governo – Casa Civil

Ivanilza Fernandes Macedo

Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP

Roberta Batista Abath

Secretaria de Estado da Saúde – SES

Aléssio Trindade Barros

Secretaria de Estado da Educação – SEE

Tárcio Handel da Silva Pessoa Rodrigues

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças – SEPLAG

Gilma Vasconcelos da Silva Germano

Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana – SEMDH

Givanildo Pereira dos Anjos

Secretaria Executiva do Orçamento Democrático – SOD

Paulo Sergio Lopes Angelim

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP

Romulo Araújo Montenegro

Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido

João Azevedo Lins Filho

Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos,
do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia– SEIRHMACT

Ana Paula de Sousa Almeida

Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária

José Baracho Barbosa Araújo

Projeto Cooperar

Alana Carlyne Crispim

Superintendência de Administração do Meio Ambiente–SUDEMA

João Fernandes da Silva

Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba- AESA

Hélio da Silva Barbosa

Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú – PROCASE

Sergio Ricardo Freitas de Andrade

Agência Estadual de Vigilância Sanitária

Nivaldo Moreno de Magalhães

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural Gestão – EMATER

Nivaldo Moreno de Magalhães

Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba – EMEPA

**CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
DO ESTADO DA PARAÍBA – CONSEA GESTÃO 2016**

José de Arimatéia Rodrigues França

Presidente

Renilda Bezerra de Albuquerque

Vice-presidente

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Agência Estadual de Vigilância Sanitária – AGEVISA

Titular: Glaciane Roland Mendes

Suplente: Sérgio Ricardo Freitas de Andrade

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Titular: Gustavo Guimarães Lima

Suplente: Davi Azim Filho

Delegacia Federal MDA – PB

Titular: Lucas Hipolito Xavier

Suplente: Jefferson Lima Palmeira

Gestão Unificada – EMATER/EMEPA/INTERPA

Titular: Tereza Cristina Pereira De Carvalho

Suplente: Jacileide de Andrade Vieira

Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas – EMPASA

Titular: Edna Stoyanovith Cavalcanti

Suplente: Maria da Conceição Pessoa Andrade

Fundação Nacional do Índio – FUNAI

Titular: Lília Maria Santos Maciel

Suplente: Irenildo Cassiano Gomes

Secretaria de Estado do Governo

Titular: Maria Angélica da Silva Rosas

Suplente: Andréa Targino Chaves Cordeiro Passos

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Titular: Antonio Medeiros de Souza

Suplente: Liana de Freitas Rocha

Secretária de Estado da Educação – SEE

Titular: Maria de Lurdes Gomes Dantas

Suplente: Salete Antas Ferraz Barros

Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana – SEMDH

Titular: Rafaela Carneiro Claudio

Suplente: Maria Auxiliadora da Silva

Secretária de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP

Titular: Raimundo Rabêlo de Sá

Suplente: Aldomário Rodrigues

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH

Titular: Ana Paula Almeida.

Suplente: Ângelo Amaro Veras Viana

Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAG

Titular: Janilene Almeida Costa Teles

Suplente: Thadeu Vinícius da Silva Custódio

Secretária Estadual de Saúde – SES

Titular: Ellen Albuquerque Rangel de Moraes

Suplente: Ana Maria Neves

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Titular: Jacqueline S. F. Almeida Gama

Suplente: Eliane Rolim Florentino

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Titular: Ana Luiza Mattos Braga

Suplente: Noádia Priscila Araújo Rodrigues

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Titular : Marcelo Jorge Cavalcanti de Sá

Suplente: Jose Luiz Ferreira

Cooperar

Titular: Roberto da Costa Vital

Suplente: José Baracho Barbosa Araujo

Secretaria da Agricultura Familiar

Titular: Rômulo Araújo Montenegro

Suplente: -----

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/PB

Titular: Antônio Hybernon da Silva

Suplente: Dalmo Oliveira da Silva

CONSELHEIROS(AS) DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

Associação de Apoio os Assentamentos e Comunidades Afro Descendentes – AACADE

Titular: Francimar Fernandes de Sousa Zadra

Suplente: Ivanise Gonçalves

Articulação do Semi –Árido – ASA

Titular: José Waldir de Sousa Costa

Suplente: José Ranieri Ferreira

Associação de Cidadania, Inclusão Social – ACIS

Titular: Gilvan Severino Barbosa

Suplente: Josefa Maria da Conceição Pereira

Associação de Lideranças Organizações, Agriculturas Familiares do Cariri Paraibano – CASACO

Titular: Rosilene Matias Macedo

Suplente: Vanderlan Santos de Melo

Associação de Pescadores e Marisqueiras Renascer III

Titular: Jose Gomes da Cruz

Suplente: Maria Jose de Souza Santos

Cáritas Brasileira – Estado da Paraíba

Titular: José de Arimateia Vicente Gouveia

Suplente: Aires Umberto Vieira

Central Única dos Trabalhadores – CUT

Titular: José de Arimatéia Rodriguês França

Suplente: Sebastião José dos Santos

Centro de Apoio às Atividade Populares - Portais dos Movimentos Sociais – CAAP

Titular: Patrícia de Melo Martins

Suplente: Stefhany Eller Florindo

Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição – CIAN

Titular: Francisco Carlos Bezerra Martins

Suplentes: Katia Cristine de Santana

Comissão Pastoral da Terra – CPT

Titular: Vanúbia Martins de Oliveira

Suplente: Francisco Jossean Alves Bezerra

Comitê de entidades de Combate a Fome e Pela Vida – COEP

Titular: Marçal Jose Cavalcanti Silva

Suplente: Maria Alves Dantas Cordeiro

Povos Tradicionais de Terreiros

Titular: Leonardo Flari Manera

Suplente: Lúcia Batista de Oliveira De Fátima

Conselho Regional de Nutricionista – CRN 6ª Região

Titular: Luciana Maria Martinez Vaz

Suplente: Marise de Lourdes Lucena

Federação Paraibana de Associações Comunitárias – FEPAC

Titular: Hercules Soares Santos

Suplente: Jamacyr Justino Mendes

Fórum Estadual Economia Solidária

Titular: Auxiliadora de Almeida Barros

Suplente: Aires Umberto Vieira

Fórum Paraibano de Promoção da Igualdade Racia I– FOPPIR

Titular: Maria Goreti da Silva

Suplente: Verônica Lourenço

Movimento do Espírito Lilás – MEL

Titular: Luciano Bezerra Vieira

Suplente: Joseilton da Silva Feitosa

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Titular: Osvaldo Bernardo da Silva

Suplente: Edson da Silva

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST

Titular: Adarlam Tadeu da Silva

Suplente: Arlindo Salvador de Siqueira

Movimento Negro Organizado da Paraíba – MNOPB

Titular: Renilda Bezerra de Albuquerque

Suplente: Valdecir dos Santos Lima

Cáritas Brasileira – Estado da Paraíba

Titular: José de Arimateia Vicente Gouveia

Suplente: Aires Umberto Vieira

Organização das Cooperativas do Estado da Paraíba – OCEB/PB

Titular: André Pacelli Bezerra Viana

Suplente: Pedro José D'albuquerque Almeida

Pastoral da Criança

Titular: Eliane Venâncio Pontes

Suplente: Gércia Dantas da Costa

Pólo Sindical e das Organizações de Agricultura Familiar da Borborema –POAB

Titular: Maria Anunciada F. B. Moraes

Suplente: Roselita Vitor da Costa Albuquerque

Província Eclesiástica da Paraíba

Titular: Aldenora Pereira da Silva

Suplente: Severino Angelo Januário

Representantes dos Povos Indígenas Potiguaras do Estado da Paraíba

Titular: Mária Alisandra Fideles

Suplente: Maria Soares Gomes

Rede Estadual de Colegiados Territoriais da Paraíba

Titular: Marcia Dornelles

Suplente: Humberto Ferreira Cavalcante

Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba

Titular: Ziane Farias De Barros Barbosa

Suplente: Susy Mary Souto De Oliveira

Coletivo Estadual de Mulheres do Campo e da Cidade

Titular: Maria Madalena De Medeiros

Suplente: Maria Lucia Lira Sousa

Povo Indígenas Tabajara da Paraíba

Titular: Paulo dos Santos Maciel.

Suplente: Janiara Araújo da Silva

Movimento Terra Trabalho e Liberdade – MTL

Titular: Sidney de Oliveira Silva

Suplente: Adeilton Santos Silva

Federação das Associações de Municípios da Paraíba – FAMUP

Titular: Alexandre Cledson Pinheiro Dantas

Suplente: Anderson Pereira Urtiga

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Paraíba – FAEPA/SENAR

Titular: Eudete Faria Petelinkar Pereira

Suplente: Domingos de Lelis Filho

Forum Estadual de Segurança Alimentar – FESAN

Titular: Maria de Socorro de Oliveira

Suplente: Edivan Farias de Araujo

Fundação Internacional Unidos Do Brasil

Titular: Tania Maria da Silva Dantas

Suplente: José Carlos de Araújo Matos

Rede Mulheres De Terreiro Do Estado Da Paraíba

Titular: Maria das Graças dos Santos Silva

Suplente: Antônio Lima Simões

Kwe Run-Dan- Casa De Segurança Alimentar Da Paraíba

Titular: Maria de Fátima Dantas da Costa

Suplente: Karolyne Kelly Verissimo de Lima

Federação Dos Trabalhadores Da Agricultura Familiar Do Estado Da Paraíba – FETRAF

Titular: Ednaldo Leite Pereira

Suplente:-----

Conselho Estadual De Alimentação Escolar

Titular: Luiz da Costa Sobrinho

Suplente: Petrônio Anderson Assis

Rede Lixo e Cidadania

Titular: Kelson Galdino da Silva

Suplente: Egrinalda dos Santos Silva

Grupo Especializado Em Tecnologia E Extensão Comunitária – GETEC

Titular: Tarcisio Valério da Costa

Suplente: Genival Quirino Seadra

ENTIDADES E INSTITUIÇÕES CONVIDADAS E OBSERVADORAS**Banco do Brasil S/A**

Titular: Rafaela Albieri Pereira

Suplente: Alcione Marilach de Medeiros

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Titular: Aluisio De Sousa Freitas

Suplente: Daniel Diniz de Almeida

Caixa Econômica Federal

Titular: Anacleto Grosbelli

Suplente: Fernanda Maia Villar Gama

Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/PB

Titular: Ivo Castelo Branco

Suplente: Andrea Costa do Amaral Motta

Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP

Titular: Josué Cassimiro de Lima

Suplente: Marcelo Augustos Salemi Krau

Federação do Comercio do Estado da Paraíba – FECOMÉRCIO

Titular: José Marcone Medeiros de Souza

Suplente: Antônio Lima Simões

Consortio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Social Sustentável do Litoral Norte Paraibano – CONSAD

Titular: José Nicácio Silva Moura

Suplente: Marcia Figueiredo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Titular: Alseni Augusto de Araújo

Suplente: Jose Rinaldo de Souza

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba – FETAG

Titular: Severino Ramos da Cruz

Suplente: Cleide Araújo

Comunidade Quilombolas CECNEQ

Titular: Geilsa Roberto da Paixao

Suplente: Gilmar Valentim da Silva

Ação Evangélica Social – ACEV

Titular: -----

Suplente: Umbirajara Ozório da Silva

COORDENAÇÃO TÉCNICA | GRUPO TÉCNICO DA CAISAN E SESAES

Aldacy de Paiva Costa

Secretaria Executiva da CAISAN–PB

Carlos Antônio Ribeiro

Gerente Executivo de Segurança Alimentar da SESAES–PB

Albanita Maria Farias da Silva

Técnica da CAISAN–PB

Erlyvania Débora Henrique de oliveira

Técnica da CAISAN–PB

CONSULTORIA DO PROCESSO PARTICIPATIVO E ELABORAÇÃO DA MINUTA DO PLANO

Centro de Ação Cultural – CENTRAC

Áurea Olímpia Figueiredo Rego

Claudionor Vital Pereira

Maria do Socorro de Oliveira

Maria Madalena de Medeiros

Mirian Farias da Silva

Sonia Lúcia Lucena Sousa de Andrade

Thaynara Policarpo de Souza Gouveia

COLABORADORES

Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA

Marcus Vinícius Fernandes Neves – Presidente

Governo da Paraíba

Ednaldo Joaquim da Silva Junior – Assessor

Articulação do Semiárido Paraíba – ASAPB

José Waldir de Souza Costa

Marilene Nascimento Melo

Rejane Alves de Lima

Vanúbia Martins de Oliveira

Zilma Maximino Dantas

Revisão ortográfica

Cícero Agostinho Vieira

Projeto gráfico, editoração eletrônica

Masinho Cardoso

Fotografias

Alberto Firmino

Aurea Olímpia Figueiredo Rego

Thaynara Policarpo de Souza Gouveia

LISTA DE SIGLAS

AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
AGEVISA - Agência Estadual de Vigilância Sanitária
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASA - Articulação do Semiárido Paraibano
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES - Assistência Técnica Social e Ambiental
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CAE - Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN - Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CATAFORTE - Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias
CEHAP - Companhia Estadual de Habitação Popular
CENTRAC - Centro de Ação Cultural
CEPIR - Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Paraíba
CESAN - Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS - Centros de Referência da Assistência Social
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EJA - Ensino Alfabetização de Adultos
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMEPA - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária
EMPASA - Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços
ESF - Estratégia Saúde da Família
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GCEA-PB - Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias da Paraíba
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICID - The International Commission on Irrigation and Drainage
IDEME - Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSA - Instituto Nacional do Semiárido
INTERPA - Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MAPASAN - Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome
MMA - Ministério do Meio Ambiente
NAAINFO - Núcleo Assessor e de Análise de Informações Estratégicas
NASF - Núcleos de Apoio à Saúde da Família
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PARA - Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador
PCTS - Povos e Comunidades Tradicionais
PESAN - Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA - Plano Plurianual
PROCASE - Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária
PROUNI - Programa Universidade para Todos
PSE - Programa de Saúde na Escola
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SEAFDS - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semi-Árido
SEDAP - Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca
SEDH - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano
SEJEL - Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer
SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão
SESAN - Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
SESAES - Secretária Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVISA - Sistema de Controle de Vigilância Sanitária
SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente
TMI - Taxa de Mortalidade Infantil
UFPB - Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

Apresentação	16
Introdução	18
Capítulo 1	20
Contextualização	21
1 - Produção de alimentos	22
2 - Disponibilidade de alimentos	32
3 - Renda e condições de vida	38
4 - Acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água	40
5 - Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados	47
6 - Educação	51
7 - Situação de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado	52
Capítulo 2	58
Desafios do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba 2016/2019	
Capítulo 3	67
Diretrizes da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba 2016/019	
Diretriz 1 - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;	68
Diretriz 2 - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;	72
Diretriz 3 - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;	90
Diretriz 4 - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária;	97
Diretriz 5 - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional;	100
Diretriz 6 - Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;	103
Diretriz 7 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais;	110
Diretriz 8 - Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada;	110
Capítulo 4	112
Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba 2016/019	

Referências
Anexos



1. APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A construção de uma política pública de segurança alimentar e nutricional é um processo sistemático de reconhecimento de direitos ao acesso à alimentação saudável e soberania alimentar pelo Estado, além de ser uma ação intersetorial e passa por diversos segmentos e políticas públicas. Envolve, desde a questão da água utilizada, à agroecologia, à produção de alimentos orgânicos, à geração de renda por meio da comercialização dos produtos e muitos outros.

Esta política se consolida com a implementação do Plano Estadual de Segurança Alimentar que, para o Estado da Paraíba, é essencial avançarmos na institucionalidade necessária para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada/DHAA e à Soberania Alimentar.

O Plano traça diretrizes, relaciona quais são os grupos mais vulneráveis e fundamentalmente é um guia que vai balizar todas as ações de segurança alimentar na Paraíba. O governo optou pela elaboração, de forma intersetorial e participativa, com ampla colaboração da sociedade civil e gestores públicos, através das 10 oficinas de consulta pública, envolvendo as 14 regiões geoadministrativas do Estado, objetivando o debate sobre temas ligados à segurança alimentar e nutricional. Trata-se, portanto, de exercitar a capacidade de trabalho intersetorial, de diálogo entre os atores sociais e de ações transversais entre os órgãos públicos e as esferas de governo.

Dessa forma, esperamos que este instrumento seja o grande marco que servirá de modelo para gestores públicos elaborarem seus planos municipais de SAN, consolidando os programas e ações relacionados às diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar, explicitando a responsabilidade dos órgãos governamentais e da sociedade civil, no cumprimento das metas, cujos resultados deverão ser monitorados e avaliados para que a política de segurança alimentar garanta a eficácia do direito humano à alimentação adequada.

Esperamos, ainda, fortalecer o Sistema de Segurança Alimentar em nosso Estado, para diminuirmos radicalmente os números de paraibanos que ainda vivem algum tipo de insegurança alimentar.

Desafio posto. Que juntos façamos esta mudança!

Ricardo Vieira Coutinho

Governador do Estado da Paraíba

João Pessoa, 08 de setembro de 2016



2. INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

Criar e fortalecer políticas públicas voltadas para as populações mais vulneráveis, como comunidades indígenas e quilombolas, melhorar a alimentação da população para enfrentar a insegurança alimentar, a desnutrição, o sobrepeso, combater a obesidade, adotar medidas para diminuir o desperdício de alimentos e enfrentar as questões relacionadas às mudanças climáticas. Estes são os principais desafios para o Brasil, de acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Consciente deste desafio, o Estado da Paraíba elabora o seu primeiro Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Durante a abertura da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em novembro de 2011, no Centro de Convenções de Salvador (BA), em que foi lançado o primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para o triênio 2012/2015, o Governador Ricardo Coutinho assinou a adesão do Estado da Paraíba ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e, na oportunidade, emitiu o seguinte pronunciamento: “estamos focados na redução da pobreza com a inclusão produtiva para que as pessoas tenham a chance de construir um futuro melhor através do seu trabalho”.

O tema segurança alimentar no Brasil não é novo. Os principais registros dessa discussão se iniciam em 1932, com o lançamento do primeiro inquérito realizado no Brasil, feito por Josué de Castro, intitulado “As condições de vida das classes operárias no Recife”, denunciando o flagelo dos trabalhadores, a fome.

Desde então, o tema vem sendo pauta da agenda social e política, ganhando institucionalidade nos últimos doze anos. O avanço do debate nacional garantiu a criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, apresentando ganhos expressivos nas políticas sociais na direção da universalização das políticas públicas de combate à pobreza e a garantia de acesso à alimentação adequada e saudável, com ações intersetoriais impactando na melhoria expressiva nas condições sociais da população brasileira, consequentemente, na segurança alimentar e nutricional de todos e todas.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foi instituído pela Lei nº 11.346, de 15/09/2006, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, tendo por objetivos, formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil e promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País.

De acordo com a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a Segurança Alimentar e Nutricional consiste *“na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável”*.

Na Paraíba, a institucionalização da política de SAN teve início com a criação do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), com a promulgação da Lei nº 8.706, de 27/11/2008. Esta lei dispõe sobre o conceito de segurança alimentar e nutricional, estabelecendo os princípios, as diretrizes, os objetivos e a composição do SESAN, tratando dos mecanismos de exigibilidade do direito humano à alimentação adequada.

Na composição do SESAN, a lei estadual adotou um formato similar ao do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, definindo como seus integrantes: a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea-PB, a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan, os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional do Estado e dos Municípios e as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e respeitem os critérios, princípios e diretrizes do Sistema.

O Consea-PB foi originalmente criado pelo Decreto nº 24.029, de 25/04/2003, com a finalidade de “propor políticas, programas e ações que sejam efetivas, no Estado da Paraíba, o direito à alimentação e à nutrição”, sendo composto à época, por trinta e nove membros, dos quais treze representantes governamentais e vinte e seis representantes da sociedade civil.

A Lei Estadual, nº 8.706/2008 introduziu mudanças nas atribuições e composição do Conselho, redefinindo, em seu art. 10, § 3º, que “o Consea-PB será composto a partir dos seguintes critérios: I – um terço de representantes governamentais, federal e estadual da administração direta e indireta, constituído pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional; II – dois terços de representantes da sociedade civil, escolhidos a partir de critérios de indicação, aprovados na Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, na forma definida em Decreto do Chefe do Poder Executivo; e III – observadores, incluindo-se representantes dos conselhos de âmbito estadual afins, de órgãos federais com atuação estadual, de organismos nacionais e do Ministério Público Estadual”.

O Plano Estadual representa a materialização do que está previsto na Lei Orgânica de SAN. Na adesão ao SISAN, o governo estadual assumiu o compromisso de elaborar o Plano Estadual de SAN e fez a opção de construí-lo de forma participativa. Garantiu a participação de vários setores e segmentos do Estado, através de 10 Oficinas Regionais Participativas, realizadas entre março e maio de 2016, envolvendo as regiões geo-administrativas do Estado, num esforço coletivo entre a Caisan, o Consea-PB e Sociedade Civil do campo e da cidade.

Este I Plano Estadual de SAN contextualiza a situação do Estado, indica estratégias, define metas e competências de cada órgão do governo da administração direta e indireta, apresenta os recursos para cada ação, estabelece as definições para avaliação e monitoramento, tendo como função precípua a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, conforme prevê a Constituição de 1988.

Por reconhecer a complexidade de concretizar esse objetivo, cabe ao Plano direcionar, com a participação do Governo, através da Caisan, e do Consea Estadual, no seu papel de controle social, as ações intersetoriais e exequíveis para que as metas estabelecidas possam ser alcançadas, garantindo o acesso à alimentação de qualidade e em quantidade suficiente a toda a população do Estado da Paraíba, respeitando o princípio da equidade.

Esse Plano será revisado a cada quatro anos, procurando coincidir com a elaboração do Plano Plurianual, a fim de que seja viabilizada a sua execução.

Este Plano está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo faz uma contextualização da SAN no Brasil e no Estado da Paraíba. O segundo capítulo apresenta os desafios importantes a serem priorizados, tomando como base as recomendações da IV Conferência Estadual de SAN (CESAN), a Carta Política da IV CESAN e as Oficinas Regionais Participativas. O terceiro capítulo define cada diretriz da Política Estadual de SAN, com os objetivos e as metas, as iniciativas ou ações, órgãos responsáveis, parceiros e recursos disponíveis. E, finalmente, o quarto capítulo propõe o método e as medidas a serem tomadas no monitoramento e a avaliação, como também sugere alguns indicadores de monitoramento a serem utilizados, após a implementação do Plano.



CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO

CAPÍTULO I – Contextualização

“A humanidade se divide em dois grupos: o grupo dos que não comem e o grupo dos que não dormem com receio da revolta dos que não comem.”

(Josué de Castro, **Geopolítica da Fome, 1961**).

O I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba (2016-2019) foi construído com o apoio financeiro do governo federal, a participação do governo do Estado e da sociedade civil, no esforço conjunto da Caisan e do Consea, que elaboraram projeto e empreenderam esforços para construção participativa do Plano. O princípio de participação social do SISAN permeou todo o processo de construção do Plano. Foram convidados representantes do Poder Público e da sociedade civil dos 223 Municípios, dos quais estiveram representados 181 municípios, num total de 672 participantes, sendo 313 representantes do Poder Público e 359 da sociedade civil.

O caminho seguido à elaboração se deu na conjugação de dois olhares que são complementares sobre a realidade de SAN no Estado da Paraíba: os indicadores apresentados por instituições de pesquisas pelo governo e a percepção dos homens e mulheres que vivenciam as situações de segurança alimentar em seus territórios, expressada nas Oficinas Regionais Participativas.

QUADRO 01: Indicadores do Estado da Paraíba

Localização	No extremo leste do Brasil
Nº de Habitantes	3.972.202 (IBGE, 2015)
Extensão Territorial	56.469 Km ² (6ª menor unidade da federação)
Densidade Demográfica	66,70 hab/km ² (13º mais populoso do país)
Nº de Municípios	223 divididos em 4 mesorregiões ¹ e 14 regiões geoadministrativas - RGA ²
PIB	R\$ 38,7 bilhões (IBGE, 2012)
Renda per capita (mensal 2015)	R\$ 776,00 (setecentos e setenta e seis reais)
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	1991 - 0,3822010 - 0,658 (23ª posição no ranking nacional)

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

¹As Mesorregiões da Paraíba são: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão.

²De acordo com dados do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME, 2011), a divisão em RGAs orienta a atuação de planejamento do Estado. Tal divisão é definida pelos Decretos nos 12.984, de 17/02/1989, 14.171, de 19/11/1991 e 30.531, de 14/08/2009. As 14 RGAs têm sede nos seguintes municípios: João Pessoa (1ª Região), Guarabira (2ª Região), Campina Grande (3ª Região), Cuité (4ª Região), Monteiro (5ª Região), Patos (6ª Região), Itaporanga (7ª Região), Catolé do Rocha (8ª Região), Cajazeiras (9ª Região), Sousa (10ª Região), Princesa Isabel (11ª Região), Itabaiana (12ª Região), Pombal (13ª Região) e Mamanguape (14ª Região).

Essa contextualização apresenta as sete dimensões de análise determinadas pelo Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010. São elas: 1) produção de alimentos; 2) disponibilidade de alimentos; 3) renda e condições de vida; 4) acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água; 5) saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; 6) educação; e7) Ações específicas para as mulheres.

1 - Produção de alimentos

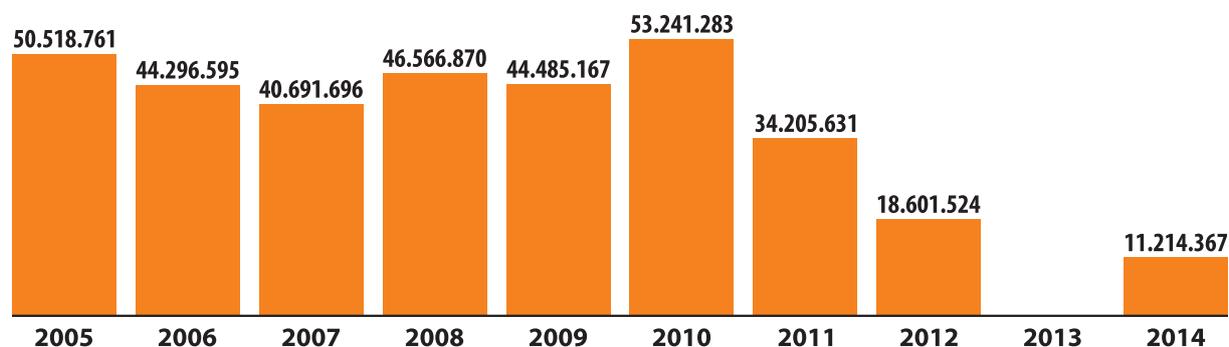
De acordo com a FAO, 805 milhões de pessoas sofrem de fome no mundo, em particular as crianças com até 5 anos de idade. Também se observa deficiência na quantidade nutricional dos alimentos, estima-se que dois bilhões de pessoas apresentam carências nutricionais de vitaminas, minerais e proteínas. Além, do sobrepeso e a obesidade que afetam homens, mulheres e crianças (FAO, 2015).

Essa realidade exige mudança na atual lógica de produção de alimentos, na redefinição dos seus objetivos e bases tecnológicas que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis, desde a produção, processamento, industrialização, abastecimento, distribuição e consumo.

Como experiência concreta de fomento à produção e consumo comprometidos com a valorização da diversidade social, cultural, étnica e com impacto na produção da Agricultura Familiar, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁴ e o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf)⁵ implementados pelo Governo Federal.

Na Paraíba, no período de 2006 a 2012, o investimento no PAA foi de R\$ 296,775 milhões, média anual de R\$ 42,396 milhões de investimento, constituindo-se o programa em um dos canais da comercialização da agricultura familiar, geração de renda e garantia de uma alimentação saudável.

GRÁFICO 01: Evolução dos investimentos com o Programa de Aquisição de Alimentos provenientes da Agricultura Familiar – Paraíba, 2005 a 2014



■ Aquisição de Alimentos provenientes da agricultura familiar (R\$)

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal
Elaboração: DIEESE-PB

³O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é “uma política de desenvolvimento rural e de segurança alimentar e nutricional”. Com os seguintes objetivos: remuneração da produção, distribuição de renda, combate à fome, ocupação do espaço rural e apoio à cultura alimentar regional. Foi instituído pela Lei nº. 10.696 de 02 de julho de 2003, alterado pela Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Modalidades: 1) Doação Simultânea; 2) Compra Direta; 3) Formação de Estoques; 4) PAA Leite; e 5) Compra Institucional.

O gráfico 01 apresenta a evolução dos investimentos para a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar na Paraíba (ações integrantes do programa de acesso à alimentação e do programa de segurança alimentar e nutricional), entre os anos de 2005 a 2014.

No período de 2005 a 2010, a média anual de investimentos foi de R\$ 46,633 milhões, a partir de 2011 há uma queda de investimento nos recursos do programa. No ano de 2013, não há registros de investimentos.

O primeiro projeto de PAA elaborado na Paraíba foi o de compra de sementes em 2004, realizado através de parceria entre a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a Articulação do Semiárido Paraibano (ASA/PB) (Tabela 01).

⁴Instituído a mais de 50 anos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) só teve seu marco legal [Lei 11.947] aprovado em 2009, através da mobilização da sociedade civil. A lei garantiu o reconhecimento da alimentação como um direito humano. **A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**, determina que **no mínimo 30%** do valor repassado a Estados, Municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

⁵O **Programa de Agricultura Familiar (PRONAF)** criado em 1996, cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares, buscando a redução das desigualdades e melhoria das condições de vida no campo, almejando o combate à fome e a promoção da geração de renda. Este programa nasceu com a finalidade de fornecer crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que, até então, estavam excluídos das políticas públicas e com dificuldades de se manter no campo. FONTE: SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antônio. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, s. ed., 2004.

TABELA 01: PPA Sementes, parceria CONAB-ASA/PB.
Parceria entre ASA - Paraíba e CONAB

Ano	Mecanismo da CONAB utilizado	Valor (em R\$)	Quantidades de sementes compradas	Número de famílias fornecedoras	Número de variedades
2004*	Compra Direta	80.000,00	80.660 Kg	50	23
2005*	Compra e Doação	16.735,00	12.797 Kg	11	15
2006*	Compra e Doação	22.003,00	19.260 Kg	13	15
2007*	Compra e Doação	25.885,00	28.000 Kg	30	11
2009**	Compra e Doação	19.150,00	16.000 Kg	21	09
2010**	Compra e Doação	40.824,00	20.530 Kg	30	09
2011**	Compra e Doação	43.879,50	21.460 Kg	27	04
2012**	Compra e Doação	28.578,00	11.580 Kg	13	04
*Projeto em nome da Rede Semente ASA Paraíba		**Projeto descentralizado por dinâmicas regionais			

Fonte: ASA Paraíba

Desde 2010, o PAA Estadual na modalidade Compra Direta vem fortalecendo a agricultura familiar, a proposta objetiva atender 1.818 famílias agricultores/fornecedores, localizadas em 83 municípios, beneficiando com gêneros alimentícios 407 entidades socioassistenciais e programas sociais que atendem pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O PNAE estabelece uma conexão entre a alimentação escolar e a agricultura familiar e tem como diretrizes: a alimentação adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis; e o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos pela agricultura familiar em âmbito local.

O PNAE incorpora elementos relacionados à produção, acesso e consumo, oferecendo alimentação saudável aos alunos de escolas públicas de educação básica de todo país e fortalece a agricultura familiar nacional.

A Tabela 02 mostra o volume de recursos acessados pelo Estado da Paraíba no PNAE no período de 2011 a 2015.

TABELA 02: Volume de Recursos do PNAE na PB, período 2011 a 2015.

Período	Nº de Agricultores	Valor R\$
2011	903	R\$ 6.034.493,57
2012	1.738	R\$ 7.235.885,03
2013	1.058	R\$ 6.380.185,03
2014	988	R\$ 9.179.832,63
2015	908	R\$ 6.476.698,30
TOTAL	5.595	R\$ 35.307.094,56

Fonte: paraiba.pb.gov.br, acessado em 01 de agosto de 2016

Outro incentivo à produção de alimentos é o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Nos últimos dez anos, foram investidos cerca de R\$ 424,793 milhões no Estado. O ano de 2013 foi o período de maior investimento na Paraíba, correspondente a R\$ 137,783 milhões.

LISTA 01: Ações contempladas no PRONAF

A contribuição ao fundo garantia-safra (lei nº 10.420 de 2002).

Fomento à participação da agricultura familiar nas cadeias de energias renováveis.

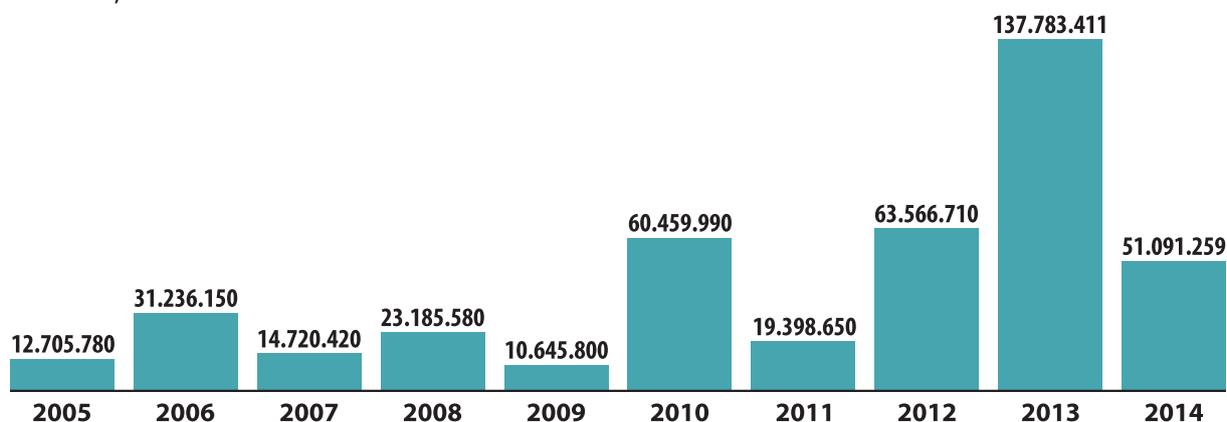
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultores familiares e seus empreendimentos.

Produção de técnicas e tecnologias apropriadas às dinâmicas locais, em particular, às de Convivência com o semiárido.

Capacitação de agricultores familiares e fomento a projetos de diversificação econômica e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.

Fonte: DIEESE-PB, 2015

GRÁFICO 02: Evolução dos investimentos do Programa Agricultura Familiar PRONAF – Paraíba, 2005 a 2014



■ Agricultura Familiar - PRONAF

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal
Elaboração: DIEESE-PB

Este recorte dos programas PAA, PNAE e PRONAF é uma forma de visualizar o impacto que esses investimentos trazem para o fortalecimento da Agricultura Familiar no Estado da Paraíba e de evidenciar a importância das populações do campo, sejam eles agricultores familiares, trabalhadores rurais assentados ou acampados, assalariados e temporários, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, como protagonistas da produção de conhecimento e desenvolvimento de uma agricultura, a partir dos princípios da agrobiodiversidade e da soberania alimentar dos territórios.

Produção Agrícola na Paraíba

Dos 223 municípios do Estado da Paraíba, 170 (76,23%) estão inseridos na área de abrangência do semiárido. As regiões secas detêm as maiores concentrações de pobreza e sofrem maiores pressões sobre os recursos naturais – água, solo e biodiversidade (ICID, 2010).

Desde a origem do processo de formação sociohistórica da Paraíba se mantém a concentração de terra e os modelos de produção em monocultivos, a exemplo da cana-de-açúcar, os grandes engenhos e usinas. No semiárido, a pecuária extensiva, o algodão e a agave.

Se no Litoral o Engenho foi a unidade fundamental de organização social, econômica e cultural, na região semiárida foi a fazenda que desempenhou tal função (MOREIRA & TARGINO, p.70, 1996).

QUADRO 02: Síntese da produção agrícola da Paraíba

Cana-de-açúcar	O predomínio da cana na paisagem da Zona da Mata paraibana é uma constante, do início da colonização aos dias atuais (MOREIRA & TARGINO, 32 1996) e os produtos de subsistência, como cultivos suplementares. Em 2010, a PB é o 3º maior produtor de cana-de-açúcar do Nordeste.
Pecuária Bovina	Desenvolveu no Sertão da Paraíba, em grandes propriedades; o pagamento do vaqueiro com um quarto de produção da atividade.
Polo abacaxizeiro	Sapé, Mari, Mamanguape, Itapororoca, Rio Tinto, São Miguel do Taipú, e outros municípios próximos. Observação: nas oficinas participativas para elaboração do Plano, foi destacado o uso excessivo de agrotóxicos.
Frutas mais produzidas no Estado	Cajú e Abacaxi
Sisal	Expandiu o Agreste, a partir de 1940. Em relação ao nível de emprego, a cultura do sisal utiliza uma mão de obra numerosa no período de corte e no beneficiamento da fibra. Período áureo na região restringiu-se apenas às décadas de 40 e 50.
Algodão	O ouro branco da Paraíba expandiu-se por todo território, disputando até mesmo com a cana-de-açúcar. Os principais fatores para retração da cultura do algodão arbóreo e herbáceo: a praga do "BICUDO" e a crise das indústrias têxteis.
Milho e Feijão	13% da produção de feijão no NE são oriundas da Paraíba, as mesorregiões com maior produção é o Agreste e Zona da Mata. Há ausência de dados consistentes sobre a produção de grãos no estado.
Mandioca	É uma cultura de ciclo vegetativo mais longo, produção está centralizada no Brejo, Várzea e Litoral paraibano. É uma cultura de subsistência, geradora de renda para agricultores familiares e é um alimento tradicional na dieta dos nordestinos.

Fonte: Pesquisa bibliográfica, 2016.

No ano de 2015, a projeção da safra agrícola da Paraíba caiu 25,9%, na estimativa de abril com referência a de fevereiro. Segundo estudos conduzidos pelo Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias da Paraíba (GCEA-PB) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em abril, a área explorada com leguminosas oleaginosas e cereais totalizava 195.430, e em fevereiro, 263.923.

A redução da safra agrícola deu-se em decorrência da estiagem que afeta à Paraíba por cinco anos consecutivos. Essa estiagem é considerada uma das mais críticas dos últimos 50 anos, afetando o abastecimento de água e os sistemas produtivos locais, com impactos diretos na segurança alimentar e nutricional da população e no desenvolvimento socioeconômico da região. Verifica-se a conjugação de problemas climáticos com a fragilidade de políticas públicas para uma gestão efetiva dos recursos hídricos, considerando a realidade de cada região.

Nas Tabelas 03 e 04 são apresentados dados sobre a produção (atividade pecuária, produtos de origem animal, lavoura temporária e permanente), de acordo com a Pesquisa Municipal do IBGE, 2014.

TABELA 03: Atividade Pecuária e produtos de origem animal e vegetal

Atividade Pecuária - Efetivo dos rebanhos (cabeças), por tipo de rebanho. (Soma de todos os municípios paraibanos)							
Bovino	Bubalino	Eqüino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos	Codornas
1.145.943	992	49.975	148.335	507.589	442.533	10.737.056	307.185
Produção de origem animal (soma de todos os municípios)							
Leite (mil litros)		Ovos de galinha (mil dúzias)		Ovos de codorna (mil dúzias)		Mel de abelha (quilogramas)	
170.486		35.524		3.730		319.994	

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2014.

TABELA 04: Quantidade de Lavoura Permanente e Temporária produzida na PB em 2014.

Lavoura Permanente (em toneladas)		Lavoura Temporária (em toneladas)	
Banana (cacho)	124.945	Abacaxi (mil frutos)	317.696
Abacate	619	Algodão herbáceo (caroço)	23
Castanha de caju	991	Alho	7
Goiaba	2.444	Amendoim (em casca)	362
Laranja	5.250	Arroz (em casca)	1.009
Limão	1.998	Batata-doce	28.121
Mamão	36.722	Batata-inglesa	733
Manga	10.761	Cana-de-açúcar	6.761.570
Maracujá	7.248	Cebola	2.626
Pimenta-do-reino	48	Fava (em grão)	2.181
Sisal ou agave (fibra)	4.765	Feijão (em grão)	17.874
Tangerina	15.240	Fumo (em folha)	2
Urucum (semente)	409	Mamona (baga)	8
Uva	4.036	Mandioca	135.114
Observação: A cultura da cana-de-açúcar é cultivada de forma predominante pelos grandes proprietários, baseada no modelo de produção do agronegócio ⁶		Melancia	5.596
		Melão	50
		Milho	28.249
		Soja	420
		Tomate	14.155

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2014 (Produção total dos municípios PB)

O processo de formação social, econômica e política do Estado da Paraíba, baseado na divisão de aptidões produtivas, a partir dos grandes projetos “de infraestrutura” forjou o olhar sobre o semiárido como uma região inóspita, naturalmente pobre. O paradigma de combate à seca não condiz com as diretrizes e ações da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Um novo paradigma vem sendo consolidado, “o da convivência com a semiaridez”.

A soberania alimentar como objetivo maior é, necessariamente, resultado de planejamento estratégico governamental, através de várias políticas públicas para produção agropecuária, distribuição e comercialização dos alimentos, considerando esse novo paradigma.

O semiárido é uma região de déficit hídrico. Isso quer dizer que a quantidade de chuva é menor do que a de água que evapora, numa proporção de 3 para 1. Além disso, as chuvas são irregulares, e, algumas vezes, há longos períodos de estiagem.

A cada período de estiagem, milhares de pessoas que vivem no semiárido não conseguem satisfazer suas necessidades de acesso à água e a alimentos. Além disso, a concentração da terra, associada à concentração da água, também são causas de insegurança alimentar e nutricional, e de exclusão de famílias do campo. Essa realidade é agravada com a adoção de políticas públicas de infraestrutura hídricas inadequadas e com o modelo de produção degradador de recursos naturais e concentrador de riqueza.

O semiárido paraibano não deve ser tratado como problema. É necessário perceber as raízes das desigualdades sociais que, historicamente produziram insegurança alimentar e nutricional aos povos do campo e da cidade nesse espaço territorial. Portanto, a seca é um fenômeno natural e o paradigma da convivência com o semiárido dialoga com esse pressuposto.

A convivência com o semiárido, segundo a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), se traduz nas práticas de agricultores e agricultoras familiares, nas tecnologias sociais para captar água de chuva, nos processos de estocagem de ração para animais e alimentos para as pessoas, associadas ao manejo adequado da terra e dos recursos hídricos existentes, que vêm desconstruindo o mito da região seca, pobre, improdutiva e inóspita para se morar, viver e trabalhar.

O paradigma da convivência com o semiárido vem sendo construído pelas organizações da sociedade civil e pelos agricultores e agricultoras familiares que vivem na região, e muitas de suas ações são incorporadas em políticas públicas governamentais implementadas com recursos do Governo Federal, nos últimos 13 anos e, mais recentemente, pelo Governo da Paraíba.

⁶ No Brasil o agronegócio é conceituado como modelo de produção baseado em grandes extensões de terra, monocultivos e uso intensivo de agrotóxicos. Modelo de especialização produtiva e concentração de terra, capital e poder nas mãos de empresas e aparece como a principal ameaça à soberania alimentar brasileira (e de muitos outros países).

LISTA 02: Ações do Governo do Estado que dialogam com o paradigma da convivência com o semiárido.

Plano Estadual de Sementes e Mudas para Agricultura Familiar 2015 a 2019	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a sementes crioulas (“Sementes da Paixão”), sementes adaptadas às condições e aos diversos ambientes e territórios rurais da Paraíba. • Objetivo: aquisição de sementes crioulas para distribuição junto aos Agricultores Familiares, Assentados e Assentadas da Reforma Agrária, Comunidades Quilombolas e Indígenas. • Sementes de Feijão Comum, Feijão Macassa, Milho Crioulo, Fava, Batatinha e Arroz Vermelho.
Plano de Verticalização da Produção 2015 a 2019 (Fase de Elaboração)	<ul style="list-style-type: none"> • Prevê ações de acesso aos mercados institucionais (PAA, PNAE) e aos mercados livres (Feiras Agroecológicas, Feiras da Agricultura Familiar, Mercado Local) por parte da Agricultura Familiar, através do processamento e beneficiamento da produção, especialmente de alimentos saudáveis, agroecológicos, garantindo e segurança alimentar e geração de renda para as famílias.
Tecnologias Sociais 2015 a 2019 (Fase de Implementação)	<ul style="list-style-type: none"> • Unidades Familiares de Produção (Sítios, em pequenas propriedades, parcelas de assentamentos). • Ações: Armazenamento estratégico de água, e de forragens, através do Plano Emergencial com a construção de Barragens Subterrâneas (edital implementação de 2.000 Barragens Subterrâneas via PROCASE).
Cadastro Ambiental Rural (CAR) 2015 a 2019 (Fase de Negociação)	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta: beneficiar 149 mil propriedades de Agricultores Familiares, investimentos da ordem de R\$ 40 milhões de reais, favorecendo a uma assessoria técnica qualificada junto às famílias agricultoras, tendo como consequência um aprimoramento dos processos da transição agroecológica nas propriedades, produção de alimentos saudáveis, segurança alimentar e geração de renda para as famílias, dentre outras ações.

Fonte: Núcleo Assessor e de Análise de Informações Estratégicas, NAAInfo, 2016.

O Governo do Estado tem desenvolvido ações que incorporam as tecnologias sociais de armazenamento de água de chuva, fio condutor para outras práticas de convivência com o semiárido, dando corpo a um projeto de desenvolvimento sustentável, através dos programas Água para Beber e Água para Produção de Alimentos, conhecidos, respectivamente, como Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) (Quadro 03).

QUADRO 03: Convênios celebrados pelo Governo do Estado para implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à água para consumo humano e produção de alimentos.

Convênio011/2010: água para beber	4.550
Convênio 045/2012: água para beber	6.850
Convênio 001/2012 – Acesso à água para a produção de alimentos	Cisterna calçadão: 2.028 Cisterna de enxurrada: 500 Barragem subterrânea: 151 Barreiro de trincheira: 224
Convênio 024/2013: água para beber	7.314

Fonte: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano, SEDH, 2016

Somada a essas ações, organizações e movimentos sociais, em parceria com o Governo Federal, vêm atuando na execução do programa de implementação de tecnologias de acesso à água para beber e para a produção de alimentos no semiárido.

Na Paraíba, a Articulação do Semiárido (ASA), trabalhando em rede com inúmeras organizações da sociedade civil, alcançou resultados expressivos. Na Lista 03, são apontadas implementações realizadas em parceria com o Governo Federal (dados georeferenciados):

LISTA 03: Tecnologias Sociais de Acesso à água implementadas pela ASA em parceria com o Governo Federal⁷:

Água como alimento: Cisterna 16 mil litros = 74.501 cisternas	Acesso à água para produção de alimentos Barragem subterrânea = 164 Barragem = 106 Barreiro-trincheira = 941 Cisterna calçadão de 52 mil litros = 4.797 Cisterna enxurrada = 2.815 Tanque de pedra = 72 Cisterna escolar 52 mil litros = 487 escolas
--	---

Fonte: ASA – Brasil, 06 de junho 2016.

Outra ação desenvolvida pelo Governo do Estado consiste no Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE), realizado em parceria com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), instituição da Organização das Nações Unidas (ONU). Este projeto tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento rural sustentável no semiárido paraibano, reduzindo os níveis de pobreza rural e fortalecendo as ações de enfrentamento e combate à desertificação.

O PROCASE beneficia 56 municípios das regiões semiáridas do Estado, por meio do apoio a empreendimentos produtivos, buscando fortalecer as cadeias produtivas já consolidadas, em expansão ou nas quais há fortes indicadores de crescimento.

O recorte sobre o semiárido paraibano, nesta contextualização, se dá porque este bioma ocupa parte significativa do território do Estado (73,23%), e apresenta deficiências de infraestrutura hídrica que constituem obstáculos ao acesso à água para consumo humano e produção de alimentos e, conseqüentemente, na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

Na contramão das ações de Segurança Alimentar e Nutricional está o uso intensivo de agrotóxicos na produção agrícola do Estado.

Em 2008, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e assumiu o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos. Um terço dos alimentos consumidos cotidianamente pelos brasileiros está contaminado pelos agrotóxicos, segundo análise de amostras coletadas em todos os 26 Estados do Brasil, através Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) realizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – 2011/2012.

⁷Os dados apresentados referem-se exclusivamente à parceria com o Governo Federal e estão atualizados até o mês de junho de 2016. O número de implementações de tecnologias sociais realizadas pela ASA é superior a este, considerando que esta rede de organizações também atua com outras parcerias, inclusive, com a Cooperação Internacional.

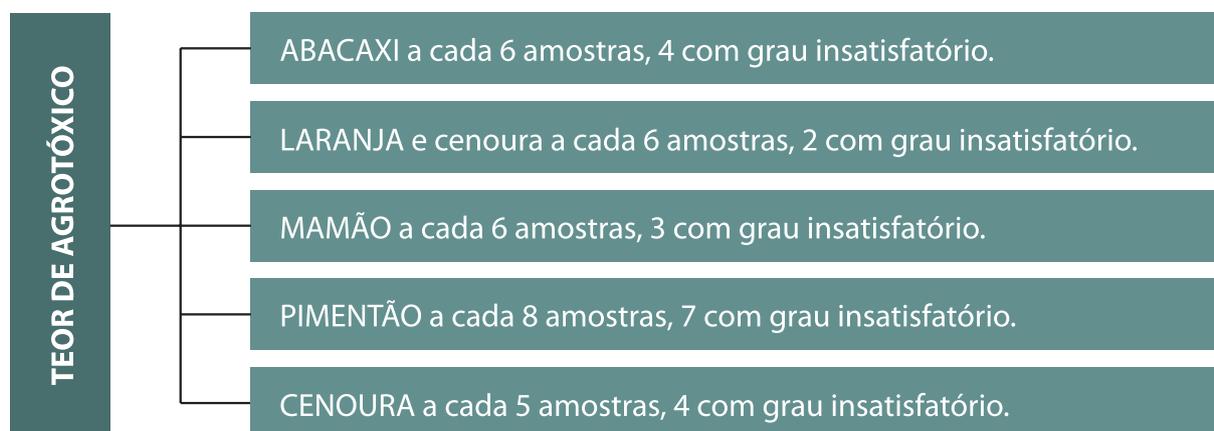
Na Paraíba, a utilização de agrotóxico, fora das especificações legais, ganhou ampla discussão e vem sendo combatida por meio do Plano Estadual de Monitoramento de Agrotóxicos, executado de forma conjunta por entidades e órgãos federais, estaduais e municipais.

A Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços (Empasa), órgão do Governo do Estado, em conjunto com outros parceiros, está realizando um trabalho de fiscalização permanente dos produtos ali comercializados. O objetivo é promover a saúde e segurança alimentar e nutricional dos consumidores, a educação dos agricultores e combater a venda clandestina de agrotóxicos no Estado.

Levantamento realizado pelo Ibama mostrou que a venda desses produtos cresceu no país, entre 2010 e 2012. Na Paraíba, o aumento da comercialização dos insumos foi superior a 86%, terceiro maior percentual do país.

De acordo com o monitoramento do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Anvisa (2011), na Paraíba, o abacaxi, a cenoura e a laranja são os alimentos com teor de agrotóxico considerado demasiado (Lista 04).

LISTA 04: Produtos com alto teor de agrotóxicos na Paraíba



Fonte: PARA, Anvisa 2011-2012.

Nas primeiras coletas realizadas pela Empasa, foi observado o tomate com resíduos de agrotóxicos nove vezes mais que o permitido, e pimentão com resíduo de “metamidofós” (agrotóxico proibido no Brasil, desde 2012).

O contexto de concentração da terra e da água, uso intensivo de agrotóxicos e sementes transgênicas é resultado da escolha de um modelo de produção não sustentável, como expressão do agronegócio, que se baseia na adoção de práticas nocivas à saúde e ao meio ambiente e que destrói práticas alimentares tradicionais, acarretando insegurança alimentar e nutricional.

Por outro lado, como alternativa de produção, de promoção à saúde e ao desenvolvimento sustentável, a agroecologia se apresenta como modelo que atende às diversas dimensões associadas ao conceito de segurança alimentar e nutricional. A agroecologia promove a produção de alimentos, respeitando a diversidade da vida, o uso de sementes crioulas (conhecida na Paraíba como Sementes da Paixão), valoriza o conhecimento das famílias camponesas, indígenas e de povos e comunidades tradicionais e elimina o uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas no campo.

2 - Disponibilidade de alimentos

Para a realização da Segurança Alimentar e Nutricional, a disponibilidade de alimentos pode se dar sob duas formas: diretamente, pelo acesso a terras produtivas (agricultura, criação de animais, cultivo de frutas) ou de outros recursos naturais, como coleta de alimentos, caça e pesca; e pela compra de alimentos adequados na rede de comércio local ou obtenção de alimentos por meio de ações de provimento, a exemplo do PAA (doação simultânea) e entrega de cestas básicas para as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A concentração da terra e as deficiências na infraestrutura de distribuição hídrica foram apontadas nas Oficinas Regionais Participativas, como obstáculos à produção e à disponibilidade de alimentos.

O Censo Agropecuário (IBGE, 2006) revelou ao Brasil que, a agricultura familiar, embora não seja tratada adequadamente como política de desenvolvimento agrário, é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras.

Parte dessa produção é oriunda dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária e do trabalho dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, que atuam na transição do modelo produtivo e na construção do conhecimento agroecológico e na convivência com o semiárido.

Na Paraíba, são 301 Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, com um total de 14.404 famílias, conforme Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 2015).

No Estado, há inúmeras experiências de comercialização dos produtos da agricultura familiar nas feiras locais, pelas próprias famílias. Muitas se constituem como feiras agroecológicas, onde são comercializados produtos diversificados, livres de agrotóxicos e transgênicos e com preço justo.

A agricultura familiar representa um segmento importante de produção de alimentos adequados e contribui com geração de emprego e renda.

Nas Oficinas Regionais Participativas foram destacadas as seguintes experiências relacionadas à disponibilidade de alimentos, desenvolvidas pela agricultura familiar, a partir de iniciativas de organizações da sociedade civil ou com apoio de programas governamentais:

- Quintais produtivos, com produção diversificada de alimentos animal e vegetal e plantas medicinais;
- Programas de fortalecimento da agricultura famílias (PAA, PNAE, Pronaf, expansão de créditos, garantia safra, ATES, ATER, Programas de acesso à água de beber e água para produção de alimentos, via tecnologias sociais (cisternas de placas, barragens subterrâneas, barreiros trincheiras, entre outros);
- Estocagem de água, sementes e ração animal;
- Incentivo e fortalecimento dos Fundos Rotativos Solidários (telas para criação animal ou produção de hortaliças e de criação animal, entre outros);
- Fortalecimento das Casas de Farinha;
- Criação de animais de raças nativas;
- Bancos de Sementes Crioulas/Sementes da Paixão;
- Cozinhas Comunitárias;
- Ações do Mesa-Brasil;

- Casas de Economia Solidária;
- Experiência de reaproveitamento de alimentos (Pastoral da Criança);
- Ações de fortalecimento da Economia Solidária;
- Cooperativa de beneficiamento de polpa de frutas;
- Hortas familiares, comunitárias e escolares;
- Feiras Agroecológicas (de Agricultores e Pescadores);
- Formação de merendeiras para o aproveitamento de produtos da agricultura familiar;
- Perfuração de poços;
- Barramento de pedra para captação de água para produção;
- Construção de açudes e limpeza de barreiros para estocagem de água;
- Implantação de restaurantes populares
- Ações de incentivo ao aleitamento materno;
- Produção de plantas medicinais por grupo de mulheres;
- Ações de reflorestamento em áreas indígenas;
- Ampliação e fortalecimento dos Grupos Produtivos de Mulheres;
- Produção de mel;
- Implantação de Mandalas;
- Reuso de água nos quintais produtivos;
- Produção e beneficiamento do leite de cabra;
- Criação de aves.

As inquietações explicitadas durante a realização das 10 Oficinas Regionais Participativas ratificaram a conclusão a que chegou a V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: **a agricultura familiar camponesa de base agroecológica é o modelo de desenvolvimento rural capaz de garantir a soberania e a segurança alimentar e nutricional e o DHAA**. O respeito às dimensões amplamente debatidas durante o processo de realização das oficinas (diversidade, qualidade sanitária, adequação nutricional, livre de contaminantes de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados, acesso a recursos financeiros ou a recursos naturais, como terra e água, respeito e valorização da cultura alimentar e regional, acesso à informação e realização de outros direitos) é fundamental para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Também foi destacado no processo de consulta:

- A criação e implantação da Política permanente de Convivência com o Semiárido, tendo como referência as estratégias e experiências desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras familiares camponeses;
- Reconhecimento do papel estratégico das mulheres agricultoras na luta pela garantia da soberania alimentar, na conservação e no manejo sustentável dos recursos naturais e, em especial, da agrobiodiversidade;
- A garantia da intersetorialidade na concepção e na gestão das políticas públicas de SAN, potencializando o alcance e a efetividade dessas políticas;
- Garantia do fortalecimento dos Fundos Rotativos Solidários, como ação da Economia Solidária que contribui para produção e disponibilidade de alimentos e aumento da renda das famílias envolvidas.

Ainda nesta dimensão da disponibilidade de alimentos, mencionam-se as seguintes ações da CONAB:

QUADRO 04: Ações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)

Doação de Alimentos	700 toneladas de alimentos para comunidades indígenas, quilombolas, afrodescendentes e outros grupos populacionais em situação de insegurança alimentar.
PPA	2 mil agricultores familiares contemplados. Os alimentos doados à rede socioassistencial e beneficiaram em torno de 600 mil pessoas.
Programas Vendas em Balcão	3 mil criadores atendidos, com mais de 80 mil toneladas de milho para os beneficiários cadastrados no programa, que são pequenos criadores que utilizam o grão na ração animal.
Cadeia Produtiva do Mel	Beneficiaram 100 produtores/apicultores, com investimento de R\$ 700 mil reais no fortalecimento da cadeia produtiva do mel na Paraíba.

Fonte: Portal Brasil, com informações da Conab, 2015.

Por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano/SEDH, o Governo da Paraíba vem desenvolvendo outras ações de disponibilidade de alimentos às famílias em diversos Municípios paraibanos, conforme a Tabela 04, abaixo:

TABELA 04: Ações da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano/SEDH

Programa/Projeto		Objetos	Crítérios de acesso
1	Programa Proalimento (Cartão Alimentação)	<p>O Cartão Alimentação, objetiva beneficiar famílias em situação de vulnerabilidade social nas regiões onde não existe produção de leite suficiente. E atende cerca de 19.078 (Substituiu o Programa do Pão, Fubá e Leite) .</p> <p>O Cartão Alimentação traz autonomia aos beneficiários, que podem acessar o alimento, através da compra nos 84 estabelecimentos cadastrados e gera aquecimento na economia local dos municípios. O valor acessado mensalmente R\$ 25,00 de crédito, válidos durante 30 dias.</p>	<p>O Cartão Alimentação só pode ser utilizado por pessoas cadastradas pelo Programa com os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possuir renda per capita de, no máximo meio salário mínimo; - Ter entre os membros da família: gestantes, a partir da constatação da gestação pelas Unidades Básicas de Saúde e que façam exame pré-natal; - Crianças até sete anos de idade que possuam certidão de nascimento e que estejam com controle de vacinas em dia; - Nutrizes até seis meses após o parto e que amamentem, no mínimo, até o sexto mês de vida da criança; - Pessoas com 60 anos ou mais e pessoas com deficiência.

Programa/Projeto		Objetos	Critérios de acesso
2	Programa Leite da Paraíba	<p>Promover a melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa renda, através da distribuição de leite para combater a fome e a desnutrição infantil, beneficiando cerca de 24.201 famílias em todo Estado.</p> <p>O Programa Leite da Paraíba, além de atender às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, valoriza a agricultura familiar, mantendo os produtores no campo, podendo comercializar uma margem de R\$ 8.000,00 ano de produtos para o Programa.</p>	<p>Para ser beneficiário do Programa, as famílias precisam atender dos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Renda per capita de, no máximo meio salário mínimo; ter entre os membros da família: gestantes, a partir da constatação da gestação pelas Unidades Básicas de Saúde e que façam exame pré-natal; - Famílias com crianças até sete anos de idade que possuam certidão de nascimento e que estejam com controle de vacinas em dia; nutrizes até seis meses após o parto e que amamentem, no mínimo, até o sexto mês de vida da criança; e pessoas com 60 anos ou mais e pessoas com deficiência.
3	Restaurantes Populares	<p>Beneficiar pessoas de baixa renda e/ou em situação de insegurança alimentar e nutricional. São oferecidas cerca de 4.000 refeições/dia nos quatro restaurantes mantidos pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita e Patos.</p> <p>Nos restaurantes, a população tem uma refeição de qualidade, sob acompanhamento de nutricionistas, pagando o valor de R\$ 1,00 por refeição.</p>	<p>Pessoas de baixa renda e/ou em situação de insegurança alimentar e nutricional.</p>

A criação da Secretaria Estadual da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS), em 2015, pode ser destacada como fortalecimento da ação do Estado em favor da agricultura familiar e da soberania e segurança alimentar e nutricional.

As políticas públicas desenvolvidas pela SEAFDS atuam na promoção do desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar no Estado, priorizando a formulação de planos, programas, projetos, políticas públicas para captação e mobilização de recursos a serem aplicados na agricultura familiar, totalizando em 2015, cerca de R\$ 56 milhões.

TABELA 05: Captação e Investimentos de Recursos da SEAFDS na Agricultura Familiar na PB.

Plano/Programa /Projeto		Objetos	Recursos Articulados e Mobilizados (R\$)
1	Implantar tecnologias sociais para armazenamento estratégico de água (barragens subterrâneas) nos municípios em situação de emergência.	Edital PACTO 2015, municípios SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, Decretos Nº. 35.817 de 18 de abril de 2015 e Nº. 35.856 de 08 de maio de 2015. Objetivo: implantar Tecnologias Sociais para Armazenamento Estratégico de Água (Barragens Subterrâneas) nos municípios em Situação de Emergência com as seguintes características: 2000 barragens subterrâneas com recursos do Tesouro Estadual – operacionalizado pela SEAFDS.	4.429.080,00
2	Proinf – Território Serra do Teixeira	Aquisição de Kit's de forragem para produção de alimentação animal destinada às famílias agricultoras do Território Serra do Teixeira (Proposta SICONV 046981/2015)	249.770,00
3	Proinf – Território Médio Sertão Paraibano	Aquisição de 24 Kit's de forragem para produção de alimentação animal destinadas às famílias agricultoras do Território do Médio Sertão Paraibano (Proposta SICONV 046972/2015)	449.840,00
4	Proinf – Território Rural Vale do Piranhas	Construir um Centro de Comercialização da Agricultura Familiar às margens da BR-230, de gestão compartilhada, para atender aos arranjos produtivos do Território de Identidade Rural do Vale do Piranhas que produzem alimentos saudáveis, preferencialmente a base ecológica, seja de origem vegetal, animal e/ou pescados, produtos dos artesões locais e serviços de turismo rural (Proposta SICONV 046902/20015)	350.284,00
5	Proinf-Território Vale do Paraíba	Contribuir para o beneficiamento da pecuária no Território Vale do Paraíba na disponibilização de tecnologia para a produção e armazenamento de silagem, como enfrentamento ao período de escassez de chuvas, como também assegurar o aumento da produção e da produtividade do rebanho (Proposta SICONV 032934/2015)	239.785,00

Plano/Programa /Projeto		Objetos	Recursos Articulados e Mobilizados (R\$)
6	Proinf-Território da Cidadania da Borborema	Construir a Central de Comercialização e ponto de venda dos Agricultores Familiares do Território da Cidadania da Borborema (Proposta SICONV 032784/2015).	400.000,00
7	Proinf – Território do Curimataú	Fortalecer a Agricultura Familiar, a partir da garantia da armazenagem com qualidade dos animais abatidos para a comercialização, da geração de renda das mulheres, jovens e comunidades tradicionais, através das potencialidades artesanais e culturais existentes (Proposta SICONV 032477/2015)	450.000,00
8	Proinf – Território do Seridó	Fortalecer a agricultura familiar no Território do Seridó Paraibano com a aquisição de equipamentos para potencializar a produção, beneficiamento e estocagem de alimentação animal (Proposta SICONV 032392/2015)	349.400,00
9	Proinf – Território do Cariri Oriental	Construir complexo, anexo ao Viveiro de Produção de Mudas de Essências Florestais e Frutíferas (nativas e exóticas adaptadas, no território do Cariri Oriental Paraibano). (Proposta SICONV 032992/2015 – Aprovada – Não empenhada).	270.000,00
10	Programa de Verticalização da Agricultura Familiar – PB	Inserir a agricultura familiar no processo produtivo agroindustrial, com incentivos à produção e ao processo de produtos in natura de origem vegetal, de modo a agregar valor à produção, aumentar a renda familiar e gerar empregos (Fase de diagnóstico, Planos e Elaboração de Projetos)	375.000,00
11	Plano Estadual de Sementes para Agricultura Familiar	Fortalecer os sistemas agroalimentares de base agroecológica, por meio do apoio a programas e ações destinadas à produção, melhoramento, resgate, conservação, multiplicação e distribuição de materiais propagativos, prioritariamente crioulos, bem como implementar nos próximos Planos Safras para Agricultura Familiar, como o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, estímulos à produção e aquisição de sementes e mudas de variedades e cultivares crioulos adaptadas às realidades de cada território rural da Paraíba.	375.000,00

Plano/Programa /Projeto		Objetos	Recursos Articulados e Mobilizados (R\$)
12	Cadastramento Ambiental Rural (CAR), no Estado da Paraíba	Implantar o Cadastramento Ambiental Rural (CAR) em pequenas propriedades rurais até 4 módulos fiscais em todos os municípios do Estado da Paraíba.	42.568.050,00
Total			56.787.506,88

Fonte: SEAFDS, 2015.

A agricultura familiar cumpre importante papel na produção e disponibilidade de alimentos e na promoção da segurança alimentar e nutricional.

A disponibilidade de alimentos, como dimensão de SAN, é compreendida, a partir do acesso a terras produtivas, estruturas de captação e armazenamento de água em quantidade e qualidade suficientes, armazenamento e/ou distribuição de sementes crioulas, incentivo à criação animal de raças nativas e galinhas de capoeira, experiências de produção da agricultura familiar e ações públicas que garantam o provimento de alimentos adequados às famílias em situação de fragilidade social e insegurança alimentar e nutricional.

3 - Renda e Condições de vida

A insegurança alimentar e nutricional é um fenômeno intimamente relacionado à pobreza. A renda também é um indicador de pobreza. No país, os maiores rendimentos nominais domiciliares se concentram nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), o Índice de Gini, que calcula o nível de desigualdade de renda, ficou em 0,501 em 2014, em uma escala que vai de zero a um e quanto mais distante de zero, maior a desigualdade.

A renda per capita domiciliar na Paraíba em 2014 foi de R\$ 682,00, sendo o sétimo rendimento pior do país.

Com relação aos anos anteriores, a Paraíba registrou redução na desigualdade nos últimos dez anos. Em 2004, o índice de Gini da Paraíba era de 0,586 e o Estado registrava a quinta maior desigualdade da região.

LISTA 05: Indicadores de renda

11% dos domicílios da PB têm renda mensal per capita de até 25% do salário mínimo.

Apenas 6,6% dos domicílios têm renda per capita acima de três salários mínimos.

40,7% dos homens, com 16 anos ou mais, que residem na Paraíba, tinham emprego formal.

A proporção de mulheres com emprego formal era de 35,8%.

73% da população da PB com mais de 10 anos possuem, pelo menos, um celular para uso pessoal.

Fonte: IBGE, 2013.

A Paraíba apresentou crescimento médio anual do PIB de 4,36%, no período entre 2000 e 2010, taxa superior à média do país e da região Nordeste, sendo inferior apenas aos Estados de Maranhão e Piauí.

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado ocupou a 23ª posição no ranking nacional (0,658) e é o 6º colocado entre os 09 (nove) Estados da região Nordeste. O percentual da população vivendo em condição de extrema pobreza no Estado (14,4%) é praticamente o dobro do nacional (7,9%) e situa-se um pouco abaixo da média do Nordeste (16,1%).

É na zona rural onde se concentra a população mais pobre da Paraíba. Nessa região, a renda per capita é a metade da renda da população urbana, em média R\$314,00. A provisão de adequado abastecimento de água na zona urbana alcança mais de 90% da população, enquanto na zona rural não chega a 35%. A taxa de analfabetismo de pessoas com 5 anos ou mais de idade diminuiu consideravelmente no intervalo de 2004 – 2014, passando de 26,43% em 2004 para 17,32% em 2014. O percentual de pessoas que recebem o Bolsa Família e outras transferências financeiras destinadas aos mais pobres, na zona urbana é de 41%, enquanto na zona rural sob para 60%.

Mesmo focando a análise nos indicadores de renda e condições de vida, verifica-se que, apesar dos inúmeros esforços do Governo estadual, ainda se mantém como um grande desafio na Paraíba a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Os programas de transferência e geração de renda e oferta de alimentos, desenvolvidos pelo Governo Federal, no período de 2003 a 2015, exerceram papel fundamental no enfrentamento à pobreza e à extrema pobreza, tendo como resultado a saída do Brasil do Mapa da Fome.

Estes programas fortaleceram a produção e a disponibilidade de alimentos, gerando emprego e renda, promovendo a autonomia de grupos em situação de vulnerabilidade social, como catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, agricultores, pescadores, principalmente as iniciativas produtivas das mulheres (grupos de artesanatos e processamento de alimentos).

LISTA 06: Ações do Governo Federal de enfrentamento à Pobreza e à Extrema Pobreza

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE - Programa de Alimentação Escolar
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
ATES - Assistência Técnica Social e Ambiental
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Programa Terra Forte
Programa Água para Todos e Água para Produção
Programa Bolsa Família
PRONERA - Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Fortalecimento)
Programa Luz para Todos
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador
CATAFORTE - Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias
Programa Minha Casa, Minha Vida
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
ProUni - Programa Universidade para Todos

FONTE: Governo Federal, <https://www.gov.com.br>, acessado em 02 de agosto de 2016.

No âmbito do Estado, destaca-se o Abono Natalino, Programa de Transferência de Renda do Governo do Estado, coordenado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), que tem como objetivo complementar a renda das famílias, extremamente pobres, beneficiárias do Programa Bolsa Família do Governo Federal.

Este Programa de complemento de renda, pioneiro no Brasil, está no seu quarto ano e beneficia diretamente as famílias extremamente pobres, aquecendo a economia dos municípios. Em 2015, ele foi pago no mês de dezembro a 504.277 famílias em todo o Estado da Paraíba. O montante investido no Estado pelo Programa foi de R\$ 16.168.064,00.

4 - Acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água

“A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (LOSAN, Art.3º, 2006)

O primeiro estudo de SAN no Estado foi coordenado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 2005 e teve como finalidade realizar uma avaliação da situação de insegurança alimentar de famílias residentes no interior do Estado, em particular, nos 15 municípios onde foi iniciado o programa Fome Zero do Governo Federal, identificados como os mais carentes do semiárido paraibano. (VIANNA e SEGALL-CORREA, 2008).

Os municípios estudados foram Araruna, Areial, Aroeiras, Bananeiras, Bernardino Batista, Boqueirão, Cacimba de Dentro, Esperança, Itabaiana, Nova Floresta, Picuí, Queimadas, São José dos Ramos e Umbuzeiro. Utilizou para essa medição, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), adaptada à realidade brasileira e validada durante este estudo.

O resultado consolidado de todos os municípios apresentou uma frequência de 11,3% de insegurança alimentar grave entre as famílias entrevistadas. Esta situação, de acordo com a escala Ebia, representa um estado onde a família convive com a situação real de fome, chegando a ficar até um dia inteiro sem comida. Dada a realidade estudada, a prevalência encontrada é bastante alta e representa um contingente populacional expressivo.

Quando analisado isoladamente, o Município que apresentou o melhor resultado foi Umbuzeiro e a pior situação, São José dos Ramos. Após cinco anos da realização dessa pesquisa, um novo inquérito foi realizado em dois dos 15 municípios, São José dos Ramos e Nova Floresta. Utilizando o mesmo plano amostral e a mesma metodologia para obter uma nova avaliação da situação de segurança e insegurança alimentar dessas famílias. Observou-se uma mudança nas frequências de segurança e insegurança alimentar no município de São José dos Ramos ($p < 0,0005$), com redução da insegurança alimentar grave e moderada, sendo a primeira bastante expressiva. No município de Nova Floresta, as frequências de segurança e insegurança alimentar não apresentaram diferenças significativas, quando comparados os dois períodos.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 2013, mostra os seguintes resultados (Tabela 06):

TABELA 06: Moradores em domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, tipo de insegurança alimentar - Estados nordestinos, 2013.

Região e Unidades da Federação	Total de moradores	Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar		
			Leve	Moderada ou Grave	Total
Nordeste	100,00	58,10	26,30	15,61	41,90
Maranhão	100,00	35,42	38,83	25,75	64,58
Piauí	100,00	40,99	39,29	19,66	58,95
Ceará	100,00	61,27	25,46	13,25	38,72
Rio G. do Norte	100,00	64,40	21,32	14,31	35,63
Paraíba	100,00	59,39	27,34	13,30	40,63
Pernambuco	100,00	71,42	20,16	8,43	28,58
Alagoas	100,00	62,32	22,73	14,92	37,65
Sergipe	100,00	64,67	22,46	12,96	35,43
Bahia	100,00	58,30	24,33	17,37	41,70

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Elaboração: DIEESE-PB, estudo realizado em março de 2015, p.7.

Ao se fazer uma análise por Estados do Nordeste, observa-se que a Paraíba aparece em 6ª (sexta) posição, com 40,6% da sua população inserida em uma situação de insegurança alimentar e nutricional. Vale destacar que 27,34% dos paraibanos possuem uma insegurança alimentar nutricional leve, e 13,30% têm uma insegurança alimentar nutricional moderada ou grave.

Estes dados apresentados foram utilizados no diagnóstico sobre a discussão da Segurança Alimentar e Nutricional na Paraíba, realizado pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos, escritório regional da Paraíba (DIEESE, 2015). O diagnóstico parte de um breve perfil da população paraibana em relação à situação de segurança alimentar e nutricional, tendo como referência as informações publicadas no portal transparência do Governo Federal e da Pesquisa Básica e Suplementar de Segurança Alimentar e Nutricional do PNAD 2013.

Os indicadores abordados nesse diagnóstico são de prevalência de insegurança alimentar moderada e grave, considerando a faixa etária, os anos de estudo e a frequência escolar, a cor ou raça, a situação na ocupação e os rendimentos mensais, conforme Lista 07.

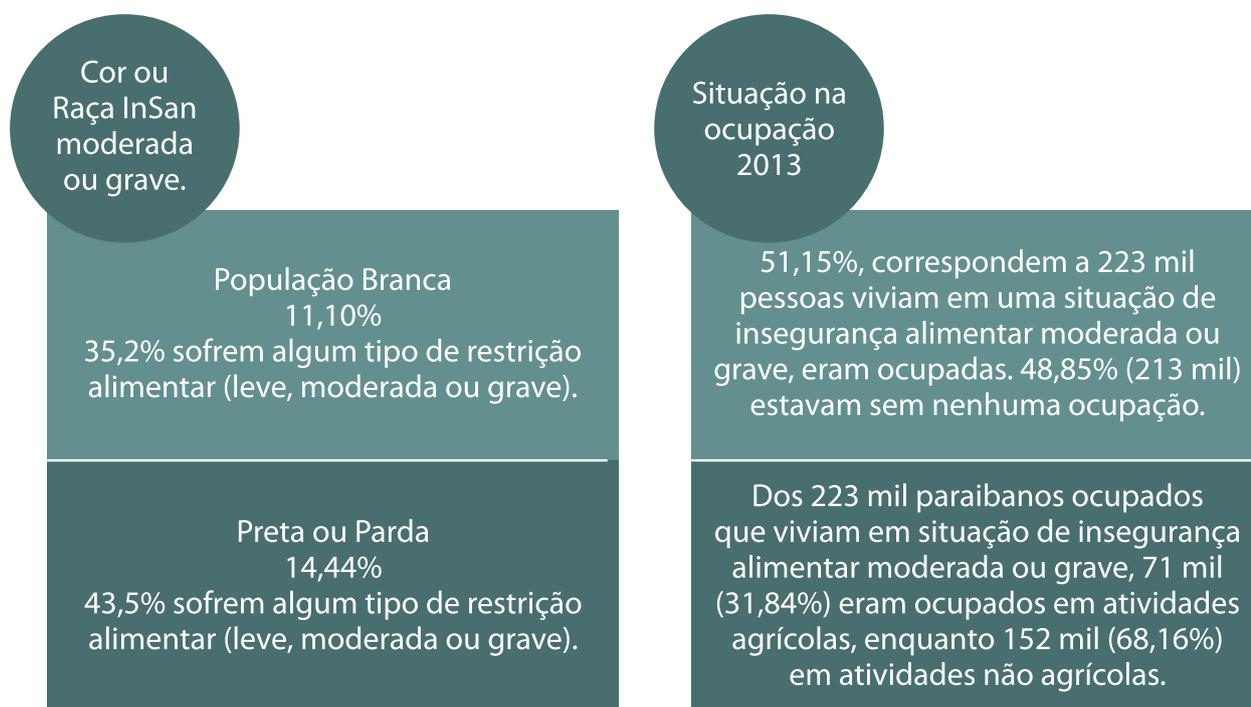
LISTA 07: Prevalência de Insegurança Alimentar

a) Lista da Faixa Etária e Anos de Estudo

Faixa Etária	Anos de Estudo
521 mil Paraibanos que vivem na situação de insegurança alimentar.	273 mil Paraibanos, correspondem a 35% da população possui de 0 a 3 anos.
Moderada ou Grave	Moderada ou Grave
30,5% são crianças e adolescentes (0 a 17 anos de idade).	16,60% sem instrução e menos de 1 ano.
46,45% possuem 18 a 49 anos.	18,4% possuem 1 a 3 anos de estudo.
17,47% possuem de 50 a 64 anos.	15,6% possuem 4 a 7 anos.
5,57% acima de 65 anos.	11,7% possuem 8 a 10 anos de estudo Cerca de 50 mil paraibanos, correspondem a 10% com 11 anos ou mais de estudo.

Fonte: DIEESE, 2015

b) Lista da Cor ou Raça e Situação na Ocupação



Fonte: DIEESE, 2015

Quanto ao rendimento mensal é possível observar que na Paraíba, 33,59% das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional grave ou moderada possuíam um rendimento mensal domiciliar per capita de até um quarto do salário mínimo e 31,29% dos paraibanos com InSan tinham rendimento mensal per capita de mais de um quarto, até meio salário mínimo.

Os dados do DIEESE (2015) mostram que os grupos com menor renda, poucos anos de escolaridade, cor preta ou parda, crianças e jovens são os mais vulneráveis a algum tipo de insegurança alimentar e nutricional. Os indicadores revelam que a população branca corresponde a 29,82% e a população preta ou parda a 70,18%.

Outro elemento que pode ser problematizado é a ocupação. Os 223 mil paraibanos que viviam em situação de insegurança alimentar moderada ou grave eram ocupados, 71 mil (31,84%), em atividades agrícolas e 152 mil (68,16%), em atividades não agrícolas.

O período de 2003 a 2015 pode ser considerado um marco na intervenção estatal na área de SAN no Brasil, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS). Neste período, foi implantado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que tem por objetivos: formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do país.

LISTA 08: Os principais programas do SISAN e prioridades de investimentos do MDS

Os principais programas que compõem a PNSAN

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Programa Cisternas.

Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

No MDS: investimentos que se destacam

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Transferências do Programa Bolsa Família.

Fonte: DIEESE, Escritório Regional da Paraíba, 2015.

O acesso à água é elemento fundamental de garantia plena da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

O Estado, através da CAGEPA, tem a obrigação de promover o abastecimento de água potável em todas os Municípios da Paraíba para o campo e a cidade.

Dados da CAGEPA apontam que, dos 265 sistemas de abastecimento de água da Paraíba, existem 69 com abastecimentos de água normais, 13 em estado de alerta, 86 em situação de racionamento e 30, em situação de colapso, 42 com faturamento suspenso em decorrência do não fornecimento de água e 25 sistemas não são operados pela companhia, ou seja, são os municípios que operam e são responsáveis pelo abastecimento (CAGEPA, julho 2016).

Dos 240 sistemas operados pela CAGEPA, apenas 28,75% têm abastecimento normal. Estes dados apontam o desafio do Estado na superação das deficiências do sistema de abastecimento de água.

As políticas públicas de investimentos em infraestrutura hídrica e oferta de água são imprescindíveis no combate à insegurança alimentar e nutricional. Além de fornecer água para famílias em situação de vulnerabilidade, também são significativas no manejo da produção de alimentos (Quadro 05).

QUADRO 05: Investimentos acessados pelo Estado da Paraíba para programas de infraestrutura hídrica, período 2005 a 2014.

Período	Programas	Ações
2005 a 2007	Pró-água infraestrutura R\$ 61 milhões	Construção de açudes, perfuração e equipamento de poços públicos, construção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica, fortalecimento da infraestrutura hídrica, construção da adutora Acauã com 55 km e a manutenção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica, crédito extraordinário.
2008 a 2014	Infraestrutura Hídrica R\$ 146 milhões	Construção de barragens e açudes, implantação de obras de infraestrutura hídrica, construção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica, dessalinização de água - água doce, implantação do sistema adutor Barragem Capivara, implantação da Adutora Acauã, estruturação dos sistemas nacional e estadual de gerenciamento de recursos hídricos, implantação do sistema Adutor do Congo (2ª etapa) e revitalização de infraestruturas de abastecimento de água.
2011 a 2014	Programa Oferta de Água R\$ 410 milhões	Distribuição e acesso à água na Paraíba.

Fonte: DIEESE, 2015.

O governo do Estado tem, em curso, investimentos de mais de R\$ 1 bilhão e 200 milhões em abastecimento de água e esgotamento sanitário (CAGEPA e SERHMACT), somando-se a isso a construção do Canal Acauã–Araçagi– Adutor das Vertentes Litorâneas, que custará mais de 1 bilhão de reais.

Está em construção a Barragem de Camará e já foram recuperadas 25 barragens e outras 27 estão sendo recuperadas, tais como Barragem do Saco, em Nova Olinda; Barragem Jangada, em Mamanguape; e Açude Farinha, em Patos.

QUADRO 06: Obras da Cagepa**Ações concluídas, em andamento e a fazer – 149**

Municípios por mesorregiões	Número de Ações	Nº ações/ Valores das Ações		
		Concluídas	Em andamento	A fazer
Região da Mata 17 municípios (Riachão do Poço, Alhandra, Caaporã, Conde, Jacumã, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Mari, Pitimbú, Santa Rita, Sapé, Sobrado, Mamanguape, Capim, Rio Tinto, Jacaraú)	65	10	4	31
Região do Agreste 21 municípios (Araçagi, Cuitigé, Duas Estradas, Guarabira, Mulungú, Pilões, Pilõeszinhos, Pipirituba, Aroeiras, Campina Grande, Natuba, Queimadas, Caldas Brandão, Gurinhém, Ingá, Itabaiana, Itatuba, Juarez Távora, Riachão do Bacamarte, Serra Redonda, Lagoa de Dentro)	57	11	3	43
Região da Borborema 7 municípios (Alcantil, Assunção, Aroeiras, Amparo, Monteiro, Serra Branca, Sumé)	9	1	2	6
Região do Sertão 18 municípios (Cacimba de Areia, Desterro, Emas, Patos, Boa Ventura, Conceição, Diamante, Ibiara, Itaporanga, Nova Olinda, Piancó, Santana da Mangueira, Santana dos Garrotes, S. José de Caiana, Água Branca, Jurú, Manaíra, Tavares)	37	9	2	26
Valores destinados às ações		4.928.279,62	274.295.445,72	64.159.867,99

Fonte: Cagepa - 2016 (Eng. Leonardo I. Brasil Montenegro)

Na zona rural, o investimento é através dos Programas Água para Todos (40,1 milhões de reais) e Água Doce (14,5 milhões), totalizando 55,6 milhões de reais, recursos de transferências do governo federal.

No Programa, Água para Todos, implementado com recursos do Governo Federal, executado na Paraíba, em parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), e organizações da sociedade civil, foram construídas 4.550 cisternas, com investimento correspondente a R\$ 8 milhões e 200 mil (SEDH, 2013). No ano de 2014 deu-se início à execução de novo Convênio para a implementação de mais 14.164 cisternas.

O acesso à água, como política de SAN, também é garantido pelo Governo do Estado, através do **Projeto Cooperar**⁸, com investimentos na implementação de Cisternas, Sistemas simplificados de abastecimento de água e apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL's).

O Projeto Cooperar vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado (SEPLAG), vem atuando na Paraíba há quase 25 anos, sendo responsável pela execução de políticas e projetos de desenvolvimento rural sustentável, focado na redução da pobreza rural. Atua em 222 de um total de 223 municípios da Paraíba, excetuando-se a capital do Estado, João Pessoa, através de um subprograma, o Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC). As suas ações foram retomadas com maior ênfase, a partir de 2011, com a preocupação de assegurar “a retomada dos Conselhos Municipais de Agricultura Familiar”, fóruns de discussão e priorização das demandas, planejamento e monitoramento pelos beneficiários das ações executadas pelo projeto.

O Projeto Cooperar realizou 377 ações, todas concluídas, beneficiando 16.103 famílias, com investimento de R\$ 33 milhões e 481 mil (Gráficos 03 e 04):

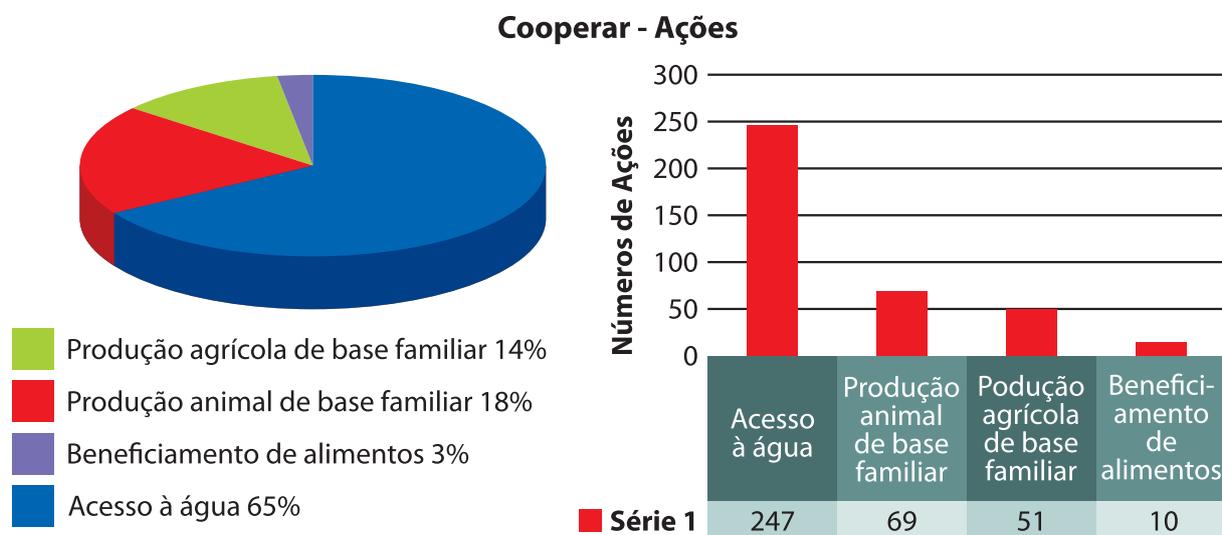
a - Ações referentes ao acesso à água: 4.740 cisternas; 100 sistemas de abastecimento singelo d'água; 15 sistemas de abastecimento d'água completo; 03 sistemas de abastecimento singelo d'água adequados; 01 tanque de pedra.

b - Ações referentes à produção animal: 26 projetos de apoio à apicultura; 19 projetos de apoio à caprino-ovinocultura; 14 projetos de apoio à piscicultura; 08 projetos de apoio à avicultura; 02 usinas de beneficiamento de leite.

c - Ações de apoio à agricultura familiar: 25 kits de mecanização da agricultura familiar; 13 projetos de apoio à agricultura familiar irrigada (R\$1,3 milhão); 02 centros de comercialização da agricultura familiar; 09 projetos de apoio ao cultivo do arroz vermelho; 01 projeto de apoio à fruticultura.

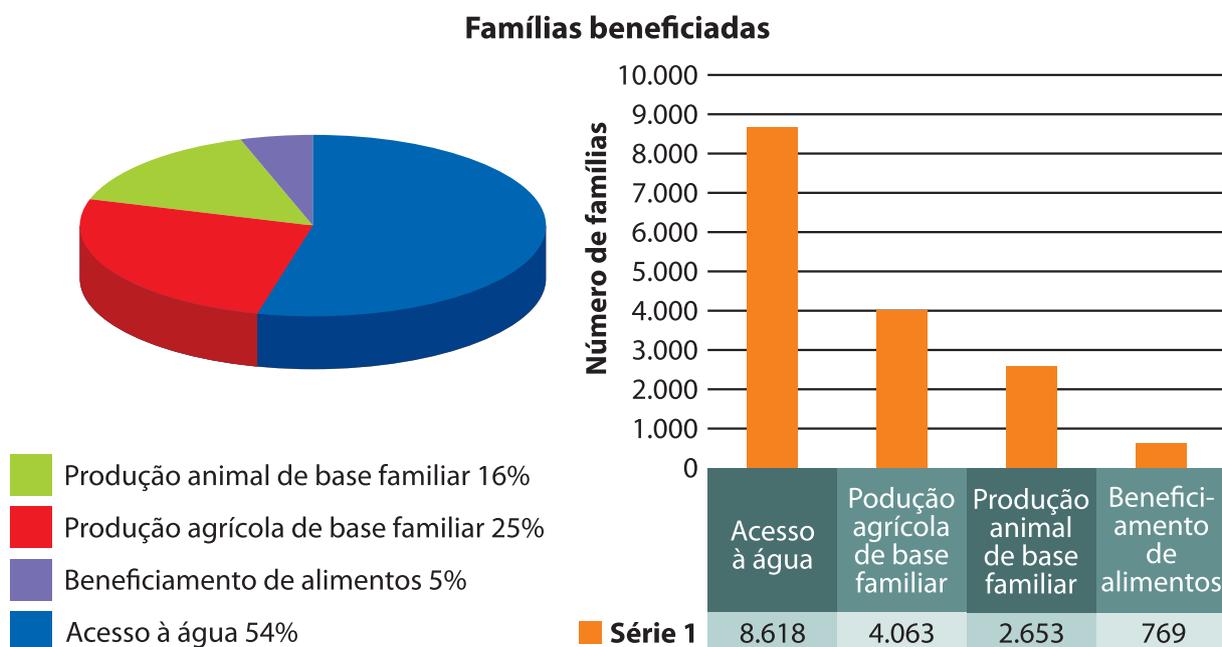
d - Ações de apoio ao beneficiamento de alimentos: 04 unidades de produção de polpa de frutas; 02 mini-indústrias de produtos alimentícios; 02 unidades de produção: 01 de farinha e 01 de queijo; 02 usinas de beneficiamento: 01 de arroz e 01 de castanha-de-cajú.

GRÁFICO 03: Ações do Projeto Cooperar



⁸O Projeto Cooperar, criado pela Lei nº 6.523 de 10 de setembro de 1997, tem como objetivos, dentre outros, definir, formular e coordenar o planejamento, a execução e o controle das ações direcionadas a provisionar a infraestrutura social e econômica básica das comunidades mais pobres da zona rural, criar oportunidades de geração de renda e de emprego para as comunidades rurais mais pobres do meio agrícola, visando à combater a pobreza rural e suas consequências.

GRÁFICO 04: Número de Famílias Beneficiadas



5 - Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados.

A alimentação e a nutrição são requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, compromisso assumido pela Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN, 2012) e a Política Nacional de Promoção da Saúde.

O Brasil, nas últimas décadas, vem passando por diversas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que resultaram em transformações no seu padrão de saúde e consumo alimentar. Mesmo com a redução da desnutrição, persistem deficiências de nutrientes e a desnutrição em grupos vulneráveis da população, como indígenas, quilombolas, crianças e mulheres.

Outro problema atual que acomete os brasileiros é o aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade em todas as faixas etárias. O excesso de peso acomete um em cada dois adultos e uma em cada três crianças no Brasil (Ministério da Saúde, p. 5, 2014).

A população da Paraíba correspondente a 1,97% da população nacional (IBGE), sendo o Estado uma das unidades da federação de menor superfície (0,66% do território nacional, ficando na 21ª posição em ordem decrescente). Com 75,4% da sua população urbana e 24,6% no campo. A densidade demográfica estadual é de 66,73 hab./km².

A concentração da população nos centros urbanos também faz parte das transformações no modo de vida da população, com a mudança dos hábitos alimentares (padrões tradicionais de alimentação), com a substituição de alimentos in natura ou minimamente processados de origem vegetal (arroz, feijão, mandioca, batata, legumes e verduras) por produtos industrializados prontos para o consumo.

Indicadores da Paraíba

Taxa de fecundidade - A taxa de fecundidade da Paraíba segue o comportamento apresentado pela Região Nordeste e pelo Brasil, com taxas abaixo do nível de reposição (TFT = 2,10 filhos), com decréscimo de 20,1%, entre 2000 e 2010 (Tabela 07).

TABELA 07: Taxa de fecundidade total e diferença relativa. Paraíba, Região Nordeste e Brasil, 2000 e 2010.

UF/Região	2000	2010	Diferença Relativa 2000/2010(%)
Paraíba	2,53	1,83	-20,1
Nordeste	2,69	2,06	-23,4
Brasil	2,38	1,98	-22,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Distribuição da população – Houve transformações na estrutura etária, com redução de jovens e aumento considerável de idosos (acima de 60 anos) que representa atualmente 12% da população total – em 1991 essa proporção era de 9%. Enquanto os idosos aumentaram 55,8%, entre 1991 e 2010, nesse mesmo período a proporção de menores de 15 anos diminuiu 33,2%. Este processo de envelhecimento é resultado da rápida mudança, tanto da taxa de fecundidade, quanto da expectativa de vida.

Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) – A Taxa de Mortalidade Infantil expressa as condições socioeconômicas e de infraestrutura, assim como o acesso a recursos disponíveis para atenção da saúde materna e da população infantil.

Na Paraíba, a taxa de mortalidade infantil em 2010, era de 22,9 óbitos a cada mil nascidos vivos. A taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos era de 26,3 óbitos a cada mil nascidos vivos (IBGE, 2010). A esperança de vida ao nascer, para mulheres era de 75 anos de idade, e para homens de 67,4 anos.

Sobrepeso e obesidade – Em relação ao sobrepeso e à obesidade, estudo realizado em escolas públicas de João Pessoa mostrou que o excesso de peso foi elevado para ambos os sexos. Os resultados encontrados para adolescentes mostram que foram superiores em relação à região Nordeste (Pnad, 2010). A prevalência de excesso de peso de 20,8% nos adolescentes deste estudo se mostrou mais elevada, quando comparada a outras pesquisas realizadas em Fortaleza, Ceará (com 18%) (Pontes, et al, 2013).

A prevalência de excesso de peso nos adolescentes da rede pública estadual de João Pessoa, no período estudado, é elevada e se apresenta generalizada segundo o sexo, o que pode ser explicado como parte de um processo de rápidas modificações que caracteriza a transição nutricional em curso, abrangendo, até mesmo, as populações onde a obesidade tinha menor expressão epidemiológica em décadas anteriores. Entre os determinantes, os fatores biológicos e do estilo de vida se mostraram associados positivamente ao excesso de peso entre adolescentes. (Pontes, et al, 2013) .

Dados coletados pelo Núcleo de Tecnologia da Informação do Ministério da Saúde, através da Secretaria de Assistência à Saúde e Departamento de Atenção Básica (2015), mostram os seguintes resultados: para crianças de 6 meses a dois anos de idade, 0,72% apresentavam peso muito baixo para a idade, 1,72% tinham peso baixo para a idade, 85,72% estavam com peso normal e 11,86% estavam com peso elevado para a idade, esse valor é maior que os apresentados para o Nordeste, 11,22% e para o Brasil, 9,87%.

Crianças na faixa etária de 2 a 5 anos de idade apresentam peso muito baixo para a idade 0,85%, peso baixo para a idade 1,72%, peso normal para a idade 86,23% e peso elevado para a idade, 10,54% (Nordeste= 8,87% e Brasil, 8,25%). Na faixa etária de 5 a 10 anos de idade, apresentam peso muito baixo para a idade, 1,57%, peso baixo para a idade, 3,27%, peso normal para a idade, 84,13% e peso elevado para a idade, 11,03% (Nordeste = 9,16% e Brasil, 9,16%).

Para os homens, os valores são: com baixo peso é de 3,89%, com peso normal, apenas 39,14%, com sobrepeso, 34,72% e com Obesidade I 17,23%, Tipo II 5,44% e Obesidade III 2,07%. A soma de sobrepeso e Obesidade 53,85 %. O número de mulheres com sobrepeso e obesidade na Paraíba, 58,16% é superior ao número de homens do Estado e também ao percentual do Nordeste 54,94% e ao do Brasil 57,04%.

Com sobrepeso, seriam 40%, No grupo de adolescentes, o indicador usado é altura para a idade. Observa-se que as adolescentes apresentam altura muito baixa para a idade 4,29%, altura baixa para a idade 7,38% e altura normal para a idade 88,33%. Adolescentes do sexo masculino apresentaram altura muito baixa para a idade, 8,39%, altura baixa para a idade, 7,68% e altura normal para a idade, 83,94%. Nesses dados podem ser observados os casos de desnutrição crônica, nessa faixa etária em fase bem recente.

Para a população adulta feminina, o número de mulheres com baixo peso é de 2,71%, com peso normal, apenas 39,14%, com sobrepeso 35,37% e com Obesidade I 16,08%, Tipo II 5,0% e Obesidade III 1,48%. A soma de sobrepeso e Obesidade 58,16 % é muito superior ao valor de pessoas com peso normal, ou seja, 39,14%, percentual que representa mais de 1,5 milhão de paraibanos. Em João Pessoa, conforme dados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel, 2011), 49,8% da população com idade, a partir de 18 anos estão com excesso de peso, e 14,2% são obesos. No Brasil, estima-se que existam 6 milhões de pessoas com obesidade mórbida.

Saneamento básico – Na série, Estudos e Pesquisas: Síntese dos indicadores Sociais (IBGE, 2015), 95,3% dos domicílios particulares permanentes urbanos da Paraíba são abastecidos pela rede geral de água. Esse estudo não refere os dados da zona rural. No quesito, esgotamento sanitário, a proporção de domicílios permanentes urbanos com esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou pluvial, é de 65,3%.

A proporção de domicílios particulares permanentes urbanos atendidos por serviço de coleta de lixo (direta ou indireta), é de 99,1%, esse percentual cai para 64,2% na proporção de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso simultâneo a abastecimento de água, por rede coletora e serviço de coleta de lixo (direta ou indireta) (IBGE-2015).

Diante desses dados, fica evidente o motivo de tantas reclamações nas Oficinas Regionais Participativas no que se refere ao destino inadequado dos dejetos, que provocam doenças e poluem os mananciais.

Ações desenvolvidas

A Paraíba foi um dos primeiros Estados a aderir à **Estratégia Saúde da Família** (ESF) e sua ascensão ocorreu, a partir de 1998. Atualmente, sua cobertura é de 93,55% da população com 1337 Equipes de Saúde da Família, 8.271 Agentes Comunitários de Saúde e 2.254 Agentes de Controle de Endemias.

A Estratégia Saúde da Família dispõe de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), equipes de profissionais multidisciplinares que trabalham na perspectiva do matriciamento e intersetorialidade na maioria dos municípios do Estado.

Programa Saúde na Escola (PSE) - É uma estratégia interministerial que envolve as equipes de Atenção Básica e as equipes de Educação com finalidade de desenvolver ações de promoção e prevenção em saúde, entre elas, a alimentação saudável. Na Paraíba, 222 municípios aderiram ao PSE, com ações registradas em 660 escolas públicas.

Programa Academia da Saúde - Constitui-se em um equipamento da Atenção Básica para promoção da saúde e de modos de vida saudável, prevenção de doenças e agravos crônicos não transmissíveis e produção do cuidado. No Estado, 31 municípios estão habilitados para a implantação do programa por meio de construção ou identificação por similaridade, ou seja, projetos já existentes na Prefeitura, ou com outra administração que poderão ser aproveitados.

Programa de Aleitamento Materno - Na Paraíba, conta atualmente com a maior rede de serviços do Nordeste. São 27 equipamentos, sendo 21 postos de coleta e seis bancos de leite responsáveis pela promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, além da execução da coleta do excedente de produção láctea da nutriz, seu processamento, controle de qualidade e distribuição aos recém-nascidos prematuros e com baixo peso do nosso Estado. Em relação ao Brasil, apenas São Paulo e Minas Gerais possuem maior número de Postos e Bancos de Leite que a Paraíba.

Nesses últimos 4 anos, a Paraíba quase que dobrou a coleta de leite materno do Estado, saindo de 4.734 litros de leite coletado, em 2010, para quase 8 mil litros coletados em 2015.

Dobrou, também, o número de bebês beneficiados com leite pasteurizado pelo banco, que em 2010 foram atendidos 5.029 receptores de leite, enquanto em 2015 foram mais de 11 mil crianças que receberam esse produto.

Condomínio Cidade Madura – Para dar resposta ao crescente percentual de idosos no Estado, a SEDH o Governo Estadual lançou o Programa Condomínio Cidade Madura, voltado especialmente às pessoas idosas de baixa renda. Não se trata apenas de moradia, representa a garantia dos direitos desse segmento, além da estrutura física, tem habitabilidade, vivência, lazer e todo cuidado com o bem-estar.

O Cidade Madura é dotado de toda infraestrutura básica de saneamento, rede elétrica, rede de abastecimento de água e pavimentação em blocos intertravados, ainda apresenta itens, como: centro de vivência, núcleo de assistência à saúde, horta, praça, redário e outras áreas.

O Cidade Madura é o primeiro condomínio horizontal destinados aos idosos no Brasil, colocando o Estado na vanguarda de políticas públicas para a terceira idade. São 03(três) condomínios no Estado: em João Pessoa, Campina Grande e Cajazeiras.

Distribuição de filtros de cerâmica - A CAGEPA e a Secretaria de Saúde identificaram 26 municípios com grande número de idosos e crianças com diarreia, proveniente da má qualidade da água. Para atender a essa demanda, o Governo do Estado, por meio da SEDH, em ação emergencial, promoveu a distribuição de 10 mil filtros de cerâmicas às famílias que não têm acesso à água potável de qualidade na Paraíba, possibilitando um consumo saudável, prevenindo doenças, beneficiando um total de 40 mil pessoas.

Ações da Agência Estadual de Vigilância Sanitária – AGEVISA - A Agevisa tem como função, implantar, executar e desenvolver as ações de vigilância sanitária no seu âmbito de atuação, de acordo com as diretrizes da Política Estadual de Saúde, definidas pelo gestor e pelo Conselho Estadual de Saúde, bem como seguir todas as diretrizes do SUS. Desenvolve também outras ações junto à Secretaria Estadual de Saúde e outras secretarias afins, contribuindo com a Segurança Alimentar e Sanitária da população do Estado.

Fornece informações e capacitações sobre o tema, através de caravanas técnicas, onde contribui para maior aproximação entre os produtores e manipuladores de alimentos.

Criou um programa semanal de rádio para tirar dúvidas e orientar a população sobre o seu papel e os cuidados na garantia de uma alimentação livre de contaminação, fortalecendo a promoção da saúde e a prevenção de doenças.

Contribui também para garantir a qualidade da água consumida pela população, através de um sistema de educação permanente com o Programa Vigiágua.

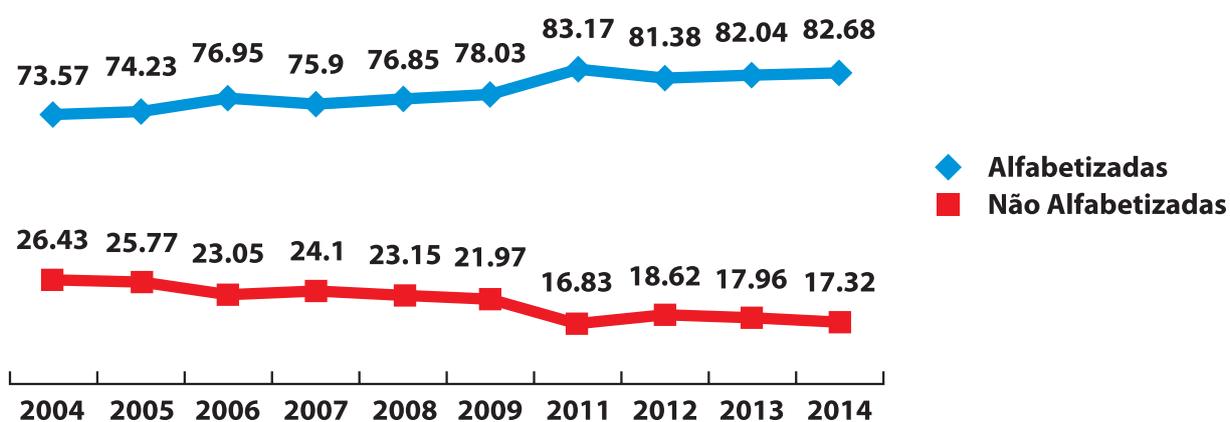
6 - Educação

A educação tem uma relação com os fatores determinantes da segurança alimentar e nutricional e da insegurança alimentar. Por essa razão, é importante acompanhar as tendências expressas por alguns de seus principais indicadores.

A taxa de analfabetismo caiu em todas as partes do país entre 2000 (12,8%) e 2010 (9,4%) e a Paraíba apresenta-se com o terceiro índice de analfabetismo, em torno de 20,20% da população é analfabeta (IBGE,2010).

Entretanto, o analfabetismo no Estado da Paraíba vem diminuindo progressivamente, acompanhando o que ocorre a nível nacional. A taxa de analfabetismo de pessoas com 5 anos ou mais de idade diminuiu consideravelmente no intervalo de 2004 – 2014, passando de 26,43% em 2004 para 17,32% em 2014.

GRAFICO 05: Taxa de analfabetismo na Paraíba



Fonte: IBGE/PNAD/Subgerência de Estatística/SEE-PB.

A meta do Plano Nacional de Educação é atingir média de 12 anos de estudo, do ensino fundamental I e II ao ensino médio. A população de 10 anos ou mais em nível nacional, atingiu, em 2009, 7,2 anos de estudo em média, um crescimento de 0,6 ano em relação a 2004. No entanto, na observação apenas do grupo que tem entre 20 e 24 anos, a média sobe para 9,6 anos, e desce entre os que têm entre 50 e 59 (6,5 anos) e mais de 60 anos (4,2 anos).

A média de anos de estudo dos jovens brasileiros de 15 anos ou 25 anos, refere-se ao período de 2004 a 2014, tendo em vista que somente, a partir de então é que a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) ganhou abrangência em todo o território brasileiro, ao incluir na sua amostra os domicílios da área rural da região Norte do País.

No Estado da Paraíba, no ano de 2001, apenas 0,3% da população atingiu a meta nacional. O maior índice foi no ano de 2013, atingindo 2,39% da população (IBGE, 2001 a 2014). Em 10 anos de estudo, o maior índice apresentado foi em 2008 3,36% e o menor índice foi em 2001 2,17%. No grupo de anos de estudo, as pessoas sem instrução e menos de 1 ano, em 2001 obtiveram o maior índice com 25,67%, em 2012 esse índice teve uma redução para 14,44%.

TABELA 08: Anos de Estudo

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por situação, sexo e anos de estudo													
Unidade da Federação = Paraíba													
Variável = Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Mil pessoas)													
Situação do domicílio = Total													
Sexo = Total													
Grupos de anos de estudo	Ano												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Total	2.808	2.865	2.910	2.920	2.987	3.048	3.059	3.138	3.150	3.321	3.318	3.337	3.346
Sem instrução e menos de 1 ano	721	647	644	634	625	601	585	624	604	683	479	530	529
1 ano	162	195	150	132	129	139	151	124	108	94	136	110	93
2 anos	217	235	196	196	182	197	199	156	178	159	179	153	145
3 anos	277	259	228	244	231	220	230	228	203	192	201	212	202
4 anos	357	394	394	372	382	375	336	359	348	301	338	365	314
5 anos	192	191	217	228	230	248	226	220	206	198	246	200	250
6 anos	115	121	150	148	143	159	157	150	163	135	160	146	156
7 anos	103	114	137	128	160	161	144	129	145	169	164	174	178
8 anos	149	145	178	176	193	188	212	217	221	241	249	251	241
9 anos	59	67	79	94	83	101	95	115	114	114	116	111	111
10 anos	61	64	72	85	66	90	95	105	105	99	111	106	89
11 anos	248	259	285	293	369	363	397	465	482	545	562	566	620
12 anos	10	19	20	17	17	21	31	32	43	52	58	80	64
13 anos	15	19	17	21	24	19	21	23	27	38	42	44	52
14 anos	14	18	13	18	23	20	27	17	25	39	36	39	41
15 anos ou mais	98	108	122	120	123	143	144	166	161	255	234	248	251
Não determinados e sem declaração	9	11	8	11	7	3	-	-	-	-	-	-	-
Não determinados	-	-	-	-	-	-	10	8	17	6	7	4	9

Nota:

1 - Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2 - A partir de 2007: a categoria Sem declaração não foi investigada.

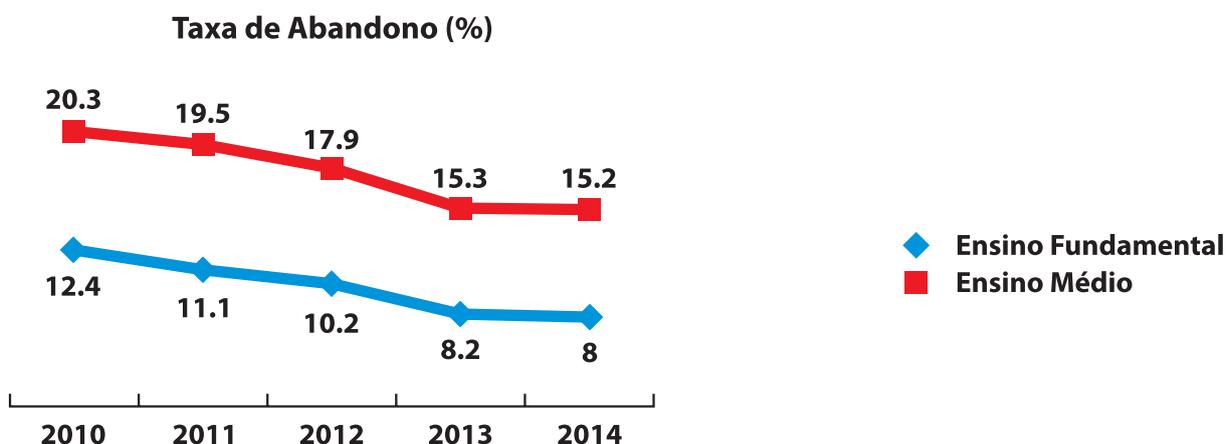
3 - Os valores desta tabela foram preponderados com base na Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação - Revisão 2013, por sexo e idade. Estimativas da população dos municípios, utilizando a tendência de crescimento dos municípios 2000-2010. Vide nota técnica no site da pesquisa.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015.

Mendes. et all, estudam a evolução da escolaridade média, representada pela média de anos de estudo no Brasil, no Nordeste e na Paraíba. No período, entre 1992 e 2008, a taxa de crescimento da escolaridade média foi de 35,1% no Brasil. Enquanto isso, no Nordeste e na Paraíba, a escolaridade média aumentou para 49,8% (acima da média nacional) e para 31,7% (abaixo da média do país), respectivamente. (Mendes et all. Ipea, 2012).

No Estado da Paraíba, dados revelam que a evasão escolar vem diminuindo no decorrer dos anos. O comportamento do gráfico aponta uma redução significativa no indicador, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio (Rede Estadual).

GRAFICO 06: Taxa de Evasão Escolar



Fonte: MEC/INEP/DEED/Sub-gerência de Estatística/SEE-PB.

Na modalidade de ensino educação infantil – pré-escolar – classe de alfabetização houve uma redução considerável da evasão escolar nos anos de 2011 a 2014, passando de 1,19% em 2011 para 0,71% em 2014. Já na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o percentual no ano de 2011 era de 1,84%, tendo uma diminuição em 2012 para 0,59%, aumentando nos anos consecutivos, em 2013 com 0,88% e 2014 com 1,25%.

Nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, nas modalidades de ensino fundamental e médio, a evasão escolar teve uma redução. No ano de 2012, esse índice teve um aumento, voltando a cair nos anos seguintes. Os percentuais de 2011 no ensino fundamental foram 47,46%, 2012 de 48,02%, 2013 de 44,80% e 2014 de 45,17%. No ensino médio em 2011 foi de 11,80%, 2012 de 12,26%, 2013 de 11,60% e em 2014 de 10,80%. Em relação ao sexo masculino, a taxa de evasão oscilou entre os anos de 2011 a 2014, enquanto o sexo feminino teve redução desse índice no decorrer desse período.

TABELA 09: Nível de Ensino e curso frequentado

Pessoas que frequentavam creche ou escola, por nível de ensino e rede de ensino que frequentavam, sexo e grupos de idade					
Unidade da Federação = Paraíba					
Variável = Pessoas que frequentavam escola ou creche (Percentual)					
Rede de ensino que frequentavam = Pública					
Grupos de idade = Total					
Nível de ensino ou curso que frequentavam	Sexo	Ano			
		2011	2012	2013	2014
Educação infantil - pré-escolar - classe de alfabetização	Total	1,19	0,48	0,49	0,71
	Homens	0,70	0,21	0,27	0,22
	Mulheres	0,49	0,27	0,22	0,49
Alfabetização de adultos	Total	1,84	0,59	0,88	1,25
	Homens	0,92	0,16	0,27	0,60
	Mulheres	0,92	0,43	0,60	0,65
Fundamental	Total	47,46	48,02	44,80	45,17
	Homens	24,62	25,96	23,52	24,39
	Mulheres	22,84	22,06	21,28	20,79
Médio	Total	11,80	12,26	11,60	10,80
	Homens	5,03	4,87	5,14	5,62
	Mulheres	6,76	7,39	6,46	5,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015.

Um elemento importante a considerar como promotora de segurança alimentar e nutricional é a Lei estadual 10.431/15, que proíbe a venda de refrigerantes nas cantinas e lanchonetes instaladas dentro de escolas públicas e privadas do Estado da Paraíba.

É importante considerar que os níveis de educação da população da Paraíba, focado em três indicadores: taxa de analfabetismo, anos de estudo e evasão escolar apontam para resultados que podem contribuir no entendimento de que a insegurança alimentar está relacionada à escolaridade e ao poder socioeconômico. Assim, partindo do pressuposto de que a segurança alimentar e nutricional é um direito e que, como tal é indivisível, o direito à educação passa a ser um dos desafios para garantia do DHAA e segurança alimentar e nutricional no Estado.

Um ponto importante a ressaltar é a adesão do Estado da Paraíba aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e ao Desenvolvimento Sustentável (ODS), essa nova proposta da ONU destaca objetivos importantes relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional. Trata-se de uma agenda global que tem a finalidade de promover o desenvolvimento social, a proteção ambiental e a prosperidade econômica em todo o mundo. A Gestão Unificada Emater/Emepa/Interpa, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca, formalizou, adesão aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e ao Desenvolvimento Sustentável (ODS) e vários municípios do Estado já fizeram a sua adesão.

Os 17 objetivos e as 169 metas para o desenvolvimento sustentável foram acordados na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, pelos países-membros em setembro de 2015, em Nova York (ONU, 2016).

Quadro

Os objetivos são:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Garantir a educação inclusiva e equitativa de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Garantir o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
9. Construir infraestruturas resistentes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles.
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros e sustentáveis, propondo que as cidades sejam ambientes sem violência e sem medo.
12. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.
13. Adotar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos.
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir, de forma sustentável, as florestas e frear a perda de biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



CAPÍTULO 2

DESAFIOS DO PLANO ESTADUAL
DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL DA PARAÍBA
2016/2019

2. DESAFIOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA PARAÍBA

Considerando a participação social como princípio básico dos processos democráticos e também como princípio do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Governo da Paraíba, numa ação articulada entre Caisan e Consea, com o apoio financeiro do Governo Federal, criou as condições para a participação da sociedade civil na elaboração do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. A participação social foi determinante para garantir a legitimidade e qualidade ao Plano.

O Governo da Paraíba também garantiu as condições para que os Governos municipais e representação da sociedade civil de todos os municípios do Estado pudessem participar do processo. Dos 223 municípios convidados, 81,17% estiveram representados nas Oficinas Regionais Participativas pelos governos locais e organizações da sociedade civil.

O processo de construção do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional foi conduzido de forma a garantir que todos os componentes do SISAN pudessem contribuir.

A primeira etapa do processo de construção do Plano tomou, como base, o Relatório e a Carta Política da IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado da Paraíba, realizada em 2015.

A segunda etapa resultou da consulta pública realizada nas 10 Oficinas Regionais Participativas que aconteceram em cidades polo do Estado, com a participação de 57% de representantes de diversos segmentos da sociedade civil e 43% de representantes dos poderes públicos, estadual e municipais.

A terceira etapa do processo foi constituída de 03 oficinas de consulta e validação da minuta final do Plano, realizadas com a Caisan e o Consea.

Este capítulo aborda os principais desafios do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PESAN), agendas prioritárias do Governo do Estado, na perspectiva de realização da segurança alimentar e nutricional na Paraíba.

Os desafios ora apresentados foram elaborados a partir da reflexão sobre o que se quer alcançar em termos de segurança alimentar e nutricional no Estado. Isto aponta para a necessidade de manter, ampliar e qualificar programas existentes, assim como implementar novas ações. Por isso, as agendas prioritárias figuram como horizonte estratégico do PESAN, para o qual deverão ser combinadas ações imediatas e de médio e longo prazo. São elas:

- 1) Fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica e a economia solidária;**
- 2) Acesso à terra e ao território, reordenamento e regularização fundiária;**
- 3) Ampliar o acesso à água para consumo humano e produção de alimentos;**
- 4) Reduzir o percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar grave;**
- 5) Instituir processos de educação alimentar e nutricional e de promoção da alimentação saudável;**
- 6) Consolidar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional na Paraíba;**
- 7) Instituir políticas estaduais de combate à desertificação;**
- 8) Promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres.**

FIGURA 01: Dimensões da SAN, Desafios do PESAN e Pactuação Intersectorial



FONTE: Elaboração do CENTRAC

2. 1 Desafio Um - Fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica e a economia solidária

Manifestações de insegurança alimentar e nutricional identificadas nas Oficinas Regionais Participativas:

- Avanço e incentivo aos monocultivos de abacaxi, cana de açúcar, capim, eucalipto;
- Insuficiência de formação dos técnicos e dos agricultores em agroecologia;
- Pouco incentivo às feiras agroecológicas;
- Distribuição de sementes transgênicas pela CONAB;
- Descontinuidade dos programas: PAA, PNAE, PRONAF;
- Insuficiência de Assistência Técnica permanente e de base agroecológica;
- Espaços de comercialização da Agricultura Familiar e das iniciativas urbanas pouco valorizados pelo Estado.

A agricultura familiar é promotora da Segurança Alimentar e Nutricional. Desempenha estratégias de manutenção das pessoas no campo, como também garante o abastecimento interno, ofertando alimentos de qualidade que fazem parte dos hábitos alimentares das famílias da região, favorece a conservação da biodiversidade e, portanto, a questão ambiental e os circuitos curtos de comercialização, reduzindo o preço dos alimentos, melhora a renda dos agricultores e, conseqüentemente, a sua qualidade de vida, reduzindo a sua dependência de políticas públicas assistencialistas.

A agricultura familiar, caracterizada pelo manejo de propriedades rurais abaixo de 100 ha, representa 90% dos estabelecimentos da região semiárida. Na quase totalidade desses estabelecimentos atualmente é explorado o plantio de pequenas áreas de milho, feijão e mandioca para o autoconsumo e para a venda de excedentes nas feiras locais.

A criação de caprinos, ovinos, suínos, aves e de poucos bovinos também se dá em pequena escala, servindo de reserva de valor para emergências e de sobrevivência na entressafra.

A estratégia para enfrentar esse desafio é uma política de convivência com os diversos biomas do Estado, de forma a garantir o acesso à terra, território e água e um manejo adequado da água, assessoria técnica contínua e específica de base agroecológica, melhoria das estradas que ligam a zona rural às estradas federais e estaduais para facilitar a comercialização dos produtos, priorizando uma política local de abastecimento que estimule os circuitos curtos de comercialização, além de outras iniciativas que visem a:

- Implantar políticas públicas de recuperação do bioma caatinga, ante o processo de degradação ambiental porque passa esse bioma nos últimos anos, evidenciado pela crescente desertificação, secas frequentes e mudanças climáticas;
- Implantar e qualificar equipamentos públicos de abastecimento, Bancos de Sementes, Unidades de Beneficiamento, Manipulação e Comercialização de Pescados, Armazéns da Agricultura Familiar e Economia Solidária, feiras livres e feiras agroecológicas;
- Garantir a ampliação e aquisição de alimentos da agricultura familiar e economia solidária, através do PAA, PNAE e compras institucionais;
- Dotar a agricultura familiar e os pescadores artesanais de uma melhor infraestrutura, através da implantação de estruturas de beneficiamento, armazenamento e comercialização;
- Adoção de tecnologias de convivência com o semiárido que venham contribuir para a melhoria da qualidade de vida e segurança alimentar;
- Universalizar e qualificar a assistência técnica na perspectiva agroecológica, apropriada aos biomas, culturas, modos de vida e formas de organização locais;
- Fomentar, por meio de políticas públicas e programas específicos, a adoção de práticas de produção para autoconsumo, como forma de contribuir para a soberania alimentar das famílias em situação de insegurança alimentar ou vulneráveis nas áreas urbanas e rurais;
- Investir na qualidade dos empreendimentos familiares (experiências de beneficiamento), adequando a legislação para que tenham condições de beneficiar e comercializar seus produtos de forma segura e sustentável;
- Criar alternativas de produção sustentável: sensibilizar as famílias rurais no processo de organização da produção com qualidade para o consumo, geração de renda e segurança alimentar e nutricional.
- Desenvolver atividades que despertem interesse de manter homens, mulheres e a juventude no campo.

2.2 - Desafio Dois: Acesso à terra e ao território e regularização fundiária

A concentração de terra foi considerada uma manifestação de insegurança alimentar e nutricional durante as Oficinas Regionais Participativas, sendo apontados:

- A não homologação das terras do povo indígena Potiguar;
- Expansão imobiliária;
- Arrendamento das terras indígenas, das famílias beneficiárias do Programa de Reforma Agrária para o monocultivo da cana de açúcar;
- Cortes de terras inadequados;
- Mineração;
- Projeto de energia eólica;
- Uso intensivo de agrotóxicos nos territórios.

O acesso à terra e ao território é uma condição básica para que os agricultores e agricultoras, os povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais possam produzir alimentos para subsistência e excedentes para população local e regional.

O Estado da Paraíba, como os demais Estados da federação, apresenta uma histórica concentração de terras na mão de um pequeno número de proprietários. Povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais lutam pela posse e regulamentação das suas terras. Nas Oficinas Regionais Participativas, essa foi uma reivindicação importante, uma vez que sem essa condição não há segurança a nenhum desses povos de terem acesso às políticas inclusivas que garantam a sua sobrevivência com dignidade.

A reforma agrária como elemento chave para a realização da Segurança Alimentar e Nutricional, atende aos direitos fundamentais, incluindo o direito de morar dignamente e viver bem. Trata-se de uma ação de rompimento do ciclo de pobreza e desigualdade social e da promoção de direitos humanos dos grupos historicamente discriminados. Portanto, o acesso à terra, ao território e à regularização fundiária são determinantes da inclusão social e produtiva.

A estratégia para enfrentar este desafio será ampliar o processo em curso no Estado de regularização fundiária das propriedades individuais dos agricultores familiares e das áreas das Comunidades Quilombolas, dos Pescadores, Povos Indígenas e demais Povos e Comunidades Tradicionais. São, portanto, necessárias as seguintes iniciativas:

- Estabelecer e ampliar a articulação com o Governo Federal para a implementação de programas, meios e instrumentos, inclusive financeiros, para promover a reforma agrária e a demarcação das terras dos povos indígenas e quilombolas;
- Promover e consolidar os processos de reconhecimento, demarcação, regularização de terras/territórios indígenas e quilombolas e de demais povos e comunidades tradicionais;
- Fortalecer os órgãos responsáveis pelo trabalho de delimitação das terras públicas e regularização dos territórios dos povos e comunidades tradicionais

2.3 - Desafio Três - Acesso à água para consumo humano e produção de alimentos

O direito à água se coloca como garantidor de outros direitos, na medida em que se configura como uma necessidade básica. Partindo dessa premissa, nas Oficinas Regionais Participativas foram citados os seguintes problemas relacionados ao acesso à água, como manifestações de insegurança alimentar e nutricional:

- Concentração dos reservatórios de água potável nas mãos dos grandes produtores;
- Contaminação das fontes de água por esgotamentos sanitários, agrotóxicos e resíduos de mineração;
- Desatualização e ausência de implementação do Plano de Gestão dos Recursos Hídricos da Paraíba;
- Dificuldade de acesso às máquinas do PAC para limpeza de barreiros.

A água precisa ser vista como alimento e recurso produtivo e componente fundamental da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Portanto, o acesso à água de qualidade é um direito básico que necessita ser efetivado para toda a população. As mudanças climáticas acentuam as crises associadas à seca, à falta de água e às enchentes.

Na Paraíba, e em todo o semiárido brasileiro, a estiagem iniciada em 2011 é considerada uma das mais críticas dos últimos 50 anos, afetando o abastecimento de água e os sistemas produtivos locais, com impactos diretos na segurança alimentar e nutricional.

Considerando que a maior parte do território do Estado da Paraíba está situado na região do semiárido, uma das estratégias a ser fortalecida são as práticas de convivência com o semiárido que impactam positivamente na segurança alimentar e nutricional. Neste sentido, estão em curso ações voltadas para a implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água de chuva para consumo humano e produção de alimentos. Essas iniciativas fazem parte do Programa Água para Todos (água de beber e água de produção), executadas pelo Governo Federal em parceria com o Estado da Paraíba e organizações da sociedade civil.

De acordo com a Articulação do Semiárido (ASA), o problema da pobreza no Nordeste não está relacionada à falta de água, mas a sua concentração e desigualdade no acesso.

Nesse contexto, são propostas as seguintes ações:

- Ampliar o acesso à água de qualidade para consumo humano, através de implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água para populações rurais e urbanas;
- Garantir a universalização do acesso à água de qualidade para consumo humano nas escolas urbanas e rurais, através da implantação de sistemas de abastecimento de água ou cisternas de placas para captação de água de chuva;
- Ampliar o acesso à água para a produção de alimentos, através de tecnologias sociais que reduzam a vulnerabilidade do Semiárido nos períodos de estiagem, tais como, cisternas, barreiros, barragens subterrâneas;
- Garantir o saneamento básico em toda a plenitude, evitando a contaminação das águas de beber por esgotos feitos, através de ligações clandestinas em redes fluviais;
- Garantir ATER de base agroecológica às propriedades beneficiadas com as tecnologias de água para produção;
- Construir e incentivar experiências junto aos agricultores familiares, a adotarem práticas de uso e reúso de água;
- Fortalecer o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Ampliar os programas que promovem a convivência com o semiárido, a partir do respeito e valorização dos saberes e da cultura local, aliados à utilização de tecnologias e práticas adequadas ao contexto social, cultural, ambiental e climático.

2.4 - Desafio Quatro - Reduzir o percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar grave

O relatório do DIEESE 2015 diagnosticou que 13,30% dos paraibanos estão em insegurança alimentar e nutricional moderada e ou grave. Frente a essa problemática, as Oficinas Regionais Participativas apontaram a necessidade de ações promotoras de erradicação da pobreza extrema, por meio da inclusão produtiva e da ampliação do acesso às políticas sociais para famílias do Estado da Paraíba em condições de vulnerabilidade social:

Embora o Brasil tenha saído do Mapa da Fome, verifica-se que em algumas regiões, a insegurança alimentar e nutricional ainda é preocupante. A Paraíba aparece na quarta posição em relação ao Nordeste, com 40,6% da sua população inserida em uma situação de insegurança alimentar. Dessas, 27,34% possuem uma insegurança alimentar e nutricional leve e 13,30% estão sujeitos a uma situação de insegurança alimentar moderada ou grave (PNAD, 2015).

No que tange à faixa etária, nota-se que dos 521 mil paraibanos que vivem nessa situação de insegurança alimentar e nutricional, 30,5% são crianças e adolescentes com idades de 0 a 17 anos, 46,45% estão situados no intervalo de 18 a 49 anos, 17,47% possuem de 50 a 64 anos e 5,57% são de pessoas com 65 anos ou mais.

A estratégia para enfrentar este desafio se dará na articulação das ações dos Governos, federal, estadual e municipais voltadas para a geração de emprego e renda, o respeito aos povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais e a promoção de políticas integradas de distribuição de renda e garantia de alimentação adequada e saudável, saúde e assistência social.

Para tanto, são propostas as seguintes iniciativas:

- Implantar programa integrado de Segurança Alimentar e nutricional que garanta o acesso permanente a alimentos de qualidade, respeitando os hábitos e cultura local, quantidade suficiente para atender à demanda de cada ciclo de vida e regularidade na oferta, de modo a não haver descontinuidade;
- Incluir as famílias elegíveis que ainda não tiveram acesso ao Programa Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Ampliar o acesso ao trabalho, emprego e renda, através de ações de qualificação social e profissional de trabalhadores/as e jovens, preparando-os para sua inclusão no mundo do trabalho, e inclusão sócio produtiva, através do apoio técnico e financeiro a empreendimentos individuais e coletivos de economia solidária;
- Garantir alimentação saudável e, em quantidade suficiente, nas escolas estaduais e municipais, de forma a complementar o cardápio de muitas crianças e adolescentes em situação de pobreza;
- Garantir a compra de produtos da agricultura familiar, através do PNAE, como forma de melhorar a qualidade da alimentação escolar e aumentar a renda dos agricultores;
- Garantir alimentação adequada às famílias em situação de fome e/ou atingidas por situações de emergência ou calamidade pública;
- Ampliar a oferta de refeições a baixo custo, através dos restaurantes populares;
- Capacitar servidores públicos das áreas de saúde, educação e assistência social para aprimorar a gestão do Programa Bolsa Família, o acompanhamento das condicionalidades e o estímulo para que as famílias beneficiárias acessem os equipamentos públicos, serviços e programas de segurança alimentar, assistência social, saúde e educação.

2.5 - Desafio Cinco: Instituir processos de educação alimentar e nutricional e de promoção da alimentação saudável

As Oficinas Regionais Participativas identificaram as seguintes manifestações de insegurança alimentar e nutricional que levaram à formulação deste desafio:

- Ausência de uma Política de Educação Alimentar e Nutricional;
- Ausência de nutricionistas nas escolas para construir e acompanhar o cardápio da Alimentação Escolar;
- O uso excessivo de alimentos processados na Alimentação Escolar (salsicha, enlatados, sucos artificiais);
- Poucos restaurantes populares.

Nas Oficinas Regionais Participativas foi evidenciada a descontextualização do ensino da realidade da população, especialmente na zona rural. Esse ponto foi apresentado como estratégico na redução da pobreza, da desigualdade e da Insegurança alimentar.

O conteúdo de educação alimentar e nutricional para a população é essencial. Apesar da redução da desnutrição em crianças, as deficiências de micronutrientes e a desnutrição crônica persistem em grupos vulneráveis da população, como indígenas, quilombolas, crianças, ciganos, catadores populações de rua e mulheres que vivem em áreas de risco.

As mudanças no padrão de saúde e consumo alimentar da população brasileira são materializadas na ampliação de doenças crônicas: o sobrepeso e obesidade, hipertensão, diabetes e síndrome metabólica têm aumentado consideravelmente. A alimentação inadequada contribui diretamente no aparecimento dessas enfermidades. Pensar em programas educativos que disponibilizem para população o conhecimento de uma alimentação adequada e saudável é fundamental para a garantia do DHAA.

Esses conteúdos poderão ser disponibilizados, através do Projeto Político Pedagógico das Escolas, de políticas de controle de publicidade e propaganda, da formação de atores estratégicos que trabalham o tema de Segurança Alimentar, da disponibilidade de alimentos saudáveis nas escolas, no fortalecimento da agricultura familiar, com apoio à produção e à comercialização, tendo como referência a agroecologia.

A estratégia para enfrentar este desafio será realizar e intensificar ações intersetoriais e continuadas de educação alimentar e nutricional nas políticas públicas, pesquisas e formação em SAN e DHAA, articuladas a iniciativas de ampliação de acesso a alimentos saudáveis.

Para isso, serão realizadas iniciativas que buscarão:

- Desenvolver um programa de educação alimentar e nutricional que atenda ao conjunto da população paraibana.
- Realizar mudanças no Projeto Político Pedagógico do Sistema Estadual de Ensino para atender à demanda de escolas públicas e privadas.
- Construir uma estratégia de educação alimentar e nutricional articulada com iniciativas que ampliem o acesso da população com menor nível de renda a alimentos saudáveis;
- Desenvolver ações permanentes de educação alimentar e nutricional nas políticas e equipamentos públicos (escolas, PSFs, restaurantes populares, CRAS), objetivando incentivar a adoção de uma alimentação saudável;
- Realizar ações de educação alimentar e nutricional para os beneficiários dos programas socioassistenciais;
- Capacitar profissionais que atuam em equipamentos públicos relacionados à SAN;
- Habilitar profissionais na temática de SAN, a fim de viabilizar a concretização das ações propostas.
- Fortalecer os programas PAA, PNAE, as Feiras Agroecológicas, as tecnologias de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos para as populações do campo e da cidade.

2.6 - Desafio Seis: Consolidar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional na Paraíba

Um dos desafios para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada consiste na consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, participação e controle social em todo o território nacional.

A Paraíba instituiu, desde o ano de 2008, o seu Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. A criação da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária permitiu à Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba-CAISAN/PB, maior intersecretorialidade e articulação das ações de SAN no Estado, com:

- Instalação dos Comitês Técnicos Secretariais;
- Articulação com os municípios para fortalecimento do SISAN;
- Acompanhamento e orientação direta para adesão dos municípios ao SISAN;
- Orientações junto aos municípios para o preenchimento do MAPASAN -2015;
- 173 municípios responderam ao MAPASAN 2015;
- 05 municípios fizeram adesão ao SISAN: João Pessoa, Cabedelo, Patos, Monteiro e Sumé, este último já com o Plano Municipal laçado e em execução.

Apesar dos esforços constitui um desafio a criação dos sistemas municipais de SAN, considerando que muitas ações são de responsabilidade dos Municípios e é neles onde essas ações são concretizadas. Uma das estratégias para consolidar o SISAN na Paraíba é a integração dos Municípios, promovendo a orientação técnica para fortalecer os componentes estaduais e municipais do sistema e a cooperação interfederativa.

Para isso, serão realizadas iniciativas que buscarão:

- Sensibilizar e assessorar os Municípios para adesão ao SISAN;
- Ampliar a interlocução do Consea com os conselhos municipais;
- Capacitar membros dos Conseas e Caisans municipais em DHAA, SSAN e temáticas afins;
- Inserir recursos no PPA para a implantação do Sistema de SAN nos Municípios;
- Implementar processo participativo de gestão, monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PESAN);
- Promover articulação interfederativa com o Governo Federal e Municípios para a execução das ações do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (PESAN), no sentido de maior integração e ampliação dos recursos junto ao governo federal.

2.7 - Desafio Sete: Instituir uma política estadual de combate à desertificação

A desertificação é um dos mais relevantes processos de degradação ambiental e atinge diretamente mais de um bilhão de pessoas no mundo, em sua grande maioria, famílias camponesas, povos e comunidades tradicionais (SILVEIRA, p.4, 2012):

A desertificação é um dos mais alarmantes processos de degradação ambiental, que acelera a insegurança alimentar, a fome e a pobreza, e aumenta as tensões sociais, econômicas e políticas. Nas Oficinas Regionais Participativas foram levantados problemas que intensificam o processo de desertificação na Paraíba, reconhecidas como práticas de InSAN:

- Avanço do desmatamento;
- Avanço e incentivo ao modelo do agronegócio;
- Contaminação dos solos pela indústria de ferro/alumínio.

O semiárido Brasileiro é afetado pela desertificação em variadas intensidades, sendo que 20% do seu território (181 mil km²) encontram-se em situação grave e muito grave (MMA – PNUD, 2004).

Neste território, a degradação do solo é um dos principais fatores limitantes da soberania e segurança alimentar e nutricional. Na região, a perda da capacidade produtiva do solo quase sempre começa com o desmatamento e a substituição da vegetação nativa por culturas diferentes.

O descobrimento do solo favorece o processo de erosão. O cultivo contínuo, com a retirada dos produtos, ano após ano, e sem reposição dos nutrientes, leva a perda da fertilidade. Nas áreas irrigadas, o uso de água com teores elevados de sais ou manejo inadequado da irrigação e a ausência de drenagem geram a salinização.

A erosão é considerada o principal fator de degradação do solo. É um processo, através do qual as partículas do solo são deslocadas e removidas para outros locais pela ação da água ou do vento. Isso tem provocado, ao longo dos anos, redução da área agricultável, baixo rendimento das culturas e assoreamento de rios e reservatórios, com graves prejuízos à produtividade, à integridade do meio ambiente e à rentabilidade do agricultor (INSA-Instituto Nacional do Semiárido).

A Paraíba é o Estado do Nordeste com maior extensão de área comprometida no processo de desertificação. 71% do seu território já apresentam algum nível de desertificação.

As estratégias para enfrentar este desafio passam pelo:

- Reuso de água no Semiárido brasileiro para fins não potáveis, visando, principalmente, à produção agrícola;
- Ampliar o acesso das Tecnologias Sociais de Captação e Armazenamento de Água de Chuva;
- Educação contextualizada para o campo e para a cidade;
- Monitoramento dos processos de desertificação, como mecanismos para subsidiar políticas públicas;
- Recuperação e manejo de áreas degradadas;
- Sistemas agroflorestais como estratégias de recuperação de áreas degradadas.

2.8 Desafio Oito: Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica das Mulheres

Dar visibilidade à atuação das mulheres na defesa e promoção da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é essencial, tendo em vista o diálogo com a Política para as mulheres, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e no Plano Estadual de SAN. Para tanto, se faz necessário trazer para o debate os avanços e desafios para a igualdade de gênero na área de SAN.

A soberania alimentar consiste em sistemas alimentares pautados nos direitos e nas formas de vida de quem produz, distribui e consome os alimentos, e que não se sujeitam aos interesses do mercado e de grandes empresas multinacionais.

Isto significa a garantia dos direitos territoriais e à sociobiodiversidade, a democratização do acesso à terra e à água, o acesso aos mercados locais, aos meios de produção, às sementes e aos recursos naturais, o fortalecimento da produção e do consumo local dos alimentos.

No período de 2003 a 2015, as mulheres acessaram várias políticas sociais, nas esferas federal e estadual, porém ainda persiste o desafio da superação das desigualdades nas relações de gênero, raça e etnia para a garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional.

A ampliação dessas políticas públicas se deu, sob tensão, considerando que o processo de elaboração destas políticas normalmente se fundamenta em estudos socioeconômicos baseados nos referenciais do universo masculino, que invisibilizam a participação feminina e subestimam a atuação das mulheres.

As mulheres representam mais de 51% da população brasileira, sendo que 40% chefiam famílias. As mulheres apresentam mais tempo de escolaridade do que os homens e, no entanto, recebem salários quase 30% a menos. E, ainda, 65% das trabalhadoras recebem até dois salários mínimos, enquanto apenas 27,9% dos homens estão nessa faixa.

Esses índices comprovam as desigualdades de gênero materializadas no mundo do trabalho. As mulheres ainda enfrentam as maiores taxas de desemprego que os homens: enquanto para eles, o desemprego era de 4,7% em 2011, para elas, era de 7,5% (Pesquisa Mensal de Preços-IBGE-2011).

A realidade paraibana não difere do que está posto nacionalmente. Ainda é preciso enfrentar o machismo e o patriarcado, para inserir as mulheres no mundo do trabalho, promovendo sua autonomia financeira e econômica, para tanto se fazem necessárias políticas públicas específicas, articuladas entre os Governos, federal, estadual e municipais, que reforcem a importância de desenvolver ações para a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, levando em consideração a gestão de tempo e as especificidades femininas, especialmente em profissões não tradicionais, com o objetivo de diminuir a diferença de rendimentos, promovendo a autonomia das mulheres.

A promoção da participação das mulheres no mundo do trabalho, estimulando sua autonomia financeira e econômica apresenta-se como grande desafio. Para isso, são necessárias ações específicas, como garantir capacitação e promoção de iniciativas que estimulem a autonomia e empreendimento das mulheres, garantir os direitos trabalhistas e programas de inserção das mesmas ao mercado de trabalho formal.

Propostas para o empoderamento das mulheres, como promotoras de segurança alimentar e nutricional:

- Ampliar e fortalecer as políticas que contribuem para a eliminação da desigualdade de gênero, etnia e raça, incluindo processos educacionais e de formação que desnaturalizem a divisão sexual do trabalho;
- Dar visibilidade ao papel da mulher como agente econômico e sujeito político preponderante na construção, implementação e exigibilidade da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, considerando sua pluralidade e especificidades;
- Dar visibilidade às políticas públicas para mulheres na promoção de segurança alimentar e nutricional;
- Ampliar o acesso às mulheres ao crédito e aos programas de inclusão produtiva: PAA, PNAE, Feiras Agroecológicas e compras institucionais;
- Garantir a formação e qualificação de técnicos e técnicas para a prestação de Ater na perspectiva da agroecologia, do feminismo, do combate ao racismo e à intolerância religiosa, conforme Resolução aprovada na última Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário;
- Ampliar a oferta de equipamentos públicos: creches, lavanderias coletivas, padarias, cozinhas comunitárias, restaurantes comunitários, delegacias e abrigos para mulheres, em situação de violência doméstica, que atenda ao campo e à cidade;
- Fortalecer as tecnologias sociais de convivência com o semiárido: água para consumo e produção de alimentos; sementes crioulas e quintais produtivos;
- Realizar estudos sobre o impacto do uso dos agrotóxicos na vida das mulheres no Estado da Paraíba.



CAPÍTULO 3

DIRETRIZES DA POLÍTICA DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL

Diretrizes da Política de Segurança Alimentar e Nutricional

Ao aderir ao Sistema Nacional de SAN, a Paraíba aceita o Decreto nº 7.272/2010 como orientador desse Plano Estadual, seguindo as suas diretrizes como base para a orientação na elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Para cada diretriz, foram definidos, em consonância com o Plano Plurianual 2016-2019, objetivos, metas prioritárias, iniciativas, parceiros e origem dos recursos destinados à concretude das ações previstas. Ouvir a sociedade organizada e representantes do poder público, através da Conferência Estadual de SAN, sua carta política e as propostas oriundas das dez oficinas participativas de Segurança Alimentar e Nutricional com representação dos municípios do Estado, é uma importante estratégia de aproximar as ações aqui definidas às necessidades reais da população do Estado da Paraíba.

Diretriz 1 – Promoção do Acesso Universal à Alimentação Adequada e Saudável, com Prioridade para as Famílias e Pessoas em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional

Objetivo 1 - Garantir às famílias pobres, e, sobretudo, extremamente pobres, com ênfase nas populações indígenas e povos e comunidades tradicionais melhores condições socioeconômicas por meio de transferência direta de renda e de um conjunto de ações nas áreas prioritárias de educação, saúde, trabalho, assistência social, visando à continuidade na redução da pobreza e proteção do DHAA.

1.1: Garantir alimentação adequada e saudável aos portadores de doenças crônicas transmissíveis, em condição de vulnerabilidade social, especialmente, a tuberculose pulmonar (TP), DST-AIDS que dependem de uma alimentação específica, devido aos danos sérios que sofrem pela ação da medicação antirretroviral e nos de combate à TP.

Metas prioritárias para 2016/2019:

- Apoiar os municípios na realização da busca ativa para garantir que 100% das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) sejam as que apresentam maior vulnerabilidade social, de acordo com o objetivo do programa.
- Estimular os municípios a manterem, de forma permanente, a atualização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; como forma de garantir o princípio da equidade dos programas sociais e em todos os atendimentos sócioassistenciais.
- Colaborar com os municípios para dar efetividade ao acompanhamento do acesso das famílias beneficiárias do PBF aos sistemas de saúde materno infantil e educacional, considerando as especificidades dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Defender a manutenção do Programa Bolsa Família junto ao Governo Federal de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa	- Secretaria do Desenvolvimento Humano Parceiro: - Municípios		
Assegurar alimentação adequada e saudável, através da rede sócio assistencial aos inseridos em quadro de insegurança alimentar.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano Parceiro: - CRAS	Programa: 5008 Objetivo: 1229 Meta: 04CE	- Federal - Estadual
Manter as ações de capacitação para entrevistadores, gestores e técnicos do CadÚnico do Bolsa Família.			

Objetivo 2 - Promover o acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação básica, respeitando as diretrizes que regem o programa de alimentação escolar (PNAE).

Metas prioritárias para 2016/2019

- Respeitar as diretrizes da Lei 11.947/2009, em toda a sua plenitude, atentando para os 30% ou mais dos recursos federais para compra de alimentos da Agricultura familiar e do produtor familiar;
- Inserir no Projeto Político Pedagógico o conteúdo de SAN em todas as séries do ensino fundamental e médio;
- Garantir que os cardápios da alimentação escolar sejam elaborados, preferencialmente, com produtos locais;

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Viabilizar o acesso das famílias agricultoras na comercialização dos produtos, principalmente de base agroecológicos ao PNAE e PAA.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - Emater - Secretaria de Educação - Secretaria de Desenvolvimento Humano	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0496	- Federal - Estadual - Outros
Implantar alianças produtivas no Estado da Paraíba, através de iniciativas que organizem o mercado, realizando pequenas obras de infraestrutura que facilitem o acesso de pequenos produtores	-Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros - Projeto Cooperar - Emater - DER - SEDH - PROCASE	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0496	- Bird - Governo do Estado US\$2.550.00 - Família US\$ 100.000 - Aliança produtiva

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Adequar a elaboração dos cardápios, conforme normas do PNAE, respeitando os hábitos alimentares e a cultura local de acordo com os preceitos de comida de verdade.	- Secretaria de Educação Parceiros: - Secretaria de Saúde - Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - EMATER	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0496	- Federal - Estadual - Outros
Capacitar os gestores, merendeiras e professores sobre a alimentação escolar, como um o Direito Humano à Alimentação Adequada .	- Secretaria de Educação Parceiros: - SEDH - SESAES - EMPASA - Agevisa	Programa: 5006 Objetivo: 1025 Meta: 04D4	
Desburocratizar o acesso a DAP, viabilizando a venda de produtos de pequenos produtores às Instituições públicas, estimulando os circuitos curtos de comercialização de alimentos.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - SEDAP Parceiro: - Emater	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0497	
Capacitar os componentes do Conselho de Alimentação escolar, (CAE) oferecendo condições para que eles cumpram o seu papel previsto em lei.	- Secretaria de Educação Parceiro: - CAE Estadual	Programa: 5006 Objetivo: 1027 Meta: 04D7	
Ampliar, equipando e modernizando as cozinhas escolares em cumprimento às normas vigentes.	- Secretaria de Educação Parceiro: - PNAE Estadual	Programa: 5006 Objetivo: 1027 Meta: 04D7	
Inserir no PPP o conteúdo de SAN, como forma de valorizar a importância da água de qualidade e alimentação saudável, como um direito humano.	- Secretaria de Educação Parceiro: - PNAE Estadual		
Definir o local da Educação Nutricional dentro do currículo para que as informações sobre SAN sejam permanentes na formação dos alunos.	- Secretaria de Educação Parceiro: - PNAE Estadual		
Incluir o tema: Segurança Alimentar nos currículos escolares, conduzindo um processo de re-educação alimentar a todo público escolar (pais, alunos, professores/as e merendeiras, etc.).	- Secretaria de Educação Parceiro: - PNAE Estadual		

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Inserir o consumo de alimentos orgânicos e do mel de abelha, na alimentação escolar preferencialmente da produção local.	- Secretaria de Educação Parceiro: - PNAE Estadual - EMATER	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0496	
Respeitar as especificidades de povos e comunidades tradicionais, indígenas e população negra na elaboração dos cardápios, contemplando a alimentação adequada e saudável.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano Parceiro: - PNAE Estadual	Programa: 5008 Objetivo: 1063 Meta: 046Y	
Capacitar, de forma contínua, os trabalhadores que operam o PAA e PNAE sobre o funcionamento dos mesmos.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria de Educação Parceiro: - EMATER	Programa: 5008 Objetivo: 1063 Meta: 046Z	
Comprar os 30% ou mais dos recursos oriundos do governo Federal, dos agricultores familiares para a alimentação escolar .	- Secretaria da Educação Parceiro: - Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido	Programa: 5006 Objetivo: 1025 Meta: 04D4	
Fortalecer os agricultores familiares para acessar, de forma mais rápida, a venda dos seus produtos para o PNAE e PAA .	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - Projeto Cooperar	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0496	
Apoiar as hortas escolares, envolvendo a comunidade escolar e favorecendo o resgate dos hábitos e sabores alimentares	- Secretaria de Educação Parceiro: - EMATER	Programa: 5006 Objetivo: 1025 Meta: 04D4	
Estabelecer, como ação permanente, as hortas escolares como um conteúdo educativo.	- Secretaria de Educação Parceiro: - EMATER	Programa: 5006 Objetivo: 1025 Meta: 04D4	
Realizar concurso público para ampliação de contratação de nutricionista em atendimento à legislação do PNAE.	- Secretaria da Administração SEPLAG Parceiro: - Secretaria de Educação		

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Capacitar empreendedores da economia solidária/ agricultura familiar/quilombolas, visando expandir e viabilizar a regularização sanitária e a comercialização dos empreendimentos artesanais, familiares e comunitários, como promoção da alimentação saudável.	- Secretaria de Turismo e do Desenvolvimento Econômico - AGEVISA - EMATER Parceiro: - UFPB	Programa: 5002 Objetivo: 1053 Meta: 049N	Estadual R\$ 20.000,00 de recursos próprios
Implantar o SISVISA, que garanta o processo de simplificação e desburocratização de abertura e baixa de empresários e empresa na Paraíba.	- Secretaria de Turismo e do Desenvolvimento Econômico - AGEVISA - Junta comercial do Estado – Jucep/PB - Receita Estadual - Rede SIM	Programa: 5002 Objetivo: 1054 Meta: 049J	
Emitir o alvará "on line", fomentando e facilitando o empreendedorismo no Estado.	- Secretaria de Turismo e do Desenvolvimento Econômico - AGEVISA - Junta comercial do Estado – Jucep/PB - Receita Estadual - Rede SIM	Programa: 5002 Objetivo: 1054 Meta: 049J	

Diretriz 2 – Promoção do Abastecimento e Estruturação de Sistemas Descentralizados, de Base Agroecológica e Sustentáveis de Produção, Extração, Processamento e Distribuição de Alimentos.

Objetivo 1 - Apoiar o abastecimento alimentar como forma de consolidar a organização de circuitos locais e regionais de produção, abastecimento e consumo, garantindo o acesso regular e permanente da população a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Metas:

- Mapear associações e/ou grupos de agricultores familiares agroecológicos que ainda não comercializem os seus produtos nas feiras orgânicas;
- Mapear os espaços públicos onde possam ser realizadas essas feiras;
- Formar agricultores familiares sobre o conteúdo de agroecologia e preço justo;
- Garantir estrutura física para realização das feiras;
- Estimular a produção de alimentos nos presídios, de forma agroecológica, considerando a qualidade e segurança dos alimentos

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Fortalecer as feiras agroecológicas, construindo espaços permanentes para funcionamento das mesmas, permitindo que mais pessoas possam ter acesso a uma alimentação de qualidade com preço justo.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - PROCASE	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0496	- Estadual - Federal
Fiscalizar os critérios de aquisição das compras da alimentação escolar.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - PNAE Estadual	Programa: 5002 Objetivo: 1058 Meta: 049Z	- Estadual - Federal
Ampliar a estruturação das feiras agroecológica, garantindo melhor renda para os produtores/produtoras.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - EMATER	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0496	- Estadual - Federal
Capacitar, de forma contínua, os agricultores sobre a legislação das compras e vendas institucionais.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - EMATER	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0496	
Adequar os espaços para a produção agroecológica nos presídios, capacitando a população carcerária em técnicas de plantio.	- Secretaria da Administração Penitenciária - SEDS Parceiro: - Emater	Programa: 5006 Objetivo: 1023 Meta 04D1	
Apoiar a elaboração dos planos de negócios.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - Projeto Cooperar	Programa 5002 Objetivo 1079 Meta: 0495	Bird US\$100.000,00

Objetivo 2 - Ampliar a participação de agricultores/as familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, produtores da sociobiodiversidade e demais povos e comunidades tradicionais no abastecimento dos mercados, com ênfase nos mercados institucionais, como forma de fomento a sua inclusão socioeconômica e à promoção da alimentação adequada e saudável.

Metas:

- Criar mecanismos para que todos os agricultores que fizerem adesão possam participar das compras dos programas institucionais, PNAE, presídios, hospitais etc;
- Sensibilizar os gestores públicos para incluírem a temática da produção agroecológica nos editais;
- Fortalecer as políticas de PAA e PNAE;
- Priorizar os agricultores que fizeram adesão ao Programa, para que possam participar das compras institucionais (PNAE, Presídios, Hospitais,)

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Definir estratégias de sensibilização para a inclusão nos editais de produção agroecológica e da economia solidária para a alimentação escolar .	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - EMATER	Programa: 5002 Objetivo: 1055 Meta: 0496	- Estadual - Federal
Implantar as Unidades de apoio e distribuição de alimentos da Agricultura Familiar-UADAF.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - EMATER	Programa: 5008 Objetivo: 1063 Meta: 046Y	
Ampliar as compras da AF para PAA, Pnae e sementes crioulas para produção.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - EMATER	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0490	- Estadual - Federal
Exigir transparência nos processos do PAA e Pnae, em conformidade, com o que está estabelecido no programa.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - EMATER		- Estadual - Federal
Garantir a compra institucional dos produtos da agricultura familiar pelo governo do Estado.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - EMATER	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 049E	

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Definir um órgão responsável pela desburocratização e o acesso à declaração de aptidão ao PRONAF - DAP.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - EMATER		
Implantar quatro unidades pilotos de Sistema integrado de produção agroecológica com assistência permanente da gestão unificada nos municípios de Remígio, Bonito de Santa Fé, Várzea e Salgado de São Félix (Ecoprodutivo).	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - SEDAP Parceiro: - EMATER	Programa:5008 Objetivo:1063 Meta: 046Z	- Estadual R\$ 50.000,00
Apoiar redes de produção e comercialização de base territorial (ex. Avicultura alternativa no território da Borborema).	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - SEDAP Parceiro: - EMATER	Programa:5008 Objetivo:1063 Meta: 046Z	- Estadual R\$ 50.000,00

Objetivo 3 - Utilizar os mecanismos da Política Agrícola em apoio à comercialização de produtos agropecuários, incluindo o público da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, de modo a contribuir para a garantia do abastecimento interno e da soberania alimentar.

Metas:

- Formar e manter estoques públicos de alimentos da agricultura familiar, visando garantir o abastecimento do mercado consumidor de produtos básicos de consumo popular e o apoio aos programas emergenciais de segurança alimentar e nutricional;
- Diagnosticar novos produtores de leite da Paraíba a serem inseridos no programa;
- Estimular os agricultores familiares a produzirem leite conforme a realidade do Programa;
- Ampliar o número de produtos agroextrativistas produzidos na Paraíba para atender à demanda dos programas institucionais, garantindo um percentual de recursos financeiros disponíveis para a aquisição destes produtos;
- Implementar ações que facilitem o escoamento da produção de povos e comunidades tradicionais, afastando a presença do atravessador.

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Ampliar recursos no orçamento do PPA destinados à rede de apicultores da região semiárida, incentivando assim, a preservação das abelhas nativas.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - SEDAP	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0496	- Estadual
Criar uma política de abastecimento para que os povos e comunidades tradicionais possam comercializar seus produtos sem a presença de atravessadores.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - Secretaria do Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças - Caisan		
Elaborar políticas de assistência técnica para assegurar alimentos de qualidade para povos e comunidades tradicionais, respeitando as suas culturas.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - EMATER - Secretaria do Desenvolvimento Humano		
Estimular as prefeituras a liberar, conforme a resolução o Sim, como forma de facilitar a comercialização de alimentos pelo agricultor/a familiar.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - EMATER		
Estruturar a Bacia Leiteira e reestabelecer o Programa do Leite, descentralizando programas estaduais de incentivos à agricultura familiar, a exemplo do Empreender e COOPERAR.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano	Programa: 5008 Objetivo: 1229 Meta: 04CE	
Manter as unidades de extração de mel de abelha, com infraestrutura de produção e processamento do mel, segundo a higiene exigida para essas atividades.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0496	- Estadual - Banco Mundial

Objetivo 4 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais.

Metas:

- Orientar os agricultores/as para acessarem os financiamentos adequados disponíveis, protegendo-os do endividamento desnecessário;
- Estimular a criação de fundos rotativos solidários, como forma de fortalecer o pequeno produtor familiar;
- Contribuir na regulamentação de terras de povos e comunidades tradicionais, como forma de favorecer o acesso a créditos e outros benefícios para suas sobrevivências;
- Assessoramento às famílias rurais nos projetos de Inclusão Produtiva

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Fortalecer os fundos rotativos solidários, estimulando créditos regionalizados.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido		
Homologar terras quilombolas	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - Governo Federal		
Contribuir com a demarcação dos territórios quilombolas .	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - Governo Federal		
Orientar os agricultores a acessar o crédito mais adequado, evitando endividamento.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano	Programa: 5008 Objetivo: 1063 Meta 046Y	- Estadual R\$101.118,00

Objetivo 5 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares, pescadores artesanais, povos e comunidades tradicionais.

Metas:

- Fortalecer a Emater, ampliando o número de técnicos, oferecendo mais condições de trabalho para atenderem à demanda oriunda dos pequenos agricultores do Estado;
- Disponibilizar Ater nos 223 municípios, com ênfase ao desenvolvimento rural sustentável;
- Capacitação de agricultores familiares nas boas práticas de beneficiamento de alimentos;

- Criar uma Ater agroecológica para atender à demanda de todos os agricultores do Estado que decidam mudar o modelo de produção,
- Elaborar processos permanentes de negociação com as Prefeituras, para que as máquinas compradas pelo PAC não tenham uma utilização destinada apenas a um contingente da população rural.

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Criar parcerias para trabalhar de forma intersetorial entre as prefeituras, governo do Estado e Universidades, na formação e qualificação de produtores rurais da Agricultura Familiar.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - EMATER - Universidades - Prefeituras	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0497	
Criar ater agroecológica.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - EMATER	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0497	
Garantir a utilização adequada das máquinas do PAC, beneficiando a todos que delas necessitam.			
Implantar uma política pública de assistência técnica e extensão rural horizontal, de forma continuada, garantindo um meio ambiente saudável com manejo adequado e o respeito aos saberes populares das/os agricultoras/es.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - EMATER - Secretaria do Desenvolvimento Humano	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 049U	- Estadual R\$465.000,00
Melhorar a qualidade dos serviços da EMATER aos agricultores familiares, através da compra de equipamentos e veículos.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - EMATER	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 049U	- Estadual R\$465.000,00

Objetivo 6 - Promover a reforma agrária e o processo de desenvolvimento rural sustentável, democratizando o regime de propriedade, reduzindo a pobreza rural, a desigualdade e ampliando o abastecimento alimentar interno e a soberania e segurança alimentar e nutricional.

Metas:

- Interceder nos limites que competem ao Estado da Paraíba na aceleração do processo de reforma agrária, contribuindo para redução da pobreza rural e da Insegurança alimentar e nutricional;

- Estimular, através de ações propositivas, a permanência da juventude rural no campo;
- Implantar uma política de segurança pública para a população rural, protegendo-a de prejuízos e agressões que contribuem para seu empobrecimento;

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Regularizar as terras em litígios e demarcando e homologando as terras dos povos e comunidades tradicionais.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - Governo Federal - INCRA		
Desapropriar médias propriedades para assentar famílias acampadas.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiro: - INTERPA		
Estruturar uma política de segurança pública no campo.	- Secretaria da Segurança e da Defesa Social		
Garantir investimentos na agricultura familiar.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0496	
Desapropriar médias propriedades de terra para a juventude camponesa.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido		
Promover políticas que garantam a permanência da juventude rural no campo.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - SEDAP Parceiro: - Secretaria de Educação	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0496	
Incentivar políticas públicas de acesso aos créditos para os jovens do campo.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0496	
Promover acesso ao microcrédito que estimule a consolidação dos Grupos Produtivos de Mulheres no Campo.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - SESAES	Programa: 5002 Objetivo: 1058 Meta: 049W	
Implantar, de forma contextualizada nos Programas Educacionais, as diretrizes da Educação do Campo.	- Secretaria de Educação Parceiro: - Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido		

Objetivo 7 - Fomentar e estruturar a produção dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos que garantam o consumo familiar e produza excedentes de produção e renda.

Metas:

- Desenvolver ações de San específica para o campo, como forma de reduzir os altos índices de Insegurança Alimentar;
- Estimular, através de políticas públicas estaduais, programas e ações que contribuam para melhorar as condições de vida da população mais pobre da área rural,
- Desenvolver experiências piloto de ATER de base agroecológica geridas no âmbito dos municípios;
- Apoiar e fomentar redes de produção e comercialização de base territorial;
- Capacitar, através da Assessoria Técnica do Estado (EMATER), os agricultores familiares para que tenham acesso mais rápido à venda de produtos para os programas institucionais;
- Garantir estruturas produtivas e de comercialização para os agricultores familiares;
- Criar mecanismos para que os agricultores possam comercializar, de forma legal, os subprodutos de origem animal nos programas institucionais;
- Garantir a execução da RDC 49 por todas as vigilâncias sanitárias municipais.

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Aumentar a cota do leite do Programa Fome Zero, conforme a realidade da agricultura familiar camponesa.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido	Programa: 5008 Objetivo: 1229 Meta: 04CE	- Federal - Estadual
Garantir, através da CONAB, milho crioulo, com quantidade, qualidade e preço justo aos produtos da agricultura familiar camponesa.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido		
Fortalecer a produção de leite da agricultura familiar, ampliando as práticas de utilização da estocagem e forragem.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido		
Comprar alimentos dos agricultores familiares do Estado (PAA) para o sistema penitenciário e outras instituições públicas.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido		
Reativar a Estação Experimental de Veludo para que volte a desenvolver o importante papel na área de Pesquisa e formação.			

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Criar mecanismos que facilitem o acesso dos produtores da agricultura familiar ao Sim e ao Suasa.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - EMATER - Prefeituras		
Garantir a implementação do Centro de Comercialização Regional da Agricultura Familiar, já aprovado com recursos federais.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 049E	
Diversificar a produção agropecuária e gestão dos recursos naturais.	- Projeto Cooperar	Objetivo: 2 US\$2,500 /família US\$50.000,00 por projeto	

OBJETIVO 8 - Promover o modelo de produção, extração e processamento de alimentos agroecológicos e orgânicos e de proteção e valorização da agrobiodiversidade.

Metas:

- Garantir o acesso dos agricultores e agricultoras nas políticas Estaduais de promoção da Agroecologia e produção orgânica;
- Elaborar e implementar a Política Estadual de Agroecologia e de Agricultura Orgânica, de forma participativa, envolvendo as diversas redes e demais espaços de participação relacionados ao tema;
- Reforçar as experiências de agroecologia e seu caráter de rede, valorizando os processos de transição agroecológica, por meio de mapeamento, divulgação e comunicação, com valorização do conhecimento das populações do campo;
- Consolidar experiências de acesso ao PRONAF e ampliar o acesso ao crédito para a produção agroecológica;
- Ampliar a compra de alimentos de base agroecológica e camponesa oriundos de cadeias produtivas para o PAA e PNAE, de modo a beneficiar os agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais;
- Realizar o levantamento e mapeamento da produção orgânica e de base agroecológica anualmente no Estado de Paraíba;
- Reforçar as experiências de agroecologia e elaboração de mapas identificando-as no Estado;
- Elaborar um levantamento da produção da agricultura familiar e sua sazonalidade.

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica e camponesa.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - PROCASE - EMATER - Projeto Cooperar	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0496	
Desenvolver políticas de convivência com o semiárido.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0490	
Aumentar a oferta de alimentos de base agroecológico e camponesa para consumo da população.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - EMATER		
Instituir programas de divulgação e incentivo às feiras agroecológicas.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - EMATER		
Criar programas informativos sobre os malefícios dos agrotóxicos.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - SEDAP Parceiros: - Secretaria de Saúde - Secretaria de Educação - EMATER	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta:049U	- Estadual R\$ 387.413,00
Instituir Programa de redução do uso dos agrotóxicos.			
Estimular os intercâmbios com foco em experiências da agricultura familiar de base agroecológica para as famílias e técnicos visando-a ampliar a visibilidade sobre os processos de transição agroecológica.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido		
Formação permanente das famílias agricultoras sobre técnicas de produção agroecológica e comercialização de alimentos da sua produção.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - EMATER - Projeto Cooperar		

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Garantir infraestrutura de beneficiamento e comercialização de alimentos da produção agroecológica.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano Parceiros: - EMATER	Programa: 5008 Objetivo: 1229 Meta: 04CE	
Incentivar os municípios a comercializarem os alimentos da produção agroecológica.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano Parceiros: - EMATER	Programa: 5008 Objetivo: 1229 Meta: 04CE	
Garantir assessoria para certificação participativa para os produtos agroecológicos.	- EMATER - Visas Municipais		
Aumentar o número de técnicos capacitados em agroecologia para atender aos agricultores, em processo de transição de sistemas de produção convencional para agroecologia.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - EMATER	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 049U	- Estadual R\$101.618,00

OBJETIVO 9 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão, controle e educação voltados para o uso de agrotóxicos, organismos geneticamente modificados e demais insumos agrícolas.

Metas:

- Expandir as ações de monitoramento do uso de agrotóxicos na Paraíba, junto ao Programa de Acompanhamento e Rastreamento de Agrotóxicos;
- Ampliar a sistemática de análises por amostragem de resíduos de agrotóxicos das principais lavouras do Estado;
- Apoiar e fortalecer a constituição de Grupos de Educação e Saúde de combate ao uso de Agrotóxicos;
- Criar um grupo intersetorial junto à Caisan Estadual para a definição de estratégias de controle e uso dos agrotóxicos;
- Ampliar as ações da AGEVISA para aumentar a capacidade de avaliação e registro de agrotóxicos;
- Desenvolver mecanismos para fiscalização de atividades com Organismos Geneticamente Modificados;
- Garantir a prestação de informações relacionadas ao estado da qualidade do meio ambiente;
- Reforçar os mecanismos de operações de fiscalização, visando coibir os ilícitos relacionados às atividades degradadoras e poluidoras do meio ambiente;
- Realizar estudos e pesquisas sobre as consequências dos agrotóxicos na saúde humana e ambiental e divulgar os resultados, através de campanhas contra o uso de agrotóxicos, em diferentes mídias;
- Criar uma frente parlamentar de San na Paraíba contra os agrotóxicos e que defenda os interesses da população sobre os mesmos;
- Criar uma Política Estadual de Agroecologia;

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Realizar audiências públicas com os parlamentares estaduais e movimentos sociais sobre os danos dos agrotóxicos, as pessoas e meio ambiente.	- SESAES - Consea Estadual - Caisan		
Divulgar, nos meios de comunicação Estadual, os riscos do uso de agrotóxicos, para as pessoas e meio ambiente.	- Secretaria de Comunicação - SESAES - Consea Estadual - Caisan		
Elaborar trabalho educativo para informar aos produtores, dos perigos e consequências do uso de agrotóxicos.	- EMATER		
Promover campanhas permanentes para divulgação do uso dos defensivos naturais e da agroecologia como modelo de produção de alimentação adequada.	- EMATER		
Criar programas voltados para produção de base agroecológica, priorizando à juventude camponesa.	- EMATER		
Desenvolver campanhas para incentivar o retorno dos vasilhames de agrotóxicos e orientando sobre o risco à saúde de reutilização dos mesmos.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - EMATER		
Elaboração de um plano de redução, monitoramento e fiscalização do uso de agrotóxicos e sementes transgênicas.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - EMATER		
Estimular, através de incentivo, uma política que vise à substituição dos de agrotóxicos por defensivos naturais.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - EMATER		

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Ampliar o Laboratório Central da Paraíba-LACEN-PB, permitindo as análises de amostras dos produtos comercializados nas centrais de abastecimentos, mercados, feiras livres e também de programas institucionais como o PAA/PNAE.	- Secretaria de Saúde Parceiro: - LACEN	Programa: 5007 Objetivo:1010 Meta:04AK	
Ampliar o Programa PARA (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos) no Estado.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - Agevisa		

OBJETIVO 10 - Utilizar a abordagem territorial como estratégia para promover a integração de políticas públicas e a otimização de recursos, visando à produção de alimentos e ao desenvolvimento rural sustentável.

Metas:

- Desenvolver instrumentos para a consolidação da Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, na perspectiva da inclusão social, organização econômica dos agricultores familiares, dos povos e comunidades tradicionais, em consonância com as diretrizes da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Desenvolver ações em todos os territórios rurais do Estado com o conjunto de políticas públicas integradas, compatível com as principais carências existentes no meio rural;
- Beneficiar todos os municípios, com ações de fortalecimento da agricultura familiar;
- Criar mecanismos de garantia da participação indígena nos colegiados territoriais, onde exista população indígena, independentemente do número populacional;
- Melhorar as vias de acesso para escoamento da produção rural até as estradas federais e/ou estaduais;
- Implantação de alianças produtivas no Estado da Paraíba.

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Fortalecer os fóruns territoriais existentes, passando todos a serem reconhecidos como território da cidadania.			
Incluir no Fórum territorial o acompanhamento das políticas públicas referentes às necessidades prioritárias da população rural.			

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Promover intercâmbios de experiências de juventude rural entre as regiões do Estado.	- SEJEL		
Realizar pequenas obras de estrutura favorecendo a organização e acesso de pequenos produtores a comercialização dos seus produtos.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - PROCASE	Programa: 5002 Objetivo: 1058 Meta: 049W	- US\$ 2,500,00 - família US\$100.000,00 - aliança produtiva

OBJETIVO 11 - Garantir a qualidade e segurança higiênicosanitária e tecnológica dos produtos a serem consumidos, facilitando a comercialização no mercado formal dos produtos das agroindústrias familiares.

Metas:

- Desenvolver ações conjuntas entre a Visa Estadual e municipal na promoção de capacitações dos produtores e famílias rurais brasileiras sobre educação sanitária e exigências das leis vigentes referentes a beneficiamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar tradicional ou orgânica;
- Estruturar a produção dos agricultores, através do crédito rural, de forma a gerar renda com o excedente da produção e melhoria da segurança alimentar e nutricional.

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Criar legislação para produção e comercialização de alimentos que contemplem o produtor e produtora familiar.	- EMATER		
Isentar de impostos os produtos da agricultura familiar comercializados nas compras institucionais.			
Garantir políticas públicas que valorizem as práticas culturais de produção e beneficiamento de alimentos.		Programa: 5007 Objetivo: 1015 Meta: 04BB	
Melhorar a eficiência do controle fitossanitário dos produtos, através de fiscalização dos postos de defesa agropecuária.	- Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca Parceiros: - EMATER	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 049U	
Estimular Ater destinada a quintais produtivos como forma de reduzir a prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional.	- Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca Parceiros: - EMATER	Programa: 5008 Objetivo:1063 Meta: 046W	

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Disponibilizar infraestrutura não agrícola para armazenamento, processamento e embalagens de produtos da agricultura familiar.			

Objetivo 12 - Reflorestar, com árvores frutíferas da mata, nativa as áreas de comunidades indígenas e povos e comunidades tradicionais dos municípios em áreas de desmatamento, distribuindo mudas e sementes associadas com campanhas de reflorestamento e ação humana no ciclo da água (ação antrópica), criando estratégia de revitalização dos biomas,

12.1- Fiscalizar os leitos dos rios com a finalidade de combater e evitar a poluição nas águas.

Metas:

- Estimular a construção de fogões ecológicos com o objetivo de dotar as comunidades de técnicas e aparelhamento energético para minimizar o impacto sobre o desmatamento da caatinga.
- Criar um programa educativo destinado à zona rural para que desestimule a prática de queimadas e a produção de carvão vegetal;
- Estabelecer normas que punam as queimadas em áreas de produção de monocultura de cana de açúcar;
- Distribuir mudas de plantas nativas para reflorestar áreas desertificadas;
- Desenvolver ações permanentes de fiscalização aos leitos dos rios, identificando e intensificando as ações nos locais onde há uso inadequado.

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Criar políticas de reversão ao desmatamento que levam à desertificação no Estado da Paraíba.	- Secretaria da Infraestrutura - Secretaria de Recursos Hídricos - Secretaria do Meio Ambiente - Secretaria de Ciência e Tecnologia Parceiros: - SUDEMA	Programa: 5003 Objetivo: 1033 Meta: 047F	
Distribuir mudas frutíferas com prioridade em plantas nativas, para fortalecer os viveiros, revitalizando as nascentes dos rios.	- Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca Parceiros: - EMATER - Emepa	Programa: 5002 Objetivo: 1053 Meta: 049B	

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Intensificar o processo de controle e punição contra os desmatamentos e as queimadas.	- Secretaria da Infraestrutura - Secretaria dos Recursos Hídricos - Secretaria do Meio Ambiente - Secretaria da Ciência e Tecnologia Parceiros: - SUDEMA	Programa: 5003 Objetivo: 1033 Meta: 047F	
Distribuir mudas, em conjunto com a EMAPA, nas comunidades inseridas no projeto Ecoprodutivo.	- Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca Parceiros: - EMATER - Emepa	Programa: 5002 Objetivo: 1053 Meta: 049B	- Estadual
Criar um sistema permanente de monitoramento dos rios, evitando a contaminação por desrespeito da população às leis vigentes.	- Secretaria da Infraestrutura - Secretaria dos Recursos Hídricos - Secretaria do Meio Ambiente - Secretaria da Ciência e Tecnologia Parceiros: - SUDEMA	Programa: 5004 Objetivo: 1036 Meta: 0490	

Objetivo 13 - Estimular os trabalhadores rurais para aderirem ao programa de bancos de sementes, orientando-os sobre as sementes da “paixão”.

Metas:

- Apoiar a constituição de bancos de sementes crioulas nos diversos biomas do Estado;
- Reestruturar o programa de distribuição de sementes, tornando mais ágil a sua distribuição e escolhendo sementes crioulas, conforme solicitação das comunidades nas Oficinas Regionais Participativas;
- Criar políticas públicas de incentivo, valorização e fortalecimento dos bancos de sementes comunitários com sementes crioulas, nativas de espécies florestais e frutíferas no Estado da Paraíba;
- Estimular a criação de novos bancos comunitários de sementes e manutenção dos já existentes;
- Implantar outras modalidades do PAA (compras governamentais), incluindo o PAA sementes para contemplar as sementes produzidas e plantadas em solo Paraibano, e as sementes de bancos existentes, evitando as sementes transgênicas.

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Identificar, através de pesquisas, quais e quantos bancos de sementes estocam sementes crioulas.	- Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca Parceiros: - EMATER - Emepa	Programa: 5002 Objetivo: 1053 Meta: 04A2	
Elaborar um diagnóstico para identificar os agricultores do Estado que produzem usando sementes crioulas.	- Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca Parceiros: - EMATER - Emepa	Programa: 5002 Objetivo: 1053 Meta: 04A2	
Construir espaços físicos para o armazenamento das sementes crioulas.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - PROCASE	Programa: 5002 Objetivo:1058 Meta: 049W	
Estimular a ampliação da produção de sementes crioulas.	- Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca Parceiros: - EMATER	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0497	
Garantir a compra de sementes crioulas, adaptadas à região para distribuição ao Programa Garantia Safra.	- EMATER		- Federal
Ampliar as feiras agroecológicas e fortalecer as já existentes nos municípios do Estado.	- Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca Parceiros: - EMATER	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 0490	
Criar um programa estadual nos moldes do Programa Sementes do Semiárido do Governo Federal.			
Adquirir sementes crioulas oriundas de diferentes micro regiões do Estado, através dos programas oficiais de distribuição de sementes.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido		
Estimular a criação de novos bancos e a manutenção dos já existentes bancos comunitários de sementes.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido		

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Colocar em execução a lei estadual No 7.298, de 27 de dezembro de 2002 que dispõe sobre criação do Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitárias.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido		
Sensibilizar os gestores públicos para incluírem a temática de sementes crioulas nos editais.	- EMATER		

Diretriz 3 - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.

Objetivo 1: Aderir ao decreto 8553, de 03 de novembro de 2015 que Institui o Pacto da Alimentação Saudável.

1.1 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Metas:

- Divulgar e estimular a adesão dos municípios da Paraíba ao pacto nacional da alimentação saudável, contribuindo para o controle das doenças crônicas não transmissíveis;
- Elaborar, em parceria com as prefeituras e instituições da sociedade civil organizada, um Pacto Estadual em defesa da alimentação adequada e saudável;
- Elaborar um programa de EAN a ser divulgado pelas rádios públicas e comunitárias no Estado;
- Elaborar e publicar o marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas políticas públicas, com ampla participação da sociedade, respeitando as práticas alimentares dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, bem como de outros segmentos e grupos vulneráveis;
- Inserir nos processos de Educação Alimentar e Nutricional, estratégias de sensibilização e orientação à população para a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis;
- Atualizar guias e materiais de referência sobre a alimentação adequada e saudável;
- Capacitar em San para o fortalecimento dos espaços de controle social, visando-a fortalecer o Sisan;
- Garantir a continuidade dos processos de formação, em Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano a Alimentação Adequada;
- Incentivo à agricultura urbana, periurbana e hortas escolares, visando ao aumento no consumo de hortaliças e verduras na alimentação.

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Sensibilizar os gestores públicos municipais e estaduais sobre a temática da alimentação saudável.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria de Saúde - Secretaria de Educação Parceiros: - Prefeitura - UFPB		
Criar um pacto entre Estado e municípios em defesa da alimentação saudável.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - SEDAP Parceiros: - Municípios - Entidades da Sociedade Civil	Programa: 5008 Objetivo: 1063 Meta: 046Y	
Estimular ações educativas, como oficinas de alimentação adequada e saudável e de exercícios físicos.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - SEDAP Parceiros: - Municípios - Entidades da Sociedade Civil	Programa: 5008 Objetivo: 1063 Meta: 046Y	
Implantar projetos experimentais nas escolas do campo para integração entre produção agrícola e a alimentação escolar.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano Parceiros: - Municípios - Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - Secretaria de Educação		
Inserir no Projeto Político Pedagógico das escolas públicas, o conteúdo de Educação Alimentar e Nutricional.	- Secretaria da Educação Parceiros: - SESAES - Secretaria de Saúde - UFPB		
Ampliar o quadro de profissionais de educação, saúde e assistência nos municípios das unidades da federação, incluindo o profissional nutricionista.	- Governo Estadual		
Elaborar um livro que contemple a culinária dos povos indígenas e povos e com unidades tradicionais para ser trabalhado nas escolas públicas.	- Secretaria da Educação Parceiros - Associações Estaduais que representem os Pct's - Secretaria da Cultura		- Estadual - Federal - Outros

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Criar um grupo de trabalho para acompanhar e socializar informações sobre rotulagem de alimentos para a população nos diferentes serviços prestados pelo governo.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria de Educação - Vigilância Sanitária		
Criar um programa de hortas comunitárias nas UBS e creches.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido Parceiros: - Secretaria de Saúde - EMATER		
Qualificar profissionais e produtores familiares e/ou urbanos para atuarem com os componentes: alimentação, nutrição e consumo saudável.	- Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca Parceiros: - Secretaria da Saúde - Secretaria da Educação - EMATER	Programa: 5002 Objetivo: 1056 Meta: 049Q	
Criar campanhas educativas para aproveitamento integral dos alimentos.	- Secretaria do Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca - Secretaria do Desenvolvimento Humano	Programa: 5008 Objetivo: 1063 Meta: 046Y	
Realizar cursos de agricultura orgânica nos municípios.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - EMATER - Secretaria da Agricultura Familiar		
Instituir uma política estadual de educação alimentar e nutricional para garantir e valorizar hábitos alimentares saudáveis.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Educação - Secretaria da Saúde		
Capacitar jovens de comunidades tradicionais nos programas de educação profissional .	- Secretaria do Desenvolvimento Humano	Programa: 5006 Objetivo: 1026 Meta: 04D6	
Implantar programas de educação alimentar para os beneficiários dos programas sociais, com ênfase no resgate da cultura alimentar.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Educação - Secretaria da Saúde Parceiros: - Cras		

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Estimular, através de políticas públicas, ações de agricultura urbana.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano Parceiros: - EMATER		
Incentivar a criação ou adaptação de espaços para a produção de hortas nas escolas.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Educação Parceiros: - EMATER		
Fortalecer o sistema de vigilância alimentar e nutricional para acompanhamento sistemático da situação nutricional da população.	- Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Semiárido	Programa: 5008 Objetivo: 1063 Meta: 046Y	
Instituir um programa de educação alimentar e nutricional nos Centros de Vivências e nas escolas.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Educação		
Definir o lócus da Educação Alimentar e Nutricional dentro do currículo para que as informações sobre SAN sejam permanentes na formação dos alunos.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Educação Parceiro: - Secretaria da Saúde		
Criar programas de rádio ou vinhetas que abordem a SAN.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Educação Parceiro: - Secretaria da Saúde - UFPB		
Mapear as rádios comunitárias parceiras.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano		
Assegurar ações permanentes de educação alimentar nas redes de serviços públicos.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Educação - Secretaria da Saúde Parceiro: - UFPB	Programa: 5008 Objetivo: 1063 Meta: 046Z	
Estimular, através do aumento de recursos, o Programa momento Agevisa na rádio Tabajaras .	- Secretaria da Cultura Parceiros: - AGEVISA - Rádio Tabajara	Programa: 5009 Objetivo: 1047 Meta: 04CK	- Recursos próprios no valor de R\$24.000,00

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Pactuar com as Visas Municipais para que reconheçam e apliquem a RDC 49/2013.	- AGEVISA - Visas Municipais		- Estadual - Recursos próprios no valor de R\$20.000,00
Efetuar cursos de aperfeiçoamento e profissionalizantes para os profissionais das Visas Municipais do Estado da Paraíba.	- Secretaria da Saúde Parceiros: - AGEVISA - Visas Municipais - UFPB	Programa: 5007 Objetivo: 1015 Meta: 04BB	- Federal - Estadual - Recursos Federais do Fundo de Educação e Saúde, no valor de R\$150.000,00

OBJETIVO 2: Estruturar as ações de Educação Alimentar e Nutricional e atividades físicas nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis e atividades físicas, utilizando os equipamentos públicos onde existirem para esse fim;

Metas:

- Criar os serviços de pesquisa e extensão em Educação Alimentar e Nutricional dos setores governamentais e não governamentais destinados ao aprimoramento e à integração das ações em nível local;
- Destinar recursos públicos a FAPESQ para realização de pesquisas na área de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Criar protocolo de ações de Educação Alimentar e Nutricional, para titulares de direitos dos programas sócioassistenciais, integrando as redes e equipamentos públicos, bem como instituições que compõem o SESANS;
- Inserir a promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social;
- Inserir a promoção da educação e saúde no contexto das escolas estaduais, capacitando os professores para a promoção da alimentação saudável.
- Aumentar a cobertura das ações de atividades físicas, através das academias comunitárias para os grupos prioritários da população;

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Promover ações de reeducação alimentar nas escolas e nos espaços públicos, através de mobilizações, palestras e campanhas.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Educação - Secretaria da Saúde		
Fortalecer as políticas públicas voltadas para as atividades físicas e alimentação adequada.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Saúde		
Aumento de subsídios financeiros para realização de pesquisas em SAN.	- Secretaria da Infraestrutura - Secretaria dos Recursos Hídricos - Secretaria do Meio Ambiente - Secretaria da Ciência e Tecnologia Parceiros: - FAPESQ-PB - UFPB		

OBJETIVO 3: Promover ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar, fortalecendo a gestão, execução e o controle social do PNAE, com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional.

Metas:

- Qualificar profissionais e produtores familiares e/ou urbanos para atuarem com os componentes: alimentação, nutrição e consumo saudável;
- Definir estratégias de EAN nas escolas do Estado, utilizando a alimentação escolar como ferramenta pedagógica;
- Ampliar parcerias para a formação, o monitoramento, a avaliação e o desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas referentes à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Implantar Projetos de Hortas Escolares nas escolas estaduais,
- Promover formação continuada para os manipuladores de alimentos das escolas públicas estaduais;
- Criar campanhas educativas para aproveitamento dos alimentos;
- Capacitação em San para fortalecimento dos espaços de controle social, como forma de apoiar o Sisan;
- Garantir os processos de formação em SAN;
- Democratizar o acesso à capacitação e à informação, sobre critérios e objetivos dos programas sociais, com amplas campanhas, para a sociedade civil e agentes públicos;
- Ampliar as capacitações e formações continuadas em SAN, mostrando o correto manuseio e aproveitamento dos alimentos nas escolas, comunidades e serviços da assistência;

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Formar 100 % dos conselhos escolares para o efetivo exercício do controle social na área de alimentação escolar.	- Secretaria da Educação Parceiro: - Pnae		
Mapear os profissionais e produtores que serão qualificados.	- Secretaria da Educação Parceiro: - Pnae		
Realizar formações contínuas com os profissionais da área de educação.	- Secretaria da Educação Parceiro: - Pnae	Programa: 5006 Objetivo: 1027 Meta: 04D7	
Formar gestores do programa da alimentação escolar nas regionais do Estado para a promoção de SAN no ambiente escolar.	- Secretaria da Educação Parceiro: - Pnae	Programa: 5006 Objetivo: 1027 Meta: 04D7	
Mapear os profissionais e gestores públicos.	- Secretaria da Educação Parceiro: - Pnae		
Criar programas para educação inclusiva de divulgação da alimentação saudável.	- Secretaria da Educação Parceiro: - Pnae		
Incentivar campanhas sobre o consumo consciente e saudável, utilizando diversos meios de comunicação.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Educação Parceiro: - Pastoral da Criança	Programa: 5001 Objetivo: 1042	
Mapear os profissionais e gestores públicos que trabalham com a temática de manuseio correto de alimentos, garantindo maior focalização nas formações.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Agricultura Familiar e desenvolvimento do semiárido Parceiro: - EMATER		

Diretriz 4 - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais^(*), povos indígenas e assentados da reforma agrária.

OBJETIVO 1: Apoiar os povos indígenas, por meio de ações participativas, a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais mediante ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas.

OBJETIVO 2: Apoiar a regularização fundiária das comunidades quilombolas, bem como fortalecer o reconhecimento e certificações por órgãos competentes.

OBJETIVO 3: Implantar e desenvolver política estadual de gestão ambiental e territorial de terras dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs),^(*) através de ações integradas e participativas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, autonomia e segurança alimentar e nutricional.

Metas:

- Realizar cursos de culinária para as mulheres indígenas, valorizando os hábitos e culturas alimentares ancestrais;
- Promover editais do governo, garantindo a participação da sociedade civil no processo de discussão e elaboração das chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em PCTs;
- Mapear, em caráter de urgência, as comunidades e famílias ciganas, estimulando a adesão das mesmas às ações de mutirão para retirada da documentação, inscrição no cadastro único das famílias, favorecendo o acesso às ações de educação cidadã e à política de habitação;
- Promover a estruturação de arranjos produtivos locais, apoiando a certificação de produtos de PCTs, contribuindo para o acesso aos mercados e geração de renda;

(*) [1]: Esta denominação aprovada na 5ª Conferência específica e amplia o conceito adotado pelo Consea que se baseia no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, o qual define povos e comunidades tradicionais como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição". [2] Sempre que couber, serão mencionados explicitamente nas propostas deste Relatório. Povos e Comunidades Tradicionais: 1. Agricultores e agricultoras familiares 2. Andirobeiras 3. Apanhadores e apanhadoras de Flores Sempre Viva 4. Assentados e assentadas da reforma agrária 5. Benzedeiros e benzedadeiras 6. Catingueiros e catingueiras 7. Caboclos e caboclas 8. Caiçaras 9. Camponeses e camponesas 10. Catadoras de Mangaba 11. Cipozeiros e cipozeiras 12. Comunidades de fundo e fecho de pasto 13. Comunidades quilombolas 14. Extrativistas 15. Extrativistas marinhos e costeiros 16. Faxinalenses 17. Gerazeiros e gerazeiras 18. Ilhéus 19. Jangadeiros e jangadeiras 20. Marisqueiras 21. Morroquianos e morroquianas 22. Pantaneiros e pantaneiras 23. Pescadores e pescadoras artesanais 24. Pomeranos e pomeranas 25. População atingida por barragens 26. Povos Ciganos 27. Povos Indígenas 28. Povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro 29. Quebradeiras de coco-de-babaçu 30. Raizeiros e raizeiras 31. Retireiros do Araguaia 32. Ribeirinhos e ribeirinhas 33. Sertanejos e sertanejas 34. Vazanteiros e vazanteiras. Outros segmentos sociais em situação de insegurança alimentar, que se autorreferiram e reivindicam políticas específicas, são os seguintes [2]: 1. Acampados e acampadas da reforma agrária 2. Catadores e catadoras de materiais recicláveis 3. Crianças 4. Juventude negra 5. Idosos e idosas 6. Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) 7. Mulheres 8. Pessoas com deficiência 9. Pessoas com necessidades alimentares especiais 10. Pessoas, vivendo com HIV/Aids 11. População carcerária 12. População em situação de rua (Anexo 1)

- Mapear os povos e comunidades tradicionais da Paraíba para a criação de um banco de dados estadual para facilitar a focalização dos programas, levando em consideração as especificidades de cada comunidade.
- Criar um link no Portal da Transparência que disponibilize para acesso público Projetos de Infraestrutura que auxiliem as organizações da sociedade civil na participação dos editais do governo.
- Prover Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para as famílias indígenas, fortalecendo-as na gestão de seus territórios e estruturação dos processos de produção e acesso a mercados institucionais e diferenciados.
- Implantar projetos de gestão ambiental nas terras de PCTs;
- Implementar Centros de Formação integrado para cada PCTs do Estado da Paraíba.
- Promover e apoiar a conservação da agrobiodiversidade das terras de PCTs, através da realização de eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura familiar e alimentação.

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Elaborar cardápios adequados a serem implantados nas escolas que respeitem a cultura alimentar indígena.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria de Educação Parceiros: - Organizações indígenas	Programa: 5008 Objetivo: 1063 Meta: 046Y	
Realizar um diagnóstico das comunidades e famílias ciganas que vivem no Estado.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Mulher Diversidade Humana		
Criar um cadastro dos povos ciganos.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana		
Retomar a discussão junto aos municípios e a Cehap para construção de habitação para a população cigana.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - CEHAP - Secretaria Mulher e da Diversidade Humana Parceiro: Municípios		
Criar programas que estimulem a criação de galinhas de capoeiras nos territórios dos povos indígenas, povos ciganos e quilombolas.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido - EMATER		

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Garantir a demarcação e homologação de territórios dos quilombolas, dos Indígenas, ciganos e povos e comunidades tradicionais, respeitando as especificidades de cada grupo.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano Parceiros: - Governo Federal (INCRA) (FUNAI)		
Garantir alimentação adequada que previna doenças específicas da população negra.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano		
Evitar o enriquecimento de alimentos destinados à população negra que sejam incompatíveis com a anemia falciforme.	- Secretaria da Saúde - Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Educação		
Incluir alimentação específica nas políticas públicas destinadas a comunidades indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.	- Secretaria da Saúde - Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Educação		
Realizar um diagnóstico dos povos e comunidades tradicionais que existem no Estado.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana Parceiro: - FUNAI		
Criar um cadastro onde defina o perfil de povos e comunidades tradicionais do Estado da Paraíba.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana		
Realizar um encontro estadual de comunidades de religião de matriz africana para identificar as demandas de SAN.	- Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR) - Entidades da Sociedade Civil		
Identificar, através de metodologias participativas as demandas de San dos povos ciganos dos ranchos de Sousa, Condado Patos e Mamanguape.	- Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana - Municípios		
Organizar um encontro estadual de caciques, lideranças indígenas-potiguaras e tabajaras para identificar demandas de SAN das aldeias indígenas.	- Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana Parceiros: - FUNAI - CEPIR		

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Apoiar a logística do encontro estadual das Comunidades Quilombolas com o objetivo de verificar o quantitativo de famílias não contempladas com cestas alimentares distribuídas pela CONAB/AACADE.	- Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana Parceiros: - CONAB - SEDH		
Realizar ações de Educação Alimentar e Nutricional visando à prevenção de deficiência de Vitamina A e outros micronutrientes, especialmente nas Comunidades Quilombolas da Paraíba.	- Secretaria da Saúde - Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana		
Orientar os municípios para atualização do CADÚNICO no preenchimento do campo de identificação para povos e comunidades tradicionais.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano		
Mapear as iniciativas de produção para segurança alimentar em desenvolvimento para povos e comunidades tradicionais.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido - Secretaria da Mulher da Diversidade Humana		

Diretriz 5 - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado, às demais políticas de segurança alimentar e nutricional.

OBJETIVO 1: Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional.

Metas:

- Elaborar o Plano Estadual Intersetorial de Controle e Prevenção da Obesidade, orientando todos os municípios a desenvolverem ações de prevenção e controle dessa doença, através do Sistema Público de Saúde e do Sisan Estadual;
- Pactuar junto aos serviços de alimentação existentes no Estado a redução de sódio no preparo de alimentos consumidos pela população;
- Garantir que 100% dos municípios sejam atendidos por programas de controle e prevenção das carências nutricionais específicas, conforme orientação dos programas existentes (Programas Nacionais de Suplementação de Ferro e de Vitamina A):
- Reduzir os índices de anemia em crianças (menores de 5 anos) - anemia leve;
- Garantir a cobertura universal de suplementação de vitamina A aos grupos vulneráveis a essa carência no Estado da Paraíba;

- Realizar, em 100% dos municípios, ações de sensibilização da população sobre os riscos do consumo de alimentos com alto teor de sódio, gordura e açúcar, de acordo com as recomendações da Sociedade Brasileira de Cardiologia;
- Incentivar a adesão dos municípios ao programa Academia da Saúde;
- Potencializar as parcerias com as diversas políticas públicas específicas para povos e comunidades tradicionais, reforçando as ações de SAN, priorizando os mais vulneráveis aos agravos consequentes da insegurança alimentar e nutricional;
- Monitorar 100% dos alimentos enriquecidos com ferro e ácido fólico produzidos e/ou comercializados na Paraíba;
- Implantar bancos de alimentos como um espaço de orientação para as ações de SAN;
- Promover a continuidade do Programa Segurança Alimentar e Nutricional da Empasa, beneficiando aproximadamente 400 famílias e 2.800 pessoas.

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Fortalecer a Política de Aleitamento Materno e alimentação complementar, inclusive com a ampliação da Rede de Banco de Leite Humano, prevenindo as carências nutricionais e o excesso de peso na primeira infância.	- Secretaria da Saúde Parceiros: - Secretaria do Desenvolvimento Humano	Programa: 5007 Objetivo: 1010 Meta: 04A5	
Estabelecer negociação com o governo federal para que haja continuidade e ampliação dos programas de Núcleo de Assistência à Família: Mais Médicos, UPAs, Melhor em Casa, Saúde da Família, SAMU e outros.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - Secretaria da Saúde	Programa: 5007 Objetivo: 1010 Meta: 04A5	
Garantir a continuidade das academias da saúde.	- Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer	Programa: 5007 Objetivo: 1010 Meta: 04CO	
Realizar estudos para identificar as causas no aumento das ocorrências de câncer, leucemia, anemia falciforme e má formação de fetos no Estado.	- Secretaria da Saúde Parceiros: - Universidades	Programa: 5007 Objetivo: 1013 Meta: 04AS	
Garantir a cobertura universal dos programas de suplementação alimentar aos grupos vulneráveis.	- Secretaria da Saúde Parceiros: - Secretarias Municipais de Saúde	Programa: 5007 Objetivo: 1013 Meta: 04AS	

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Estimular a ampliação do programa "momento Agevisa" na rádio Tabajara visando à promover a alimentação saudável para a população e estimular a redução no consumo de sódio, gordura trans e de açúcar.	- Secretaria de Estado da Cultura Parceiros: - AGEVISA - Rádio Tabajara	Programa: 5009 Objetivo: 1047 Meta: 04CK	- Recursos próprios no valor de R\$24.000,00
Realizar análise, juntamente com o Lacen dos conteúdos de sódio e açúcar dos alimentos de maior consumo no Estado.	- AGEVISA - Visas Municipais		- Recursos próprios no valor de R\$24.000,00
Realizar campanhas educativas junto aos estabelecimentos que preparam alimentos para comercialização, visando à reduzir o consumo de sal e açúcar e gorduras trans (frituras).	- AGEVISA - Visas Municipais		
Promover a SAN, através da educação e reeducação nutricional para o consumo.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano; - Secretaria de Saúde - Secretaria de Educação		- Recursos próprios no valor de R\$1.600.000,00
Capacitar manipuladores de alimentos das entidades e instituições sociais cadastradas nos Bancos de Alimentos.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - SESAES		
Complementar e suplementar alimentação dos idosos, moradores de rua e dependentes químicos, fortalecendo as entidades/ instituições não governamentais que atendem a esse grupo populacional.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano - SESAES		
Disponibilizar às Instituições/ entidades orientações necessárias para que possam fornecer a sua clientela alimentação de qualidade.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano		

Diretriz 6 - Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar, da pesca e aquicultura

OBJETIVOS

1 - Garantir o acesso à água de qualidade e em quantidade para o consumo humano e a produção de alimentos às populações rurais difusas, de baixas rendas, de forma a promover a segurança alimentar e nutricional.

2 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico e serviços de abastecimento de água em áreas de povos e comunidades tradicionais, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Metas:

- Ampliação dos programas de cisternas e captação de água para o consumo humano e produção até 2019, para 100% da população rural do semiárido e áreas limítrofes do Estado da Paraíba;
- Sensibilizar a população sobre a proposta de convivência com o Semiárido;
- Garantir políticas públicas para recuperação e preservação das nascentes de água, matas ciliares, reflorestamento com vegetação nativa para recuperação do bioma caatinga;
- Implantar programas de capacitação e informação à população do semiárido para desenvolver hábitos de convivência e respeito ao mesmo;
- Orientar a população sobre o armazenamento adequado da água.
- Orientar a população do semiárido sobre o reuso de água no campo e na cidade, como meio de economizá-la.
- Realizar parcerias com os municípios para desenvolver ações educativas e evitar o desperdício de água.
- Tornar efetiva a gestão adequada dos recursos hídricos no Estado para assegurar a sua preservação, conservação e disponibilidade no aspecto qualitativo e quantitativo, com vistas a garantir o acesso universal à água.
- Monitorar o destino dos resíduos sólidos nas prefeituras.

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Melhorar as condições de funcionamento das operações da Cagepa para ampliação dos projetos existentes destinados ao abastecimento de água universal à população.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - Cagepa	Programa: 5004 Objetivo: 1031 Meta: 047H	- Federal
Pleitear junto ao Ministério de Desenvolvimento Social, novos recursos para a ampliação do programa de captação de água da chuva para o consumo humano e produção.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia		

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Sensibilizar gestores públicos para a criação de projetos e políticas públicas ligadas à temática da convivência com o semiárido.	- Secretaria do Desenvolvimento Humano Parceiro: - ASA		
Articular, junto às instituições competentes, capacitação para os beneficiários contemplados pelo programa de cisternas de captação de água da chuva para consumo humano e produção de alimentos.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - ASA	Programa: 5003 Objetivo:1035 Meta: 048U	
Financiar tecnologias necessárias ao re-uso da água servida como estratégia de convivência com o Semiárido.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - Projeto Cooperar	Programa: 5003 Objetivo: 1035 Meta: 048W	
Criar estratégias de revitalização dos rios, lagoas, açudes, nascentes e manguezais, enfatizando o Seguro Defeso dos pescadores dos manguezais, fiscalizando e punindo, com penas mais severas e com indenização financeira, o descumprimento da lei.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048U	
Revisar junto à sociedade civil o plano de recursos hídricos das bacias dos rios do Estado.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048U	
Revitalizar os açudes e principais mananciais que abastecem as zonas urbanas e rurais.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048U	
Criar um programa de distribuição de caixa d'agua (pequena, média e grande) para as famílias de baixa renda da zona urbana (políticas similares a das cisternas).			

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Sensibilizar os gestores públicos para a criação de projetos e políticas públicas ligadas à temática do uso adequado da água.			
Criar campanhas sobre o armazenamento correto da água.			
Desenvolver ações de capacitação para uso de recipientes adequados para armazenar água nas cidades, evitando a contaminação e proliferação de insetos.			
Expandir o Sistema de Monitoramento de Análise de Agrotóxicos na água de consumo do Estado.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - SUDEMA	Programa: 5004 Objetivo: 1036 Metas: 0490	
Instituir um plano de proteção para as nascentes de todos os rios do Estado da Paraíba.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - SUDEMA	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048U	
Monitorar a contaminação por agrotóxico das águas de consumo onde existem perímetros irrigados.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - SUDEMA	Programa: 5004 Objetivo: 1036 Metas: 0490	
Manter um controle permanente dos níveis de flúor na água de consumo em São José do Rio do Peixe e de outros municípios onde existem registros de fluorese.		Programa: 5003 Objetivo: 1037 Metas: 04DB	
Promover a revisão e/ou elaboração participativa dos Planos de Recursos Hídricos das bacias dos rios Paraibanos.	AESA	Programa: 5003 Objetivo: 1035 Metas: 048W	

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Garantir o acesso à água na zona urbana e rural, aumentando os reservatórios de açudes e cisternas.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - Cagepa	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048U	
Universalizar o acesso à água de beber na região do vale do Piancó.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - Cagepa	Programa: 5003 Objetivo: 1036 Metas: 048E	
Favorecer o Rio Piancó com água oriunda da Transposição do Rio São Francisco.			
Retomar a construção da barragem Canoas, no município de Nova Olinda.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048U	
Elaborar um programa de racionamento de água no Estado.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - Cagepa	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048T	
Revitalizar e concluir o canal de irrigação do Gravatá.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - Cagepa	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048U	
Garantir água de qualidade e de forma permanente nas escolas públicas.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - Cagepa		

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Perfurar poços em áreas com carência permanente no acesso à água, sem degradação ao meio ambiente.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - Cagepa	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048T	
Garantir o tratamento dos rios e o combate à poluição.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - Cagepa	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048U	
Construir pequenas e médias barragens para suprir as necessidades hídricas da região semiárida, com tecnologias que reduzam a evaporação.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - Cagepa		
Construir pequenas e médias barragens para suprir as necessidades hídricas da região semiárida, com tecnologias que reduzam a evaporação.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - Cagepa	Programa: 5003 Objetivo: 1035 Metas: 048F	
Estimular os municípios a analisar a qualidade da água oriunda dos poços artesianos.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - Cagepa		
Recuperar o canal da barragem de Nova Olinda.		Programa: 5003 Objetivo: 1035 Metas: 048F	
Garantir a utilização das águas da transposição do Rio São Francisco para agricultura familiar.		Programa: 5003 Objetivo: 1035 Metas: 048X	

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Garantir um plano de segurança hídrica sustentável para o Estado.	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: <ul style="list-style-type: none"> - Cagepa 	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048T	
Dessalinizar a água para o consumo humano e animal.	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: <ul style="list-style-type: none"> - Cagepa 	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048W	
Revisar o Plano Estadual de Gestão das Águas, de forma sustentável e democrática, com o objetivo de evitar usos inadequados.	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: <ul style="list-style-type: none"> - AESA 	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048T	
Realizar estudo, fiscalização e monitoramento das águas subterrâneas.	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: <ul style="list-style-type: none"> - AESA 	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048T	
Garantir a universalização do saneamento básico para todos os municípios.	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: <ul style="list-style-type: none"> - Cagepa 	Programa: 5003 Objetivo: 1031 Metas: 0471	
Implantar barragens subterrâneas para garantir alimento para os animais.	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: <ul style="list-style-type: none"> - Cagepa 	Programa: 5004 Objetivo:1035 Meta: 048U	

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Exigir do Dnocs e a da Aesa a desativação de chácaras e bares nos mananciais existentes no Estado.	- AESA - DNOCS	Programa: 5003	
Garantir a limpeza e recuperação de açudes existentes no Estado.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - SUDEMA	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048U	
Intensificar a fiscalização e controle dos mananciais existentes no Estado.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - SUDEMA	Programa: 5004 Objetivo: 1036 Metas: 0490	
Continuar a distribuição de água, através de carros pipas para distribuição de água onde não existe, incluindo famílias e escolas.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - Cagepa	Programa: 5003 Objetivo: 1031 Metas: 047K	
Recuperar rios poluídos em todo o território do Estado.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - SUDEMA	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048U	
Intensificar o trabalho de conscientização para reflorestamento das nascentes dos rios, riachos e olhos d'água.			
Recuperar matas ciliares, contribuindo para a revitalização dos rios, olhos d'água, nascentes e fontes.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - SUDEMA	Programa: 5004 Objetivo: 1035 Metas: 048U	

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Instituir uma política de coleta de Resíduos Sólidos para a zona rural.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - SUDEMA	Programa: 5003 Objetivo: 1031 Metas: 0471	
Instituir programas de Educação Ambiental do Estado que contemple o campo e a cidade.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - SUDEMA	Programa: 5003 Objetivo: 1033 Meta: 047C	
Construir parcerias com o comitê das bacias hidrográficas com a finalidade de verificar a qualidade da água, assoreamento dos rios, preservação das nascentes e todas as ações para melhorar o sistema hídrico.	- Secretaria de Infraestrutura - Sec. de Recursos Hídricos - Sec. do Meio Ambiente - Sec. da Ciência e Tecnologia Parceiro: - Comitê de Bacias	Programa: 5004 Objetivo: 1037 Meta: 04DB	

Diretriz 7 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais

Conforme explicado anteriormente, o Estado da Paraíba aderiu ao Sistema Nacional de San, seguindo o Decreto 7272/2010. Neste decreto, a diretriz sete trata do apoio a metas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais. Considerando que o Estado da Paraíba não tem nenhuma ação nessa área, essa diretriz não será considerada para elaboração deste Plano.

Diretriz 8 - Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada

OBJETIVOS

Identificar avanços e retrocessos no cumprimento das obrigações de respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Metas:

- Pactuar com o conselho estadual de direitos humanos para receber denúncias de violação ao DHAA e garantir a implementação das recomendações dos relatórios desses órgãos;
- Criar mecanismos de divulgação da temática do DHAA, visando a informar à população sobre esse direito e a exigibilidade do mesmo:

- Fortalecer mecanismos de recebimento de denúncias de violações ao DHAA, especialmente a ouvidoria geral e demais ouvidorias do Estado:
- Criar e/ou aplicar, em articulação com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PE), mecanismos de exigibilidade do DHAA no âmbito de programas e políticas públicas previstos no Plano Estadual de SAN:

Iniciativas	Órgão responsável /Parceiros	Ação Orçamentária	Origem do Recurso
Utilizar os Centros de Referência em Direitos Humanos como órgão catalisador da promoção e defesa do DHAA.	- Ministério Público da Paraíba - Defensoria Pública da Paraíba		
Articular, com a Assembleia Legislativa, a criação de uma Comissão Especial de DHAA no Estado.	- Caisan - Consea		
Realizar parceria com o Ministério Público da PB e com outros órgãos de acompanhamento de violações de direitos humanos para o monitoramento da realização do DHAA.	- SESAES - Caisan - Consea		
Criar uma Câmara de Direitos Humanos no âmbito do Consea Estadual.	- Consea		
Promover capacitações para construção de metodologia de monitoramento da realização progressiva do DHAA no Estado da Paraíba.	- SESAES - Caisan - Consea		



CAPÍTULO 4

INDICADORES DE MONITORAMENTO

7.1 - O Sistema de Monitoramento da SAN

O monitoramento e a avaliação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Paraíba, instrumento de responsabilidade do Governo Estadual deve se dar, a partir de uma perspectiva intersetorial, por meio das Secretarias Estaduais que têm ações contidas no plano, sob a coordenação da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan).

Esse monitoramento e avaliação serão feitos por sistema constituído de instrumentos, metodologias e recursos capazes de aferir a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada, o grau de implementação dessa política e o atendimento dos objetivos e metas estabelecidos e pactuados no mesmo. Para isso, devem organizar, de forma articulada e integrada, os indicadores e as informações disponibilizados nos diversos sistemas setoriais já existentes, contribuindo para o fortalecimento destes e deve contemplar as seguintes dimensões:

- I** - produção de alimentos;
- II** - disponibilidade de alimentos;
- III** - renda e condições de vida;
- IV** - acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água;
- V** - saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados;
- VI** - educação;
- VII** - programas e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

O sistema de monitoramento e avaliação ainda deverá identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada, consolidando dados sobre desigualdades sociais, étnicoraciais e de gênero.

Dessa forma, o monitoramento do PLANSAN objetiva acompanhar a execução das ações governamentais voltadas para a promoção da SAN e aferir o desempenho da atuação governamental nessa temática, possibilitando intervenções que visem ao aprimoramento da gestão pública. O conjunto de informações gerado nas atividades de monitoramento também é fundamental para a prestação de contas da ação governamental à sociedade. Abaixo está uma sugestão de indicadores para serem acompanhados a partir de cada diretriz. (MDS- II Plano Nacional de San)

Diretriz 1 - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

- 1** - Taxa de pobreza e extrema pobreza;
- 2** - Índice de Gini;
- 3** - Rendimento médio domiciliar;
- 4** - Percentual de domicílios com insegurança alimentar no total de domicílios por tipo de insegurança alimentar
- 5** - Custo da cesta básica de Alimentos no Brasil e nas capitais.

Diretriz 2 - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos

- 1** - Percentual do SIM que foram liberados no Estado;
- 2** - Comercialização anual de agrotóxicos e afins, por área plantada
- 3** - Produtores orgânicos certificados no Estado;

4 - Número de agricultores, por ano, que fizeram a transição da produção convencional para a produção agroecológica;

5 - Número de feiras agroecológicas que foram criadas;

Diretriz 3 - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada

1 - Percentual de adultos (≥ 18 anos) que consomem frutas e hortaliças, em cinco ou mais dias na semana;

2 - Percentual de adultos (≥ 18 anos) que consomem cinco ou mais porções diárias de frutas e hortaliças;

3 - Percentual de adultos (≥ 18 anos) que consomem alimentos doces, em cinco ou mais dias na semana;

4 - Percentual de adultos (≥ 18 anos) que consomem refrigerantes, em cinco ou mais dias na semana;

5 - Número de escolas que iniciaram ações de Educação Alimentar Nutricional;

Diretriz 4 - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária

1 - Percentual da renda mensal gasto com alimentos;

2 - Número de terras quilombolas reconhecidas;

3 - Déficit de peso de crianças indígenas de 0 a 5 anos acompanhadas na condicionalidade do Programa Bolsa Família;

4 - Déficit de peso de crianças quilombolas de 0 a 5 anos acompanhadas na condicionalidade do Programa Bolsa Família;

5 - Número de terras tituladas no Estado;

6 - Cobertura do PBF para povos indígenas, quilombolas e mais povos e comunidades tradicionais;

Diretriz 5 - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional

1 - Percentual de crianças de 0 a 5 anos com muito baixo ou baixo peso para a idade;

2 - Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit estatural para idade;

3 - Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para idade;

4 - Percentual de adolescentes com excesso de peso;

5 - Percentual de adultos com excesso de peso;

6 - Monitoramento do teor de iodo no sal

Diretriz 6 - Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura

1 - Percentual de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água no total de domicílios particulares;

2 - Percentual de domicílios dotados de esgotamento sanitário por rede de esgoto ou fossa séptica no total de domicílios particulares permanentes;

3 - Percentual de lixões no Estado que foram desativados;

4 - Percentual de cisternas de água para o consumo e água para a produção que foram construídas;

5 - Número de açudes e barreiros que foram escavados.

REFERÊNCIAS

- 1.** ASSIS, R. S. de. SEGURANÇA ALIMENTAR NA PARAÍBA. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômico Escritório Regional da Paraíba. Relatório. João Pessoa, 2015. 18p
- 2.** BRASIL. Presidência da República. Decreto nº. 7272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>.
- 3.** BRASIL. Presidência da República. Decreto nº. 7272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Diário Oficial da União - D.O.U.
- 4.** BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-006/2006/Lei/L11346.htm.
- 5.** CASTRO, J. Geopolítica da Fome. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 434.
- 6.** FAO, FIDA e PAM. O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2014. Reforçar o ambiente propício para a segurança alimentar e nutricional. Roma, 2014. Disponível em: <<https://www.fao.org.br>>.
- 7.** FAO. ESTADO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL: Um retrato multidimensional. RELATÓRIO. BRASÍLIA AGOSTO DE 2014
- 8.** ICID - The International Commission on Irrigation and Drainage. ICID, 2010
- 9.** INSA - Instituto Nacional do Semiárido. Relatório de 2012.
- 10.** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.
- 11.** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011. FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- 12.** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação Brasileiros Rio de Janeiro, 2015.
- 13.** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2008-2009 e 2002-2003. Aquisição Alimentar Domiciliar per Capita: Brasil e Grandes Regiões. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/default.shtm> e <http://www.ibge.gov.br/home/xml/pof_2002_2003.shtm>
- 14.** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD 2001 a 2009. Educação. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD323&sv=8&t=pessoas-de-10-anos-ou-mais-de-idade-por-anos-de-estudo>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- 15.** INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ESTADUAL DA PARAÍBA – IDEME. Divisão em Regiões Administrativas do Estado da Paraíba. João Pessoa, 2011.
- 16.** KEPPLER, Anne Walleser; SEGALL-CORREA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p.187-199, Jan. 2011.

- 17.** MDS- II Plano Nacional de San. Brasília, 2016.
- 18.** Melo, A. S.T de; Rodriguez, J.L. Desenvolvimento econômico e a questão ambiental. Grafset, 2003.
- 19.** MENDES, et all, A PARAÍBA NO CONTEXTO NACIONAL, REGIONAL E INTERNO. Texto para discussão. Ipea. Rio de Janeiro, 2012. 80p.
- 20.** Ministério Meio Ambiente – Plano estratégico de desenvolvimento estratégico do semi-árido. Versão preliminar para discussão. Documento base 1. Brasília, 2005.
- 21.** ONU - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030. Nova York, 2016.
- 22.** PARAÍBA – Governo do Estado. Lei nº 8.706, de 27/11/2008. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em:
<http://static.paraiba.pb.gov.br/2013/09/Di%C3%A1rio-Oficial-31.08.2013.pdf>.
- 23.** PARAÍBA. PNAE beneficia mais de 5,5 mil agricultores familiares na Paraíba. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/pnae-beneficia-mais-de-55-mil-agricultores-familiares-na-paraiba/>, acessado em 01 de agosto de 2016.
- 24.** PONTES, L. M. de, AMORIM, R. de J. M, LIRA, P. I. C. de. Prevalência e fatores associados ao excesso de peso em adolescentes da rede pública de ensino de João Pessoa, Paraíba. Revista da AMRIGS, Porto Alegre, 57 (2): 105-111, abr.-jun. 2013.
- 25.** RELATÓRIO DA Vª Conferência de SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. A 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”. Consea, 145p. Brasília, Nov.2015.
- 26.** RODRIGUES, J.L. Atlas Escolar da paraíba. Grafset. João Pessoa, 2002.
- 27.** SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antônio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, s. ed., 2004.
- 28.** SEGALL-CORRÊA, MARIN-LEON. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 16(2): 1-19, 2009.
- 29.** SILVEIRA, L.M. Combate à desertificação: lições das comunidades rurais. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. AS-PTA. v.9, n.3. Rio de Janeiro, 2012. 35p.
- 30.** VIANNA, R.P. de T., SEGALL-CORRÊA, A.M. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do Estado da Paraíba, Brasil. Rev. Nutr., Campinas, 21 (Suplemento):111s-122s, jul./ago., 2008.

ANEXO - 1

Povos e Comunidades Tradicionais

De acordo com o Decreto nº 6040/2007, Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são definidos como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, tais como:

- 1.** Agricultores e agricultoras familiares
- 2.** Andirobeiras
- 3.** Apanhadores e apanhadoras de Flores Sempre Viva
- 4.** Assentados e assentadas da reforma agrária
- 5.** Benzedeiros e bezendeiras
- 6.** Caatingueiros e caatingueiras
- 7.** Caboclos e caboclas
- 8.** Caiçaras
- 9.** Camponeses e camponesas
- 10.** Catadoras de Mangaba
- 11.** Cipozeiros e cipozeiras
- 12.** Comunidades de fundo e fecho de pasto
- 13.** Comunidades quilombolas
- 14.** Extrativistas
- 15.** Extrativistas marinhos e costeiros
- 16.** Faxinalenses
- 17.** Geraizeiros e geraizeiras
- 18.** Ilhéus
- 19.** Jangadeiros e jangadeiras
- 20.** Marisqueiras
- 21.** Morroquianos e morroquianas
- 22.** Pantaneiros e pantaneiras
- 23.** Pescadores e pescadoras artesanais
- 24.** Pomeranos e pomeranas
- 25.** População atingida por barragens
- 26.** Povos Ciganos
- 27.** Povos Indígenas
- 28.** Povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro
- 29.** Quebradeiras de coco-de-babaçu
- 30.** Raizeiras e raizeiros
- 31.** Retireiros do Araguaia
- 32.** Ribeirinhos e ribeirinhas
- 33.** Sertanejos e sertanejas
- 34.** Vazanteiros e vazanteiras

Outros segmentos sociais em situação de insegurança alimentar, que se autorreferiram e reivindicam políticas específicas, são os seguintes[2]:

- 1.** Acampados e acampadas da reforma agrária
- 2.** Catadores e catadoras de materiais recicláveis
- 3.** Crianças
- 4.** Juventude negra
- 5.** Idosos e idosas
- 6.** Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT)
- 7.** Mulheres
- 8.** Pessoas com deficiência
- 9.** Pessoas com necessidades alimentares especiais
- 10.** Pessoas vivendo com HIV/Aids
- 11.** População carcerária
- 12.** População em situação de rua

[1] Esta denominação aprovada na 5ª Conferência específica e amplia o conceito adotado pelo Consea que se baseia no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, o qual define povos e comunidades tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição”.



Realização:

